

FHOUTINE MARIE REIS SOUTO

BILE NEGRA:
TERRORISMO, CÂNCER E SEUS COMBATES

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
(POLÍTICA)

PUC/SP

2015

FHOUTINE MARIE REIS SOUTO

BILE NEGRA:
TERRORISMO, CÂNCER E SEUS COMBATES

Tese apresentada à banca examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Doutora em Ciências
Sociais – Política sob a orientação do
Prof. Dr. Edson Passetti

PUC/SP

2015

Banca examinadora

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento recebido, fundamental para a realização desta pesquisa. À pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a todos os professores do Programa de Ciências Sociais que contribuíram para minha formação. Aos professores Acácio Augusto e Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida pelas valiosas sugestões dadas no meu exame de qualificação.

Aos amigos Leonardo Aquino, Carlos Chernij, Matheus Pichonelli, Josie Rodrigues, Beatriz Dias, Rodrigo Barata, Carolina Sobreiro que contribuíram na leitura e no levantamento de dados, fundamentais para elaboração desta pesquisa; Elvis Rocha e Syntia Alves, que seguraram meus ataques de pânico quando pensei em desistir. Ao Octávio, por ouvir o que não poderia ser dito em outros espaços e acreditar que seria possível. A todos aqueles cujos nomes não sou capaz de mencionar, porque são muitos, estiveram ao meu lado e me apoiaram nos momentos difíceis e entenderam a ausência necessária para a realização deste trabalho. Às amigas feministas e a todas as mulheres da minha vida que têm sido modelos de força e coragem: minha mãe, minha irmã, minhas avós, minhas tias e todas as netas das bruxas que eles não conseguiram queimar. Aos companheiros e companheiras do coletivo Ativismo ABC, onde a amizade prevalece.

À minha família. À minha mãe, Benise, meu primeiro e maior exemplo de uma mulher de fibra. Meus irmãos, Álvaro e Pauline, médicos rádio-oncologistas, que ajudarem a compreender uma área do conhecimento que me era totalmente estranha. Por me fazerem ser criança de novo todas as vezes que estamos juntos. Porque nós somos lobos e os lobos não têm dó. Aos meus sogros Inah e Amadeu, que me

acolheram e me amaram como se eu fosse filha. Ao Guilherme, companheiro de luta e da vida. Pelo amor, pelos conselhos, pela ajuda na tese, por ter cuidado de mim quando fiquei doente, por ter me alimentado, cuidado dos nossos gatos, da nossa casa. Pela paciência, pelo apoio, pela música, pelas risadas nesses dez anos de amor e de anarquia.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Edson Passetti. No meu primeiro ano de mestrado eu entrei numa aula sua e ela mudou a minha vida. Sem o seu “treinamento do Pai Mei” eu jamais teria sido capaz de transformar o caos e a dor que havia dentro de mim numa estrela que dança. Obrigada.

*Meu amor por ele não podia salvá-lo.
Seu amor pela vida não podia salvá-lo.
Foi a primeira vez que entendi de verdade que ele ia morrer.
(...) Eu, destinada a viver,
ouvindo atentamente um silêncio
que demoraria uma vida para expressar.*

Patti Smith

Para o meu pai. Canceroso. “Terrorista”.

RESUMO

Este trabalho parte da hipótese de que o terrorismo historicamente tem sido combatido pelos Estados como a medicina ocidental combate ao câncer, enfermidade imprevisível e insuportável, para a qual não há solução geral e definitiva. Desde sua emergência, no fim do século XIX, o terrorismo - definição dada pelos Estados às lutas contundentes que colocam em risco sua saúde e existência – é alvo de procedimentos que visam sua eliminação física. Porém, como tumores que renascem mesmo após terem sido extirpados, os terrorismos não cessaram. Os Estados, por sua vez, lançaram mão de novos tratamentos, que semelhantes à rádio e a quimioterapia, tinham ação mais abrangente, efeitos colaterais intensos e prolongados. Diante da impossibilidade da cura, medicina e Estados investem em prevenção e exames minuciosos para identificar e eliminar potenciais ameaças ainda em formação. Após mais de um século de combates, terrorismo e câncer continuam a se manifestar. As vitórias são sempre individuais, pois enquanto houver Estado haverá terrorismo, do mesmo modo que o câncer é um risco para cada um enquanto há vida, que permanece ingovernável.

Palavras-chave: terrorismo; terror de Estado; segurança; câncer; guerra.

ABSTRACT

This work takes as a base the hypothesis that terrorism has been fought throughout history by the nations in a way akin to how Western medicine fights cancer, that unpredictable and unbearable disease that still has no definitive cure. Since its emergence in the end of the 19th century, terrorism – this being the definition given by the world's states to violent struggles that endanger their wellbeing and existence – has been targeted by procedures intent on physically eliminating it. However, just like tumors that strike again even after being extirpated, the diverse terrorist movements do not give up. The States have tried new “treatments” which, as radiotherapy and chemotherapy do when dealing with cancer, have a wide-ranging effect and intense, long-lasting side effects. When faced with the impossibility of a cure, both medicine and States invest in prevention and meticulous examinations to identify and eliminate potential threats still in formation. After over a century of fighting, both terrorism and cancer continue to manifest themselves. The victories are always individual, since as long as there is a State there will be terrorism – just as cancer is a risk to everybody for as long as there's life, which remains ungovernable.

Keywords: terrorism; State terrorism; safety; security; cancer; war.

Sumário

Apresentação	11
Glossário	24
Capítulo I: Tumores primários	26
Caranguejos	26
Medicina, corpo, política	31
Metáfora política	46
Guilhotina nos altares da razão	50
Anarcoterroristas	54
Aquilo que mata pessoas e princípios	66
Capítulo II: Recidivas e segundos primários	71
O corpo como espaço de configuração da doença	71
Venenos disfarçados	76
Metamorfoses	79
<i>RECIDIVAS</i>	86
Exército Republicano Irlandês	87
Pátria Basca e Liberdade	94
Fração do Exército Vermelho (Grupo Baader-Meinhof)	102
Brigadas Vermelhas	108
<i>SEGUNDOS PRIMÁRIOS</i>	114
Terror de Estado na América do Sul	117
Capítulo III: Metástases	126
Fatores carcinogênicos	127
Libertação nacional	132
Entre o ramo de oliveira e o fuzil de um combatente	135
A revolta das pedras	146
Ventos da mudança	152
Mudanças na abordagem do câncer	159
Tumores benignos e malignidades intoleráveis	169

Capítulo IV: Cuidados paliativos	173
Fragmentos distorcidos de nós mesmos	174
Controle e prevenção	178
A maior obra de arte de todos os tempos	183
Outras guerras	188
Cuidados paliativos	204
O fim da guerra	208
Considerações finais: Saúde	212
Bibliografia	219

Apresentação

Câncer e terrorismo são termos que costumam ser empregados no singular, embora correspondam a uma multiplicidade de acontecimentos que variam tanto nas formas como se manifestam e evoluem quanto nas potencialidades de dano e de solução. Ambos possuem desenvolvimentos historicamente análogos no que tange ao aparecimento, produção de saberes e tecnologias de combate. A partir do século XVIII, o câncer deixou de ser um problema de saúde individual e se tornou um problema para o Estado, impulsionando novas formas de diagnóstico, tratamento e controle da doença. Minha hipótese é que o terrorismo, acontecimento ligado à emergência do Estado moderno tem sido combatido pelos Estados da mesma forma que a medicina tem tratado o câncer.

Esta pesquisa começou a ser esboçada no final de meu mestrado, concluído em junho de 2009. O trabalho versava sobre a cobertura jornalística dos atentados de 11 de Setembro de 2001. Durante a pesquisa, segui uma reflexão de Deleuze e Guattari (1997) que falava sobre o terrorismo como uma linha de fuga mortal, como um corpo canceroso, algo maligno secretado pelo corpo social e que se volta contra ele. Entretanto, foi em decorrência de uma situação familiar que esta relação pareceu-me mais evidente. Em 2008, ao retornar de uma viagem à França, meu pai foi considerado suspeito pela segurança do aeroporto Charles de Gaulle, em Paris. A fisionomia marcada por traços que permitiam identificar sua ascendência árabe dava a ele o rosto de um suspeito. Como tal, foi submetido aos procedimentos vexatórios de busca que se tornaram comuns em aeroportos desde os atentados de 11 de Setembro de 2001: abriu a mala, tirou os sapatos, virou os bolsos do avesso.

O que aparentemente era um procedimento de rotina chocou-me por um detalhe.

Esta viagem aconteceu pouco tempo depois de meu pai ter se submetido a uma laringectomia total, procedimento cirúrgico para a retirada de um tumor maligno na garganta. O paciente, nessas condições, passa a respirar por um traqueostoma, um orifício permanentemente aberto entre o pescoço e o tórax. Devido à remoção das pregas vocais, os laringectomizados perdem a voz e só reaprendem a falar após alguns meses de fisioterapia. Mesmo submetido a uma mutilação visível, dificuldades de expressão e aparência de um homem doente, sua fisionomia fazia dele um suspeito, o que para as autoridades locais era motivo suficiente para até mesmo as cânulas que usava para manter o traqueostoma aberto fossem vistoriadas.

Como tantos outros pacientes atingidos pelo carcinoma, meu pai, nos dois anos e dez meses que transcorreram entre seu diagnóstico e sua morte, foi submetido a tratamentos variados que incluíram uma cirurgia para a extirpação do tumor que retirou uma porção de carne muito maior do que a região afetada e tratamentos de rádio e quimioterapia descritos pela própria equipe médica como *agressivos*. Todos os tratamentos tiveram eficácia temporária.

O tumor, que havia sido diagnosticado no estágio inicial e que segundo os oncologistas possuía uma alta probabilidade de cura, sempre que submetido aos tratamentos retornava ainda mais forte. Três meses antes de seu falecimento os médicos anunciaram que não havia mais possibilidade de cura. Os tratamentos haviam deixado marcas permanentes. Não apenas a mutilação. A pele irradiada havia ficado escura, a textura dos cabelos que voltaram a crescer após a quimioterapia, completamente brancos, mudara. Seu corpo enfraquecido necessitava de transfusões de sangue e remédios para combater infecções que surgiam devido à baixa resistência do organismo. Contudo, seu estado terminal e a clareza de uma morte que se aproximava não eram suficientes para arrefecer seu ímpeto de continuar lutando e desejar sair-se vitorioso

apesar das evidências de que a guerra estava perdida.

Friedrich Nietzsche afirmou que é preciso ter um pouco de caos dentro de si para dar à luz a uma estrela dançarina. Deste modo, toda a experiência de conviver com a doença, rotina de exames, tratamentos, efeitos colaterais até a passagem para os cuidados paliativos e a experiência da morte de meu pai, me fizeram refletir politicamente sobre a doença. Primeiro sobre como os pacientes eram desumanizados pela equipe médica, que junto a seus exames que possibilitavam detectar a presença de células cancerosas antes da formação do tumor, faziam cálculos sobre a maximização dos “ataques” à doença, onde os efeitos colaterais pesados apareciam como um preço necessário a ser pago. Ao mesmo tempo, o câncer imputava àqueles por ele atingidos certa culpabilidade. Não raro se questionou sobre seu tabagismo, como se o câncer fosse um castigo inevitável para uma conduta que a medicina combate há décadas.

Ocorreu-me, então, que o terrorismo poderia estar para o Estado como o câncer está para o corpo individual: uma doença de causas pouco conhecidas, de difícil antecipação e cujos métodos de combate tendem a ser radicais para tentar conservar a vida a todo o custo, mesmo que para isso seja necessário deixar o corpo à beira da morte. O combate ao terrorismo envolve monitoramentos contínuos e intervenções variadas que combinam a eliminação física das ameaças e instrumentos como a prisão e as leis antiterror e intervenções que, não raro, têm como alvo não apenas indivíduos e grupos que praticam ações que os Estados classificam como terroristas. Mesmo erradicado, nada garante que o câncer não vá reaparecer e se espalhar. Uma vez atingido pela doença, o paciente terá de se confrontar pelo resto da vida com uma rotina de exames que lhe vasculham o corpo à procura de células potencialmente mortais e terá de conviver com a ameaça de seu retorno. Do mesmo modo, uma vez que o terrorismo se apresenta como uma ameaça para um Estado, ele não apenas será combatido até que os

insurgentes sejam aniquilados, mas submeterá todo o chamado corpo social a uma rotina de inspeções constantes para a detecção precoce de “células malignas”.

O câncer é uma doença cujo próprio vocabulário médico está revestido de termos militares: a *guerra* contra o câncer; a *intervenção* radical; o tumor a ser *bombardeado* pela radiação. Para Susan Sontag, a palavra câncer quando invocada na política está associada à adoção de políticas fascistas, no limite de extermínio (SONTAG, 2007). Contudo, pareceu-me que a palavra câncer está mais próxima do terrorismo que da guerra tradicional, regulamentada por códigos político-diplomáticos. Suas causas são pouco conhecidas e a eficácia dos tratamentos pode ser apenas temporária, sobretudo quando a doença encontra-se em estágio avançado. A ameaça de reincidência do câncer permanece enquanto houver vida, assim como o terrorismo é uma possibilidade enquanto houver Estado.

É preciso, porém, advertir que a analogia câncer-terrorismo possui limites. Considerando que o conceito de terrorismo tanto na literatura, quanto na definição de instituições oficiais é sempre marcado pela ilegalidade relativa ao uso ilegítimo da violência (e essa violência sempre está relacionada a motivações políticas), não cabe tratar como câncer o terror praticado pelo Estado, por ser este pressuposto imantado no seu monopólio legítimo. De modo semelhante, também não é possível considerar as ações terroristas de extrema direita como tumores malignos, por serem ajustes de tecnologias de governo do Estado. O terrorismo só se assume como câncer, linha de fuga mortal, na medida em que desestabiliza o Estado e demanda medidas violentas e contínuas, legítimas ou não, produzindo ilegalismos, para seu controle/erradicação.

O terror de Estado é considerado nesta pesquisa como parte dessas terapias de combate. O terror de extrema direita, como o praticado pela Klu Klux Klan, individualistas como Timothy McVeigh ou Anders Breivik não se comporta como

câncer. Diferente do terrorismo praticado pelos anarquistas do século XIX, pelo terror separatista praticado pelo ETA, IRA e grupos palestinos, do terrorismo revolucionário do MR-8, Fração do Exército Vermelho, Brigadas Vermelhas ou ainda do terrorismo religioso da Al-Qaeda – o terrorismo de extrema direita, assim como o terror de Estado não visam a destruir, mas conservar, enquanto os outros investem na tomada do Estado, e no limite anarquista, na sua abolição.

Outra advertência que se faz necessária é que o objetivo deste trabalho não é apresentar uma solução definitiva para o combate dos terrorismos. Esta pesquisa parte de uma perspectiva anarquista de que a violência é uma prática inerente aos Estados e que a chamada guerra contra o terror é sempre desproporcional aos danos causados por indivíduos e grupos terroristas. Meu objetivo é recuperar a história das lutas contundentes contra o Estado e dos massacres promovidos por ele em nome da defesa da sociedade.

A base para pensar a relação entre terrorismo e câncer foram as análises de Michel Foucault a respeito das transformações nas tecnologias de poder no Ocidente e que estão profundamente relacionadas às mudanças no saber médico, os investimentos políticos sobre o corpo e a emergência de uma nova economia de penalidades que se deram com a emergência da sociedade disciplinar.

A partir do século XVII, técnicas de poder estão presentes em todos os níveis do corpo social. Elas investiram sobre o corpo, a saúde, a maneira de morar, de se alimentar, condições de vida e todo o espaço da existência, de modo que foram indispensáveis para o desenvolvimento do capitalismo - uma vez que serviram para assegurar a inserção controlada dos corpos no sistema produtivo e para ajustar fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1988).

Até o século XVII, tratar o câncer consistia em submeter o paciente aos experimentos dos poucos cirurgiões que se atreviam a remover tumores. Em uma época anterior às descobertas da anestesia e da antissepsia, a maioria dos pacientes morria durante a cirurgia e a maior parte dos que conseguiam suportar o trauma da mesa do procedimento morriam em consequência de alguma infecção. Entretanto, um novo modelo de gestão da saúde estava prestes a causar profundos impactos no tratamento da doença, que aos poucos deixaria de ser uma sentença de morte e passaria a ser uma enfermidade tratável, cuja eficácia terapêutica é calculada até os dias de hoje em termos de *sobrevida*.

As transformações relativas ao aumento de diagnósticos e evolução dos tratamentos do câncer têm como pano de fundo as transformações no saber médico, aquilo que Foucault (1979) chamou de *medicina social*, prática caracterizada pela estatização, pelo controle político-científico dos espaços e uma nova distribuição espacial para proteger as classes ricas dos eventos epidêmicos das classes pobres. Este processo se completou com transformação do hospital em espaço terapêutico, no qual o médico se tornou o personagem principal. As séries hospital e medicina tinham se mantido independentes e separadas até que começasse a ocorrer um movimento duplo de medicalização do hospital enquanto a medicina se tornava hospitalar. Estas transformações possibilitaram que o tratamento do câncer se desenvolvesse com maior intensidade.

A reorganização da medicina como um saber vinculado ao Estado é apenas um dos efeitos da nova economia das relações de poder com a emergência da sociedade disciplinar. As transformações nas tecnologias de poder que colocaram o corpo imerso no campo político deram início a um novo regime dos castigos, que passaram a ser considerados do ponto de vista da tática política. Até o século XVIII o corpo do

indivíduo, para o poder soberano, era o campo de inscrição de suplícios e de penas. Ao longo do século XVIII e início do século XIX, o espetáculo punitivo medieval dos corpos marcados, supliciados e expostos foi gradualmente substituído por um sistema penal concentrado em corrigir, reeducar e curar. Emergência de uma justiça penal mais vigilante, mais atenta ao corpo social, que não pune menos; ao contrário, pretende punir mais e punir melhor. O poder de punir se deslocou da vingança do soberano para a defesa da sociedade (FOUCAULT, 2008a). Em vez de castigado, o corpo passou a ser reformado e corrigido, podendo ser enclausurado para privar o indivíduo de uma liberdade considerada perigosa.

A formação da sociedade capitalista reestruturou a economia das ilegalidades, separando a ilegalidade relativa à propriedade, própria das classes populares, da ilegalidade de direitos, própria da burguesia. Os ilegalismos populares, por onde se entrecruzavam conflitos sociais, lutas contra os regimes políticos e resistências ao processo de industrialização produziram lutas políticas que visavam mudar ou abolir a própria estrutura do Estado. A punição a partir deste momento não iria simplesmente reprimir as ilegalidades, mas, antes, diferenciá-las. Constituiu-se um direito de punir no qual o criminoso tornou-se um inimigo comum. É nesse contexto que se produziu a categoria dos indivíduos anormais e perigosos.

O terror surgido na Revolução Francesa como instrumento de conservação da revolução foi revestido pela noção de ilegalidade quando deixou o Estado e passou a constituir um instrumento das lutas populares, sejam elas contra a propriedade (movimentos operários na Europa durante o século XIX), contra o Estado (terrorismo anarquista), terrorismo de separatista ou independência (ETA, IRA, grupos israelenses antes da criação do Estado israelense, grupos pela criação de um Estado palestino, entre outros) ou pela mudança de regime político (restabelecimento da democracia,

implantação de um regime socialista ou de ataque ao modelo democrático-liberal universal). Enfim, o terrorismo se metamorfoseia historicamente em terrorismos de matizes diversos e que não são absorvidos pelas teses liberais acerca da soberania; também não são tolerados pelo Estado socialista com suas justificativas acerca da soberania de classe.

Assim como a primeira forma de tratar o câncer se deu pelo corte, o terror de Estado nasceu na guilhotina, destinada aos inimigos da revolução e mais tarde, aos inimigos do Estado. Foi de acordo com as terapias de combate ao câncer que o combate do terrorismo se desenvolveu ao longo do século XX, em Estados de diferentes regimes políticos. Hoje, embora ainda sejam feitas grandes extirpações (e elas não são raras), os tratamentos requerem, cada vez mais, a atuação de equipes multidisciplinares e a combinação de diferentes métodos de combate. O tratamento do câncer não se restringe à busca da cura, mas ao controle desta enfermidade na forma dos tratamentos paliativos e no uso de medicação para controlar os efeitos da doença. De modo análogo, a guerra ao terror que se seguiu aos atentados de 11 de Setembro de 2001 se constituiu também por abordagens múltiplas, combinando o plano político-diplomático, militar, de inteligência, detenções ilegais, prisões secretas, criação de dispositivos legais de exceção.

Por conta das aproximações entre câncer e terrorismo – o fato do combate de ambos ter florescido a partir de uma transformação nas relações de poder no Ocidente e por este combate ser hoje fortemente marcado pela estatização e pela ideia de segurança –, considero ser mais coerente trabalhar as hipóteses que norteiam essa pesquisa recuperar a história de seus combates. Ou seja, como ocorreu a governamentalização dessas “enfermidades” e como se ocorreram os ajustes de segurança por meio de dispositivos diplomático-militares e policiais.

Partindo de um acontecimento biológico e as terapêuticas que visam sua erradicação e prevenção, a pesquisa foi estruturada de modo análogo ao desenvolvimento do câncer. As primeiras manifestações da doença em um organismo são chamadas *tumores primários*. Submetida a tratamentos bem-sucedidos, a doença pode retornar na forma de *recidivas* (células residuais do tumor original que voltam a crescer algum tempo depois), *segundos primários* (um novo câncer que pode surgir em um período superior a cinco anos após o tumor primário ter sido erradicado) e *metástases* (células que se deslocam dos sítios primários e se fixam em outra região do corpo dando origem a novos tumores). Quando não há mais possibilidade de cura, o paciente canceroso é encaminhado aos *cuidados paliativos*, destinados a minimizar seus efeitos e controlar sua expansão.

O primeiro capítulo, intitulado “Tumores Primários”, tem como objetivo situar historicamente o surgimento do câncer e do terrorismo, analisados à luz das transformações das tecnologias de poder, que por sua vez irão se desdobrar na estatização da saúde e no surgimento de uma nova economia das penalidades. Nele aborda-se a emergência dos terrorismos do fim do século XIX, ligados aos movimentos de trabalhadores que se multiplicavam pela Europa. Este terrorismo individual, quase sempre anarquista, tinha como objetivo provocar uma insurreição popular por meio do assassinato de pessoas do Estado (como monarcas, presidentes, juízes e promotores) e de atentados contra símbolos do Estado e indivíduos da burguesia. A primeira forma de tratar o câncer foi pela extirpação do tumor. O combate ao terrorismo surgiu na figura de uma lâmina igualmente afiada, a guilhotina. Porém as décadas seguintes demonstrariam que a extirpação do câncer e a execução dos terroristas anarquistas não dariam conta da erradicação, nem da doença, nem do crime político.

O segundo capítulo, “Recidivas e segundos primários”, discorre sobre o

reaparecimento dos terrorismos na Europa, manifestando-se nas ações praticadas pelo Exército Republicano Irlandês (IRA), pelo grupo Pátria Basca e Liberdade (ETA), pelas Brigadas Vermelhas e pela Fração do Exército Vermelho (Baader-Meinhof). Esses grupos são classificados nesta pesquisa como *recidivas*, não apenas pela proximidade com as primeiras manifestações do terror revolucionário no velho continente, mas porque mesmo submetidos à perseguição brutal do Estado e considerados inativos em vários momentos, voltaram a crescer, tal como células remanescentes de um tumor previamente extirpado.

Na década de 1960, boa parte dos países da América do Sul sofreram golpes militares. Ao assumir o poder, os militares baniram os partidos, suspenderam direitos políticos, fecharam congressos e suspenderam liberdades individuais e direitos constitucionais. Esses governos contavam com aparelhos repressivos violentos responsáveis por prisões, sequestros, torturas e assassinatos de militantes, membros de organizações políticas e simpatizantes de ideologias de esquerda. Apontados pelos governos de seus respectivos países como terroristas, esses grupos “subversivos” surgiram após um intervalo maior de tempo em relação aos primeiros terrorismos individualistas, praticados nas primeiras décadas do século XX por imigrantes anarquistas que conseguiram escapar à perseguição na Europa. Por isso, são considerados nesta pesquisa como *segundos primários*.

A primeira metade do século XX foi marcada pela ampliação de formas de combate ao câncer e pelo aumento de casos da doença no mundo, dois processos fortemente influenciados pelas duas guerras mundiais. De um lado, a guerra em si provocaria impactos na pesquisa de formas do desenvolvimento e na cura do câncer. A origem da quimioterapia, por exemplo, está ligada aos bombardeios com gás mostarda - que permitiu compreender que alguns agentes químicos possuíam a capacidade de matar

células seletivamente. A primeira cura de uma paciente utilizando a quimioterapia, em 1960, estabeleceu um padrão no enfrentamento da doença: a necessidade de manter um tratamento sistemático prolongado mesmo após o desaparecimento dos sintomas.

O terceiro capítulo, intitulado “Metástases” recupera a história da disputa sobre a Palestina e o desenvolvimento do terrorismo na região, relacionada à política dos Estados europeus e dos Estados Unidos no período pós-guerras mundiais. Nele também abordo as transformações relativas à prevenção, diagnósticos e tratamento do câncer, que também passa por mudanças políticas, convertendo-se em objeto de campanhas nacionais e internacionais em busca da cura para a doença, além da redução de número de casos e do aumento nos índices de sobrevida.

A atuação dos grupos palestinos colocou o tema na agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), que a partir da década de 1970 publicou uma série de resoluções destinadas ao combate do terrorismo. No início, esses documentos afirmavam o direito à autodeterminação dos povos e seu direito à luta anticolonial contra ocupações estrangeiras. Porém, ao longo dos anos essas normativas deixaram de considerar as motivações dos grupos de resistência armada e passaram a condenar e criminalizar práticas consideradas terroristas.

Como um câncer agressivo, o terrorismo palestino persistiu, produzindo suas metástases: ações praticadas em regiões distantes dos sítios primários por “células” que se deslocavam para se manifestarem em outros locais do globo. Até meados da década de 1980 a resistência palestina havia se articulado em países próximos ao Estado de Israel, principalmente na Jordânia e no Líbano. A população palestina residente nos territórios ocupados em Gaza e na Cisjordânia, saturada dos efeitos do terror de Estado praticado pelas forças armadas israelenses, acabou produzindo seus próprios movimentos de resistências, que emergiram após revoltas espontâneas chamadas

Intifadas. Esses novos grupos, como o Hamas e a Brigada de Mártires de Al-Aqsa, fortemente influenciados pela religião islâmica lançaram mão de ações armadas e atentados suicidas contra a ocupação israelense. Tal como as metástases, são mais agressivos e difíceis de serem controlados.

O combate ao câncer não termina quando cessam as possibilidades de cura. Quando chegam ao estágio terminal, os pacientes são encaminhados para os cuidados paliativos, área da medicina oncológica cujo propósito é aliviar os sintomas da doença, bem como do seu tratamento, preparando o paciente e seus familiares para a morte. Os cuidados paliativos são feitos por equipes multidisciplinares dedicadas a controlar a expansão da doença quando já não é mais possível erradicá-la, de modo que o paciente mantenha suas atividades o mais próximo possível do considerado normal.

O quarto e último capítulo, intitulado “Cuidados Paliativos”, aborda os resultados das *guerras* ao câncer e ao terrorismo declaradas pelos presidentes estadunidenses Richard Nixon, em 1971, e George W. Bush, em 2001. A guerra contra o câncer não resultou na descoberta de uma cura para a doença, assim como as guerras dos Estados travadas contra o terrorismo não foram capazes de impedir a emergência de novos e espetaculares atentados. O insucesso dessas guerras não implicou na diminuição dos tratamentos. Ao contrário, as formas de combate ao que ameaça a saúde da população e a saúde do Estado que se desenvolveram desde o fim do século XIX se acoplam hoje ao esforço para prevenir as ameaças antes que elas tenham a chance de se manifestar e ao controle de manifestações crônicas (incuráveis) dessas enfermidades.

Este trabalho não possui uma conclusão, porque os terrorismos e os cânceres não cessam e permanecem ameaças permanentes enquanto houver Estado e enquanto estivermos vivos. A última parte deste trabalho, intitulada “Saúde” se propõe a pensar as lutas contra o Estado e na saúde para além das longevidades artificialmente produzidas.

No combate às lutas contundentes que se interpõem contra o Estado, os anarquismos escapam e permanecem ativos, como a luz do sol, que junto ao seu potencial cancerígeno é fundamental para o fortalecimento dos ossos e síntese de vitaminas. Sem ela não há vida que, por sua vez, permanece ingovernável.

Glossário de termos sobre o câncer

CARCINOGENESE: Processo de formação do câncer. **Carcinogênico:** Substância com potencial de causar mutações genéticas que levam ao desenvolvimento do câncer, substância cancerígena.

CIRURGIA RADICAL: técnica adotada no início do século XX para evitar o surgimento de recidivas por meio da extirpação não apenas dos tumores, mas de uma porção de tecidos saudáveis no seu entorno ou do órgão afetado em sua totalidade.

CITOTÓXICAS: Drogas usadas na quimioterapia. Possuem a propriedade de matar células.

LINFONODO: também chamados de gânglios são formados basicamente por glóbulos brancos que procuram defender a área na qual se localizam da ação deletéria de certos agentes externos.

METÁSTASE: que ocorre quando células do tumor original se deslocam pelo sistema linfático e se depositam em sítios distantes dando origem a novos tumores.

NEOPLASIA: crescimento de novas células que podem dar origem à formação de tumores benignos ou malignos (câncer).

QUIMIOTERAPIA: Tratamento medicamentoso surgido a partir da observação dos efeitos dos gases químicos sobre os sobreviventes de bombardeios na Primeira Guerra que consiste na eliminação seletiva de células. Possui diversos efeitos colaterais, como queda de cabelo, anemia, náuseas, problemas no trato digestivo e no limite pode levar o organismo a desenvolver outro câncer.

RADIOTERAPIA: Tratamento do câncer que consiste na partir da aplicação de doses de radiação sobre o tumor. Costuma ter pouca eficiência sobre tumores metastáticos. Pode ser utilizada sozinha ou em consórcio com a cirurgia ou a quimioterapia. Entre seus efeitos colaterais estão queimaduras nas áreas atingidas e dependendo da área irradiada, pode provocar também esterilidade. A exposição excessiva à radiação também está relacionada ao aparecimento de novos tumores.

RECIDIVA: Reincidência de um tumor após tratamento. Diferente da metástase, que ocorre quando células do tumor original se deslocam pelo sistema linfático e se depositam em sítios distantes, a recidiva ocorre nas áreas próximas ao tumor extirpado pela via cirúrgica ou destruído pela radioterapia.

REMISSÃO: Desaparecimento ou diminuição de um tumor após o tratamento rádio ou quimioterapia. As remissões podem ser definitivas ou temporárias, ou seja, o tumor que desapareceu ou diminuiu após o tratamento pode ressurgir no mesmo local ou voltar a crescer.

TUMOR: tecido formado por uma multiplicação anormal de células (neoplasia). Os tumores podem ser benignos (crescimento lento e sem a capacidade de gerar metástases) ou malignos (câncer). Os tumores malignos podem ser *primários* ou *metastáticos*.

TUMOR PRIMÁRIO: primeira manifestação do câncer em um organismo.

Tumores primários

*Males que crescem desesperadamente
Só podem ser aliviados com mecanismos desesperados.*

William Shakespeare, Hamlet

Sabemos matar, saberemos morrer.

Émile Henry

Caranguejos

Para a medicina ocidental contemporânea, existe nos organismos um equilíbrio entre o número de células mortas e a proliferação de novas células. É isso que garante a integridade de tecidos e órgãos que constituem o corpo humano. Mutações de DNA provocadas por fatores genéticos ou ambientais podem levar à proliferação descontrolada de células, processo que foge parcial ou totalmente ao controle do organismo e tende à autonomia e à perpetuação. O crescimento novo de células é chamado de *neoplasia* e pode dar origem à formação de um tecido anormal: o *tumor*.

Nos tumores benignos as células crescem lentamente. Eles não possuem a capacidade de gerar metástases e é comum serem totalmente removidos por meio de cirurgia. Porém, há casos em que a multiplicação celular torna-se não apenas descontrolada, mas acelerada, redundando tumores malignos. Estes possuem a capacidade de “invadir” estruturas próximas ao local de aparição. As neoplasias malignas são popularmente chamadas de *câncer*, um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado (maligno) de células podendo espalhar-se (metástases) para outras regiões do corpo.

Um dos registros médicos mais antigos do câncer é um papiro que se supõe conter os ensinamentos do sábio egípcio Imhotep: O documento data de 2500 a.C e contém 48 relatos de enfermidades médicas. Cada caso descrito no papiro era acompanhado de uma descrição concisa contendo diagnóstico, tratamento e prognóstico. O caso 45 traz uma descrição de uma massa dura, fria e densa que se espalhava insidiosamente sob a pele, provavelmente um câncer de mama. A sessão intitulada “Terapia” apresenta apenas uma frase: não existe. Diante desta admissão de impotência, o câncer desapareceu da história da medicina antiga, não deixando nenhum vestígio na literatura médica (MUKHERJEE, 2011:66).

O câncer reapareceria mais de dois mil anos depois, por volta de 440 a.C, nos registros do historiador grego Heródoto, que relatou o caso da rainha persa Atossa. A rainha possuía um caroço que lhe sangrava no peito, provavelmente um câncer inflamatório de mama. O sofrimento e a vergonha provocados pela doença havia feito a rainha se fechar para o mundo, envolta em panos que lhe cobriam a ferida, até que um escravo grego chamado Democedes finalmente a convenceu a permitir que lhe extirpasse o tumor.

Atossa viveu graças a Democedes. E esse alívio da dor e da doença lançou-a num frenesi de gratidão e ambição territorial. Dario planejava uma campanha contra Cítia, na fronteira oriental do seu império. Estimulada por Democedes, que queria voltar para a sua Grécia natal, Atossa suplicou ao marido que fizesse sua campanha na direção oeste, e as guerras que se seguiram entre os gregos e os persas representariam momentos decisivos na história do Ocidente. Foi o tumor de Atossa, portanto, que lançou mil navios ao mar. O câncer, mesmo como doença clandestina, deixou suas impressões digitais no mundo antigo (IDEM, 2011: 62).

A palavra câncer apareceu na literatura médica por volta de 400 a.C, quando o médico grego Hipócrates, ao observar um tumor com os vasos sanguíneos inchados à

sua volta concebeu a imagem de um caranguejo enterrado na areia com as patas abertas em círculo, batizando a doença com o nome do animal (em grego, *karkinos*, em latim, *câncer*). Os *karkinos* de Hipócrates eram quase sempre tumores grandes, superficiais e facilmente visíveis a olho nu, como neoplasias de mama, pele, mandíbula, pescoço e língua e muitas vezes reapareciam depois de extirpados.

Hipócrates imaginou o funcionamento do corpo humano baseada em fluidos e volumes. O corpo, de acordo com esta proposição, seria composto de quatro fluidos cardeais chamados *humores*: sangue, bile negra, bile amarela e fleuma. Cada fluido tinha sua cor, consistência e função. Em um corpo sadio esses elementos mantinham um equilíbrio perfeito. As causas das doenças eram atribuídas ao desequilíbrio dos humores. Foi baseado nesta concepção que o médico romano Claudius Galeno, por volta de 160 a.C criou um sistema de classificação das doenças em termos de excesso dos fluidos. Para Galeno as inflamações eram atribuídas à superabundância de sangue. Pústulas, catarros e linfonodos, excesso de fleuma. Icterícia era o transbordamento da bile amarela. A bile negra seria responsável por causar o câncer e a depressão.

A palavra outrora usada para descrever a depressão, “melancolia” é formada pela junção das palavras *melas* (negra) e *khole* (bile). Doença psíquica e doença física estavam na proposição galênica, intrinsecamente associadas. O câncer seria o resultado de um estado maligno sistêmico, uma superdose de bile negra, o resultado dos humores malignos excessivos, aprisionados.

Pensar a doença como desequilíbrio de fluidos era concebê-la como um problema orgânico mais geral, em que os tumores eram apenas as manifestações visíveis. As intervenções cirúrgicas ou medicamentosas eram desaconselhadas por serem consideradas inúteis e não atingirem diretamente a causa do problema. Por isso

durante muito tempo as terapêuticas eram voltadas para a obtenção do equilíbrio corpóreo. Tentava-se de tratar os pacientes com remédios para purgar a bile negra, aplicando pomadas e unguentos sobre os tumores; fazia-se uso do álcool e do ópio para as dores insuportáveis, recorrendo-se ainda a sangramentos e purgações para deixar vaziar os humores excessivos (TEIXEIRA & FONSECA, 2007).

As concepções de Hipócrates sobre os humores foram refutadas apenas no final do século XVII, após a publicação de *The Morbid Anatomy of Some Most Important Parts of the Human Body*, do anatomista inglês Mathew Baillie. No texto Baillie afirmou não ter encontrado os canais pelos quais deveria circular a bile negra em regiões próxima a tumores dos cadáveres examinados. A partir de então desapareceria do imaginário médico a ideia de que existiam vívidos canais que transportavam o fluido responsável pela formação dos tumores e da melancolia. A constatação de que a bile negra não existia renovou a crença de que talvez a cura do câncer fosse possível por meio da remoção cirúrgica dos tumores.

Os estudos do anatomista italiano Giovanni Battista Morgagni, somados ao médico francês Marie François Xavier Bichat, em meados do século XVIII, também contribuíram para que o câncer pudesse ser visto de outra forma. O primeiro caracterizou o câncer como uma unidade específica localizada em uma parte do corpo; o segundo colaborou para a compreensão que os órgãos tinham diferentes tecidos que, por sua vez, eram afetados por diferentes tipos de câncer. Neste mesmo período outro médico francês, Joseph Claude Anthelme Recamier, observou a ocorrência de um tumor secundário no cérebro de uma paciente que inicialmente apresentava um câncer de mama. Os estudos de Recamier apontaram para o fato de que células cancerosas na corrente sanguínea ou no sistema linfático poderiam provocar o aparecimento de novos

tumores em outras áreas do corpo. Surgia o conceito de *metástase* (TEIXEIRA & FONSECA, 2007:14).

Apesar do avanço nos conhecimentos sobre a doença, as possibilidades de tratamento permaneciam restritas e/ou ineficazes, restando aos pacientes muitas vezes apenas a possibilidade de internação em instituições assistenciais onde aguardariam a chegada da morte. Essas instituições que pouco tempo depois se converteriam nos hospitais começaram a surgir na Europa ainda no século XVIII. Em 1742 foi fundado na cidade de Reims, na França, um asilo para cancerosos, modelo seguido pelo Cancer Charity Middlesex Hospital, fundado em 1799 na Inglaterra (IDEM, 15).

No início do século XIX, outras instituições voltadas à proteção aos doentes de câncer surgiram na França, como a Associação de Senhoras do Calvário, criada em 1842 na região de Lyon. Tratava-se de asilo para mulheres cancerosas, mantido e administrado por viúvas voltadas para a caridade. Depois da morte de sua fundadora, Jeanne Garnier-Chabot, em 1853, a associação criou diversas casas de abrigo na França, nas quais as viúvas da ordem trabalhavam cuidando de mulheres atingidas pela doença (PINELL, 2004).

A partir do século XIX, a história do câncer passaria por uma virada, tanto em termos de tratamento quando no número de pessoas atingidas pela doença. Com fim do mito da bile negra, os médicos voltaram a se ocupar do câncer como doença operável, o que seria facilitado pelo surgimento da anestesia (1846) e da antissepsia (1867). Além disso, o aumento da expectativa de vida ocasionado pela industrialização faria aumentarem os diagnósticos da doença.

Nas sociedades ocidentais pré-industriais as pessoas, onde a expectativa de vida era menor, muitas vezes as pessoas morriam em decorrência de doenças como

tuberculose, varíola, cólera, lepra e peste antes que tivessem vivido o suficiente para desenvolver o câncer. A partir do momento em que aumentou a expectativa de vida da população aumentaram também os diagnósticos. “Médicos do século XIX costumavam associar o câncer à civilização: o câncer, eles pensavam, era causado pela correria da vida moderna, que de alguma forma estimulava o crescimento patológico do corpo. A associação era correta, porém a causalidade, não: a civilização não é a causa do câncer, mas, ao prolongar a vida humana ela o desvela (MUKHERJEE, 2011:64).

Medicina, corpo, política

A partir do século XVIII a medicina ocidental passou por uma série de transformações que tiveram como consequência a substituição do modelo que respondia às demandas do doente por outro, no qual passou a ser imposta sobre os indivíduos como um ato de autoridade. A medicina deixou de estar vinculada exclusivamente às doenças, passando a incluir as condições de moradia, o espaço urbano e as condutas individuais. Essas mudanças estão relacionadas ao aparecimento do sujeito político coletivo chamado *população*.

Quando o cristianismo foi adotado como religião oficial pelo império romano, o Estado tomou para si a propriedade de governar também as almas daqueles que viviam sob seus domínios. De modo semelhante, a saúde, os cuidados com o corpo e controle das doenças também se tornaram objetos de intervenção estatal (FOUCAULT, 2010a). Assistiu-se à formação de uma *somatocracia*, o nascimento de uma política na qual uma das finalidades do Estado é cuidar do corpo, da saúde corporal, da relação entre enfermidade e a saúde (CASTRO, 2009: 299). Essa nova “nosografia” do final do

século XVIII caracteriza-se pela medicalização privilegiada das crianças e das famílias, pela proeminência da saúde e da medicina como instâncias do controle social.

Nas tecnologias modernas de poder o corpo não é o corpo social como foi definido pelos juristas, mas o corpo coletivo, a população, como passou a definir a economia política. Até o século XVIII o corpo dos indivíduos é essencialmente a superfície de inscrição dos suplícios e das penas. Já nas instâncias de controle que surgem a partir do século XIX, o corpo adquire uma significação totalmente diferente. Não é mais o que deve ser supliciado, mas o que deve ser formado, reformado, corrigido, qualifica-se como corpo capaz de trabalhar. O corpo vivente, o corpo individual, o corpo social e a população se convertem nos verdadeiros objetos da política moderna (IDEM, 90).

No final do século XVI e começo do XVII a política mercantilista europeia consistia essencialmente em majorar a produção, a produção de cada indivíduo ativo para, a partir daí, estabelecer fluxos comerciais que possibilitassem a entrada no Estado do maior número possível de moedas. Graças a isso se poderia pagar exércitos e tudo o mais que assegurasse a força real de um Estado em relação ao outro. Foi nesta perspectiva que os países europeus começaram a calcular a força ativa de suas populações. O mercantilismo foi a primeira forma de exercício de racionalização do exercício de poder como prática de governamentalidade, a primeira forma de um saber constituído para ser utilizado como tática de governo. A população aparece como objetivo último de governo (melhora da situação da população, aumento das riquezas, de duração da vida, melhora da saúde) e com ela surge um saber próprio de governo que no sentido lato se chamará *economia política* (IDEM, 188).

O grande problema colocado para as sociedades modernas, segundo Foucault,

não consiste na acumulação de capital, mas na acumulação de homens, ou seja, no problema da população. A população na prática governamental do século XVIII não é simplesmente a soma dos indivíduos que habitam um território, mas um dado primeiro; ela está em dependência de toda uma série de variáveis, como clima, entorno material, intensidade do comércio, as leis a que é submetida, seus hábitos, costumes, meios de subsistência. A população é um conjunto de elementos dentro dos quais se podem notar constantes e regularidades e é perpetuamente acessível a agentes e técnicas de transformação.

O público é a população considerada do ponto de vista de suas opiniões, hábitos, temores, preconceitos. É aquilo sobre o que se age por meio da educação, campanhas, convencimentos. Da espécie ao público temos um campo de novas realidades e que são, para os mecanismos de poder, o espaço sobre o qual se deve agir. Do ponto de vista da segurança, a população é o sujeito político coletivo que se buscou atingir com as transformações na medicina que deram origem ao que Foucault chamou de *medicina social*.

O exercício do poder moderno é para Foucault fundamentalmente da ordem da normalização dos indivíduos e das populações. Na formação dessa modalidade dos exercícios de poder, a de medicina desempenhou e desempenha papel fundamental. Não são os códigos legais que regem a sociedade, mas a distinção permanente entre o normal e o patológico. As condutas, os comportamentos, o corpo humano se integram, a partir do século XVIII, a um sistema de funcionamento da medicina que é muito mais vasto e que vai além da questão das enfermidades. O termo medicalização faz referência a esse processo que se caracteriza pela função política da medicina e pela extensão indefinida e sem limites da intervenção do saber médico.

A Alemanha pré-unificação foi o ponto de partida da formação do que se pode chamar de ciência de Estado, um tipo de conhecimento que tem como objeto não somente os recursos naturais de uma sociedade ou o estado de sua população, mas o funcionamento geral de seu aparelho político (FOUCAULT, 1979: 84). A organização de um saber médico estatal, a normalização desta profissão, a subordinação dos profissionais a uma administração central e a integração dos mesmos a uma organização médica estatal, ocorridas no país entre o século XVIII e XIX, marcaram o nascimento da medicina moderna caracterizada pelo máximo de estatização, ou governamentalização do Estado, uma prática médica efetivamente centrada na melhoria de saúde da população.

A segunda direção de desenvolvimento da medicina social ocorreu na França, no final do século XVIII relacionada ao problema da urbanização. Até o século XVII o grande perigo social nos países europeus vinha do campo, na forma de revoltas dos camponeses contra cidades e castelos em momentos de má colheita ou altas de impostos. Ao final deste século as revoltas urbanas, protagonizadas por uma plebe em vias de se proletarizar, se tornariam mais frequentes, dando origem ao medo urbano. Angústia diante das oficinas e fábricas que estavam sendo construídas, do aglomerado da população, das casas altas demais, da população numerosa demais. Medo também das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e que invadiam pouco a pouco a cidade (FOUCAULT, 1979: 87).

Havia, portanto, um pequeno número de pânico que atravessavam a vida urbana das grandes cidades no século XVIII, especialmente Paris. A medicina urbana que se desenvolveu daí em diante se ocupou de examinar os espaços de acúmulo de tudo o que poderia provocar doença: lugares de formação de fenômenos endêmicos ou epidêmicos,

controle da circulação, não apenas dos indivíduos, - mas de coisas e elementos, essencialmente água e ar. A higiene pública como controle político-científico do meio se tornaria uma noção essencial para medicina social do país, processo este mantido durante e após a Revolução Francesa (1789-1799).

A Revolução Francesa... concebeu uma série de projetos de moral do corpo, de higiene do corpo, que não deveriam, de modo algum, estar sob controle dos médicos: concebia-se uma espécie de regime político feliz, em que a gestão do corpo humano, a higiene, a alimentação ou o controle da sexualidade corresponderiam a uma consciência coletiva ou espontânea. Este ideal de uma regulação não médica do corpo e da conduta continuou durante o século XIX (IDEM, 2010a: 184).

O terceiro acontecimento importante para a constituição da medicina social é o modelo inglês, no qual os pobres e os trabalhadores se tornam objeto de medicalização. Até o primeiro terço do século XIX os pobres eram peças-chave para o funcionamento das cidades. Eram pessoas que realizavam incumbências como levar cartas, despejar o lixo, apanhar móveis velhos, trapos, entre outros. Os pobres faziam parte da instrumentalização da vida urbana porque conheciam a cidade em uma época em que as casas não eram numeradas e não havia serviço postal. Eram os pobres que realizavam serviços fundamentais para a cidade, como o transporte de água e eliminação de dejetos, e por isso não eram vistos como perigosos.

Porém, após a Revolução Francesa e as agitações sociais ocorridas pela Europa no início do século XIX, a população pobre se configurou numa força política capaz de promover ou fazer parte de revoltas. Além disso, a cólera de 1832, que se propagou por toda a Europa, cristalizou em torno da população proletária “uma série de medos políticos e sanitários”, ocasionando a separação do espaço urbano entre bairros ricos e bairros pobres, efeito das revoltas e saber da economia política que transfigurou o povo

em população.

O medo do povo como força política e como propagador de doenças levou ao estabelecimento do sistema postal e de um sistema de carregadores gerido pelo Estado, o que produziu uma série de revoltas populares contra esses sistemas, que retiravam os meios de sobrevivência dos mais pobres. O problema que se colocou para a burguesia da época tratava de como – e a que preço – garantir sua segurança política. A resposta veio da forma da criação de uma medicina centrada no controle da saúde e do corpo das classes mais pobres, para torná-las aptas ao trabalho e menos perigosas para as classes ricas.

Surgia uma nova forma de medicina social, baseada em intervenções nos lugares insalubres, verificações de vacinas, registros de doenças que poderiam se tornar epidêmicas. Um controle pelo qual as classes ricas, por meio de seus representantes no governo, asseguram a saúde das classes pobres e a sua proteção. Os pobres ganharam acesso a tratamento médico gratuito ou sem grandes despesas e, como consequência, os ricos ficaram protegidos de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre. Consolidou-se a biopolítica da população. Trata-se definitivamente da estatização da vida biologicamente considerada, isto é, do homem como ser vivente. O biopoder foi um elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo e serviu para assegurar a inserção controlada dos corpos no aparato produtivo e para ajustar os fenômenos da população aos processos econômicos. Por isso a importância crescente da norma. A norma é o que pode aplicar-se tanto a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regularizar (CASTRO, 2009: 57-58).

Outra mudança significativa nesse contexto de transformações da medicina ocorreu entre o fim do século XVIII e início do século XIX com o aparecimento do hospital na tecnologia médica. Os hospitais da Idade Média haviam sido concebidos

como uma instituição de assistência e também de separação/exclusão. O paciente do hospital do século XVIII não era o doente que se buscava curar, mas o pobre que estava morrendo, alguém a quem se devia dar os últimos cuidados e a extrema unção. A exemplo dos asilos destinados a abrigar cancerosos, dirigidos por leigos e religiosos, os hospitais eram mais instituições de caridade do que lugares destinados à cura. O hospital nascera com uma função espiritual, transição entre a vida e a morte, salvação da alma do doente e daqueles que buscavam a salvação espiritual prestando cuidado a eles.

Esta “decolagem” sanitária do mundo desenvolvido foi acompanhada de um desbloqueio técnico e epistemológico, de considerável importância, da medicina e de toda uma série de práticas sociais (FOUCAULT, 2010a: 173). Foi a partir dessas reformas que a medicina começou a se libertar de sua crisálida medieval. Deixando de ser individual para se tornar social e levando em consideração outros aspectos que não as doenças, a medicina abriu caminho para os avanços técnicos que viriam nos anos seguintes. As séries hospital e medicina tinham se mantido independentes e separadas até que começasse a ocorrer um movimento duplo de medicalização do hospital enquanto a medicina se tornava hospitalar. Essa reorganização viria ocorrer a partir de uma tecnologia de poder chamada *disciplina*.

A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo e diminui essas mesmas forças (em termos político de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 2008a: 119).

A invenção dessa nova anatomia política corresponde a uma multiplicidade de processos de procedências diferentes e localizações esparsas, que se repetem e se apoiam uns sobre os outros; técnicas sempre minuciosas que definem um modo de

investimento político detalhado do corpo. O homem moderno, do humanismo, nasce dessa observação incessante e detalhada sobre das pequenas coisas que serviriam para ampliar o controle e a utilização das pessoas.

O poder na sociedade disciplinar se organiza em torno da vida. O controle dos mínimos detalhes da vida e do corpo que ocorre a partir da escola, quartel, hospital e fábrica. Seu objeto é o corpo vivo. Nascimento, mortalidade, saúde, expectativa de vida se tornam objetos de saber e alvos das intervenções do poder. O biopoder serviu para assegurar a inserção controlada dos corpos no sistema produtivo e para ajustar fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1988).

Trata-se de técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social, na família, no exército, na escola, na polícia, na medicina, investindo sobre o corpo, saúde, moradia, hábitos alimentares, condições de vida e todo o espaço da existência. Uma vez vinculada ao destino do Estado a medicina não será apenas o corpo dos conhecimentos e das técnicas de cura, mas também um conhecimento do homem saudável, do não-enfermo. Para isso a medicina do século XIX se organiza mais pela normalidade do que pela saúde. O domínio de intervenção da medicina já não concerne apenas às enfermidades, mas à vida em geral.

Os avanços no diagnóstico e tratamento do câncer só se tornaram possíveis devido aos elementos que surgiram com a sociedade disciplinar: a observação do corpo e das condutas dos indivíduos, dos processos biológicos, a adoção de registros sobre procedimentos terapêuticos e suas consequências. Até a metade do século XVIII, a extirpação de tumores era praticada por poucos médicos, pois o risco de morte nas cirurgias era extremamente alto. Além da dor, o paciente ficava exposto à perda excessiva de sangue e as mortes por infecção eram recorrentes. A introdução da anestesia (utilizando éter) e da antisepsia (ácido carbólico) propiciaram, a partir dos

anos 1850, aos cirurgiões dos Estados Unidos e Europa investirem intensamente na cirurgia de remoção de tumores.

A anestesia foi apresentada publicamente em 16 de outubro de 1846, num anfiteatro cirúrgico do Massachusetts General Hospital.

Um dentista de Boston, William Morton, mostrou um pequeno vaporizador de vidro, contendo cerca de ¼ de éter, encaixado num inalador. Abriu o bocal e pediu a um paciente, Edward Abbott, tipógrafo, que inspirasse o vapor. Enquanto Abbott caía num sono profundo, Morton... fez gentilmente uma pequena incisão no pescoço dele, e costurou um vaso sanguíneo inchado... Quando Abbott acordou, poucos minutos depois, disse: “Não senti dor em momento nenhum, apesar de saber que a operação estava sendo feita” (MUKHERJEE, 2011: 78).

Apesar do alívio para os pacientes, a anestesia não tinha efeito sobre outro fator importante: os corpos uma vez abertos e expostos ao ar poderiam se tornar gangrenosos, fazendo com que os pacientes fossem a óbito devido a infecções. Para evitar esse risco os cirurgiões tinham que trabalhar rápido, o que inviabilizava a realização de cirurgias mais complexas.

Essa situação se transformaria radicalmente a partir de 1865 quando o cirurgião britânico Joseph Lister, baseado na teoria de germes do químico francês Louis Pasteur¹, introduziu a antissepsia com agentes químicos como forma de redução das infecções e óbitos pós-operatórios. Se as infecções eram causadas por bactérias, então talvez um processo antibacteriano químico fosse capaz de contê-las. Em 1860, o médico utilizou o ácido carbólico (fenol) para a desinfecção de roupas cirúrgicas. O componente até então era empregado para tratamento da água dos esgotos. Logo depois Lister começaria a

¹ Louis Pasteur (1822-1885) demonstrou em seus trabalhos que a putrefação é causada por micro-organismos invisíveis (bactérias) opondo-se à teoria em vigor, de que os germes infecciosos seriam gerados espontaneamente. A experiência do químico francês mostrava dois vidros contendo caldo de carne, um aberto e outro fechado a vácuo, num recipiente esterilizado. O caldo exposto ao ar logo se tornava turvo e começa a fermentar, o que não ocorria no recipiente fechado.

tratar ferimentos com uma pasta de ácido carbólico. Não demoraria muito para sua descoberta fosse aplicada à cirurgia de câncer. O próprio Lister removeu, em 1867, um tumor de mama de sua irmã utilizando éter como anestésico e ácido carbólico como antisséptico².

No começo do século XIX diversos tipos de tumores passaram a ser operados. Quando as neoplasias não haviam invadido outros órgãos, as operações curavam uma parcela significativa dos pacientes. Os procedimentos operatórios foram se tornando mais complexos, bastante influenciados pelo trabalho de dois cirurgiões, o alemão Theodor Billroth (1829-1894), precursor da cirurgia abdominal e o estadunidense William Stuart Halsted (1852-1922), pioneiros no conceito de cirurgia radical.

Billroth estabeleceu métodos seguros para a remoção de tumores de estômago, esôfago, ovário e cólon preservando tecidos e órgãos saudáveis. A questão enfrentada por Billroth tratava de redefinir limites anatômicos naturais, fronteiras que frequentemente são ultrapassadas pela proliferação das células e tecidos cancerosos. Quando um órgão precisa ser parcial ou totalmente removido o cirurgião precisa refazer as conexões para que o organismo mantenha seu funcionamento o mais próximo do normal. Billroth se lançou nos estudos desses limites anatômicos e suas redefinições no começo dos anos 1890. Em meados da década seguinte o médico já havia operado 41 pacientes de carcinoma gástrico empregando essas novas configurações. Dezenove sobreviveram às cirurgias.

O problema das *recidivas* nas remoções de tumores, principalmente de mama, já havia sido observado na década de 1860 pelo inglês Charles Moore. O cirurgião começou a registrar a anatomia de cada recaída, assinalando a área do tumor original e os locais de ressurgimento da doença, criando uma espécie de alvo da reaparição do

² A irmã de Lister, Isabella Pim, sobreviveu à cirurgia sem infecções, falecendo três anos depois da cirurgia em decorrência do surgimento de metástase no fígado.

câncer. As recidivas se concentravam exatamente ao redor dos limites da cirurgia original, levando à conclusão que as neoplasias mamárias requeriam não apenas a extirpação do tumor, mas do órgão inteiro. Essa ideia seria levada ao limite pelo médico nova-iorquino William Stuart Halsted, um dos pioneiros da mastectomia radical.

Halsted ingressou na cirurgia no hospital Belevue, de Nova York por volta de 1870, um momento de transição entre procedimentos para o tratamento do câncer, numa época em que sangrias, ventosas, lixívias e purgações eram condutas comuns. Em 1877 o médico viajou para a Europa para aprender as modernas técnicas de cirurgia que surgiam em Leipzig, Viena, Berlim, Paris e Londres. No departamento cirúrgico do recém-criado hospital John Hopkins - hoje um dos maiores centros de tratamento do câncer, - Halsted criou um programa de treinamento para residentes em cirurgia, no qual aplicava as conclusões de Moore a respeito da cirurgia radical. Moore argumentava que os cirurgiões, tentando poupar as mulheres da desfiguração, exerciam uma “bondade equivocada” ao preservar o órgão e tecidos ao seu redor.

Halsted decidiu não apenas retirar a mama, mas uma área maior na cavidade torácica. Ele deu ao procedimento o nome de *mastectomia radical*, usando a palavra no sentido de raiz. O que ele buscava era *desenraizar* o câncer. Halsted reconhecia que o procedimento gerava várias sequelas para suas pacientes. As cirurgias eram mutiladoras e a recuperação do procedimento poderia levar anos. O médico aceitava essas consequências como “ferimentos de uma batalha inevitável” (MUKHERJEE, 2011:88).

A mastectomia radical floresceu em um ambiente de espetáculo onde o que hoje chamamos de centros cirúrgicos eram chamados de teatros de operações. As cirurgias eram assistidas por plateias acomodadas na parte superior do teatro. O êxito técnico imediato da cirurgia não permitia prever o êxito de longo prazo, isto é, a capacidade do procedimento de impedir a reaparição da doença. Para determinar se o câncer havia sido

curado era necessário acompanhar a sobrevida do paciente, não apenas nos meses seguintes, mas de cinco a dez anos após a operação.

Em 19 de abril de 1898, na Conferência Anual de Cirurgia de New Orleans, foram apresentados os dados de mais de uma década realizando mastectomias radicais. Das 76 pacientes tratadas com este método, apenas 40 sobreviveram mais de três anos após a cirurgia; 36 haviam morrido nos três primeiros anos, consumidas por uma doença que supostamente havia sido erradicada do corpo. Constatou-se que a sobrevivência definitiva ao câncer de mama tinha pouco a ver com a amplitude da operação; dependia da amplitude do câncer antes da cirurgia.

Apesar disso, nem toda essa incerteza impediu que cirurgiões operassem com a mesma agressividade. O “radicalismo” tornou-se obsessão psicológica, penetrando profundamente na cirurgia do câncer. Até a palavra “radical” era uma sedutora armadilha conceitual. Halsted a usara no sentido de “raiz”, porque sua operação destinava-se a desenterrar as raízes profundas do câncer. Mas radical também queria dizer “agressiva”, “inovadora” e “ousada” (IDEM, 2001: 92).

Do outro lado do Atlântico a cirurgia radical também apresentava resultados reveladores. Em 1900, em Viena, o austríaco Ernest Wertheim (1864-1920) publicou um trabalho sobre uma técnica de histerectomia para tratar o câncer de útero com a qual havia reduzido índice de óbitos resultantes dessa cirurgia, no Elizabeth Hospital, de 72% para apenas 10% (TEIXEIRA & FONSECA, 2007: 18). À medida que as técnicas cirúrgicas de assepsia foram se desenvolvendo, aumentava o número de médicos que voltavam seu interesse para as cirurgias de diversos tipos de câncer, fazendo com que cada vez mais a doença se vinculasse à cirurgia radical. Este fato acabou obscurecendo os avanços de outros procedimentos cirúrgicos menos radicais para o câncer, recriminados pelos adeptos da abordagem halstediana, que consideravam as tentativas de cirurgias não radicais como operações provisórias, uma recaída à “bondade

equivocada” que essa geração de cirurgiões havia tentado banir.

Junto à ampliação das possibilidades de intervenção contra o câncer abertas pelo desenvolvimento das técnicas cirúrgicas, outras grandes transformações viriam da aproximação da medicina de outros campos de investigação, como a física e a química. No fim de 1895, pouco tempo após de Halsted ter apresentado a primeira mastectomia radical em Baltimore, o físico alemão Wilhem Roentgen trabalhava com um tubo de elétrons quando descobriu o que mais tarde denominou de raio X.

Rontgen constatou que os raios possuíam capacidade de atravessar tecidos de baixa densidade, como os músculos, e eram absorvidos por outros de densidades mais elevadas como, por exemplo, os ossos. A medicina não demorou se apropriar da descoberta, interessada nas potencialidades diagnósticas oferecidas pela descoberta e logo começou a testá-la freneticamente na busca da cura de diversas doenças.

Pouco tempo depois, o químico francês Henri Becquerel, que conhecia o trabalho de Roentgen, descobriu que certos materiais encontrados na natureza, como o urânio, emitiam raios invisíveis com propriedades semelhantes. Em Paris, um jovem casal amigo de Becquerel, Pierre e Marie Curie procuravam por outras fontes químicas mais poderosas. Em 1902 o casal conseguiu isolar um novo elemento, que emitia uma luz azul no escuro e que poderia produzir muito mais energia que o urânio. Marie Curie deu a esse elemento o nome de rádio, do latim *radius* (raio).

A descoberta do rádio revelou que os raios X, não só tinham a capacidade de transportar energia radiante através dos tecidos do corpo humano, mas também de depositar energia dentro dos tecidos. Os descobridores da radioatividade também constataram - em parte por meio das sequelas que acabaram por desenvolver – que o rádio atacava o DNA e tinha capacidade de matar células de forma seletiva, eliminando primeiro aquelas que se proliferam com rapidez no corpo: pele, unhas, gengivas e

sangue.

Um ano depois da descoberta dos raios X, Emil Grubbe, um estudante de medicina de Chicago de 21 anos, começou a usá-los para combater o câncer. Em março de 1896, Grubbe tratou com radiação um tumor de mama que havia reaparecido após a mastectomia. A massa foi exposta à radiação durante 18 dias consecutivos e a massa diminuiu. Contudo, esse primeiro registro documentado de reação local a partir da terapia com raios X teve êxito por pouco tempo. Alguns meses depois a paciente morreu com metástases que se espelhavam pela espinha dorsal, cérebro e fígado. Descobriu-se que os raios X poderiam ser usados localmente, mas não possuíam a mesma eficácia sobre tumores metastáticos³.

No fim dos anos 1900 surgiria um novo campo na medicina, a oncologia radioativa. Foi um período marcado por conferências e associações sobre terapias de alta dose de radiação. A terapia era dolorosa, mas era eficiente para tumores confinados a certas áreas. Em 1905 que o radiologista francês Jean Bergonié e o histologista Louis Tribondeau esclareceram seu princípio de ação curativa, mostrando que as células cancerosas são mais sensíveis a ele que as células sãs. O trabalho deu fundamentação biológica à utilização da radioterapia e abriu caminho para a sua utilização científica contra diversos tumores (TEIXEIRA & FONSECA, 2007).

Porém, durante muito tempo, a maioria dos médicos tanto da França e de outros países foram resistentes ao uso dos raios X. Apesar dos avanços, a nova tecnologia mostrava-se perigosa, pois causava queimaduras e, se utilizada em altas doses, chegava a ser cancerígena. Marie Curie morreria de leucemia em 1934. Emil Grubbe morreria em 1960 com múltiplas formas de câncer espalhadas pelo corpo. Somente a partir da década de 1910, esta situação começou a mudar com o desenvolvimento dos tubos de

³ Atualmente metástases podem ocasionalmente ser tratadas com raio X, mas a eficácia deste tipo de tratamento é limitada (MUKHERJEE, 2011).

raios catódicos (1913) e de potentes geradores (1921) que permitiam um maior controle da intensidade dos raios, possibilitando sua utilização de forma mais segura.

Enquanto nos Estados Unidos predominava a abordagem cirúrgica do câncer, na Europa a utilização do rádio no tratamento de câncer passou a ser cada vez mais frequente a partir da segunda década do século XX. A difusão da radioterapia acabou por originar um novo grupo de profissionais: os radiologistas, encarregados da pesquisa e aplicação de terapias radiativas nos pacientes. Esse novo campo médico, na maioria das vezes, atuava em consórcio com a cirurgia. Em muitos casos, pacientes que tinham seus tumores extraídos cirurgicamente eram enviados para tratamento radioterápico com a finalidade de evitar o reaparecimento da doença; em outros, os pacientes eram submetidos inicialmente ao tratamento radiológico e depois tinham seus tumores retirados por meio de cirurgia.

Logo o câncer passaria a ser tema de encontros específicos, nos quais se discutiam suas causas e possível contagiosidade e, principalmente, a ampliação de sua incidência nas diversas partes do mundo. Em 1906, se daria a Primeira Conferência Internacional contra o Câncer, em Paris. Quatro anos mais tarde, uma segunda conferência ocorreu na Bélgica, realizando-se, em 1923, o primeiro Congresso Internacional do Câncer em Estrasburgo. As resoluções desses certames normalmente apontavam para a necessidade de ampliação das pesquisas e para a criação de instituições específicas para o tratamento dos acometidos, incentivando o surgimento de novas iniciativas em relação à doença (TEIXEIRA & FONSECA, 2007: 20).

Em 1932, Willy Meyer, cirurgião que havia desenvolvido a mastectomia concomitantemente a Halsted, enviou uma comunicação à reunião anual da Associação Americana de Cirurgia, afirmando a necessidade de um tratamento sistêmico posterior, que deveria ser feito em todos os casos operados. O discurso de Meyer indicava que quando os pacientes oncológicos procuravam os médicos, a doença em geral já havia

fugido de controle, espalhando-se pelo corpo como a bile negra imaginada por Hipócrates e Galeno séculos antes. Meyer concluiu que o câncer não era uma enfermidade local, mas uma doença que se circulava pelo corpo. Tratava-se de uma doença sistêmica.

A observação das inovações do tratamento do câncer permite obter um pequeno número de conclusões sobre a doença: não há uma abordagem definitiva para o câncer, a indicação das abordagens (cirurgia ou radioterapia) varia de acordo com o tipo de tumor e seu grau de desenvolvimento; tanto a eficácia do tratamento quando as recaídas só podem ser observadas mediante registros das experiências; a ocorrência de recidivas próxima ao local do tumor sugeriu um tipo de terapia que sacrificasse partes sadias do corpo como forma de impossibilitar o retorno da doença. Por fim, a constatação de que o câncer é uma doença sistêmica mais adiante abriria caminho para a necessidade de ampliar a observação do corpo (para obtenção de diagnósticos precoces) e da modificação dos hábitos e condutas como forma de evitar a ocorrência da doença.

Metáfora política

As metáforas relacionadas ao câncer mostram-no como algo corrosivo. Um invasor que se infiltra, não respeita fronteiras, se instala e se espalha. Uma doença que costuma ser descoberta quando já é tarde demais. Metaforicamente o câncer é uma patologia do espaço: o câncer se espalha, prolifera, pode estar localizado ou difuso, uma doença que pode surgir em qualquer parte do corpo revelando sua degradação em mapeamentos minuciosos. Sontag (2007), afirma que qualquer doença cuja causa desconhecida e os tratamentos para ela, ineficazes ou insuficientes, tende a se tornar metafórica. Saturada de significação, a doença torna-se adjetiva: os sentimentos sobre o mal são projetados sobre a doença e a doença é projetada sobre o mundo.

No passado, essas fantasias grandiloquentes foram, em regra, associadas a doenças epidêmicas, doenças que eram uma calamidade pública. Nos dois últimos séculos, as doenças usadas com mais frequência como metáforas para o mal foram a sífilis, a tuberculose e o câncer – todas elas imaginadas predominantemente como doenças de indivíduos (SONTAG, 2007: 54).

Para a autora, o câncer é uma doença que evoca imagens do capitalismo: o problema da satisfação, das compras a crédito, da mobilidade, de uma economia que depende da satisfação irracional do desejo. É uma doença ligada ao consumo, ao excesso. Porém, as metáforas predominantes são da ordem político-militar. A visão de que o tratamento do câncer é pior do que a doença respalda a ideia de terapias confessadamente brutais. Já que o corpo do paciente é visto como se estivesse sob ataque, a única opção é o contra-ataque.

Os médicos travam uma *guerra* contra o câncer. As células do tumor original *colonizam* regiões remotas do corpo. Mesmo considerando os avanços da medicina no campo da cirurgia e emprego da rádio e quimioterapia, o tratamento do câncer em certa medida permanece rudimentar, pois as *intervenções* consistem, grosso modo, em cortar fora, queimar ou envenenar o paciente para matar a doença e esperar que ele sobreviva. Na radioterapia os pacientes são *bombardeados* com raios tóxicos; na quimioterapia o tratamento visa *matar* células cancerosas, ainda que isso leve a vida do próprio doente ao limite. No tratamento do câncer as sequelas deixadas pelo tratamento são como baixas colaterais na guerra: qualquer dano ao corpo que possa salvar a vida do paciente é justificável.

Sontag afirma que as metáforas de enfermidades sempre foram usadas para reforçar acusações sobre a corrupção ou injustiça na sociedade. As modernas metáforas de doença especificam um ideal de bem estar da sociedade e do Estado equiparado à saúde física. Essas formulações que pressupõem a noção médica e política de equilíbrio

e cujos prognósticos tendem a ser otimistas conquanto se esteja disposto a cortar onde for necessário em nome da preservação do corpo-social, do corpo artificial do Estado ou do corpo individual cuja vida se tornou objeto de intervenção política.

Maquiavel⁴ e Hobbes⁵ recorreram às metáforas de enfermidades para reforçar o apelo de uma reação para controlar a desordem interna e a importância de interromper uma doença grave no início, enquanto é relativamente fácil de ser curada. Durante o regime nazista afirmava-se que o judaísmo era comparável a um câncer que deveria, por isso, ser extirpado. De modo semelhante, o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad se referiu ao estado de Israel como o câncer do Oriente Médio⁶ e que o país deveria ser eliminado da face da terra⁷. Recentemente um embaixador israelense declarou que o Hamas era “o câncer da Palestina”⁸.

O câncer como metáfora política é uma incitação à violência, no limite, ao genocídio. É o insuportável do corpo, o imprevisível, o ingovernável. É o inimigo interno, formado por células do próprio corpo que em algum momento adquirem autonomia e se multiplicam de forma desordenada, rápida e destruidora. Nesse sentido,

⁴ “Da tísica, os médicos afirmam, no princípio cura-se com facilidade e com dificuldades se conhece, mas correndo o tempo, não tendo sido reconhecida e medicada, fácil é conhecê-la e difícil curá-la. Acontece o mesmo às coisas do Estado: conhecendo-se com antecedência os males, o que somente aos homens de prudência é concedido, rapidamente se curam; mas quando, tendo sido ignorados, foram deixados em aumento, a ponto de que todos os conhecem, não mais haver á corretivo aos males” (MAQUIAVEL, 1999: 4).

⁵ “...entre as enfermidades de um Estado incluirei em primeiro lugar aquelas que têm origem numa instituição imperfeita, e se assemelham às doenças de um corpo natural que provêm de uma procriação defeituosa. Esta é uma dessas enfermidades: um homem, para obter um reino, contenta-se muitas vezes com menos poder do que é necessário para a paz e defesa do Estado. Donde se segue que, quando o exercício do poder é assumido para salvação pública, tem a aparência de um ato injusto, que predispõe um grande número de homens (quando a ocasião se apresenta) para a rebelião; do mesmo modo que os corpos das crianças concebidas por pais enfermos estão sujeitos quer a uma morte precoce, quer à expulsão da má qualidade resultante da sua concepção viciosa através de cálculos e pústulas” (HOBBS, s/d: 108).

⁶ “Líder do Irã diz que Israel é câncer do Oriente Médio”. Estadão/Internacional. Acesso em 06/11/ 2012.

⁷ “Israel should be wiped off map, say’s Iran’s presidente”. The Guardian. Acesso em 06/11/ 2012.

⁸ “O Hamas é o câncer da Palestina” diz embaixador de Israel no Brasil”. UOL Notícias Internacional. Acesso em 16/07/ 2014.

cabe perguntar o que seria o equivalente deste insuportável do corpo para o corpo do Estado? Que tipo de problema político interno deste corpo artificial surge de maneira repentina e é combatido como se se estivesse em guerra? Que tipo de doença atinge este corpo artificial de modo que para combatê-la seja necessário cortar partes sadias ou se expor a tratamentos cujos efeitos colaterais podem produzir mais de si mesmo? Minha resposta é: o terrorismo.

Assim como câncer é uma designação genérica para um conjunto de doenças que possuem em comum a multiplicação celular desordenada e maligna, o terrorismo corresponde a uma multiplicidade de acontecimentos políticos diferentes entre si e que possuem em comum o fato de atores não-estatais usarem a violência que funda o Estado, sobre a qual se arroga o direito ao monopólio legítimo, contra ele mesmo. O Terrorismo é o câncer que irrompe dentro e contra o corpo-Estado, pequenas células que se agrupam de maneira invisível, explodindo em tumores e metástases que dão origem a grandes extirpações, sempre acompanhadas por outros tratamentos invasivos e controles permanentes. Se o que marca o câncer é a imprevisibilidade, seu controle e prevenção requerem um policiamento constante do corpo.

Minha hipótese é que não só o terrorismo se comporta como o câncer – imprevisível, incurável e imortal – mas as medidas de combate à ameaça terrorista se desenvolveram e ainda funcionam de modo análogo ao combate da doença, com exames cada vez mais minuciosos sobre as condutas e um controle que passa a incidir não apenas sobre o corpo-Estado doente, mas sobre o planeta. Quando a trama da vida cotidiana é rompida pelo excepcional do acontecimento cancerígeno, o Estado intervém com medidas excepcionais, com o corte, com o fogo.

Guilhotina nos altares da razão

A origem do terrorismo contemporâneo está relacionada aos acontecimentos da Revolução Francesa e da instauração da república jacobina, onde o terror era exercido a partir do Estado⁹. No final do século XVIII, a França passava por um período de transformações sociais que culminaram na ascensão política da burguesia e na derrota do absolutismo. O período republicano, iniciado em 1792, inicialmente foi dirigido pela Convenção (ou Assembleia Convencional), uma espécie de congresso com poderes executivos, cujos membros eram eleitos por meio do sufrágio universal. Duas correntes políticas principais disputavam o poder: os *girondinos* e os *jacobinos*. Os primeiros eram representantes da alta burguesia e defendiam uma república baseada em princípios liberais, garantia da propriedade e na limitação da atuação política das camadas populares. Os segundos, representantes da pequena burguesia e dos setores populares (*sans-culottes*), pregavam o aprofundamento e a radicalização das reformas.

O temor e perigo causados tanto pela coalizão externa que declara guerra à França quanto pela contra-revolução interna, liderada pelos padres refratários e pelos monarquistas, foram as justificativas para impor a prática do *terror*. O período conhecido como Terror (1793-1794) corresponde à organização sistemática de práticas repressivas pelo Comitê de Salvação Pública, comandado pelos jacobinos para *defender a revolução*. Liderado por Robespierre, o Tribunal Revolucionário prendeu mais de 300 mil pessoas e condenou 17 mil à execução sumária na guilhotina.

Em 5 de fevereiro de 1794, em sua fala à Convenção, Robespierre estabeleceu uma relação retórica entre virtude e terror, sendo o segundo item necessário para a implantação do primeiro. A regra básica de proteção social consistiria em proteger

⁹ Existem procedências do que hoje poderia ser considerado terrorismo na Palestina no século I d.C. (os *sicários*) e da antiga Pérsia (atual Irã) entre os séculos XII e XIII (os *assassin*) (DEGENSZAJN, 2006a: 27). Entretanto, considera-se nessa pesquisa o terrorismo um acontecimento ligado à emergência do Estado moderno que ocorre a partir da Revolução Francesa.

apenas os cidadãos pacíficos e republicanos. Os demais seriam conspiradores e inimigos da revolução. “A primeira máxima (...) política deve ser conduzir o povo pela razão e os inimigos do povo pelo terror. Mas afinal o que é o terror? O terror não é outra coisa que não uma justiça rápida, severa, inflexível” (BATISTA, 2006: 23).

Na retórica do líder jacobino estava presente a ideia de antinomia, de uma luta do bem contra o mal, o que foi reforçado pela Lei dos Suspeitos. Criada em 1791 e reformada por decreto em 10 de junho de 1794, a lei substituiu a categoria de suspeito¹⁰ pela de inimigo do povo. Nessa nova categoria figurarão não apenas os conspiradores e os “caluniadores do patriotismo”, mas os açambarcadores de cereais (aos quais se atribuía o desabastecimento de Paris). Recomendava-se, pois, que toda ofensa aos interesses do povo tivesse a morte como punição.

Não tardaria que Robespierre perdesse o apoio das massas e fosse deposto pelo golpe da burguesia girondina, conhecido como Reação Termidoriana. As leis jacobinas foram suspensas e uma nova Constituição foi aprovada em 1795, instituindo o Diretório (órgão de caráter executivo composto por cinco membros) e restabelecendo privilégios burgueses, como o voto censitário. No ano seguinte o Diretório sofreu uma tentativa de golpe sob o comando do jacobino Graco Babeuf, que pretendia com a Conspiração dos Iguais, organizar uma república igualitária. Babeuf foi preso e executado. O período do Terror havia acabado, mas a prática de eliminar os adversários da revolução, não.

Camus (2011) afirma que 1789 é o ponto de partida dos tempos modernos porque os indivíduos daquela época quiseram derrubar o princípio de direito divino e fazer com que entrasse para a história a força da negação e da revolta. Naquele

¹⁰ A lei definia como suspeitos “aqueles que por sua conduta ou relações ou por seus próprios escritos se mostrem partidários da tirania ou do federalismo... a quem foi recusado o certificado de civismo, de origem nobre, junto com aos seus maridos, esposas, pais, mães, filhos, filhas, irmãos e irmãs e imigrantes que não manifestam constantemente sua adesão à revolução” (BATISTA, 2006).

contexto, a morte do rei foi justificada em nome do *contrato social*, que serviria também para posteriormente se argumentasse em favor da pena de morte qualquer outro inimigo do Estado.

Camus afirma que a revolução, ao contrário do movimento restrito da revolta, começa de uma ideia. Ela é precisamente a inserção da ideia na experiência histórica, enquanto a revolta é somente o movimento que leva da experiência individual à ideia (IDEM, 132). Foi Saint-Just que introduziu na história as ideias de Rousseau ao fazer a defesa da execução do rei. Para provar que o povo é em si a verdade eterna era preciso provar que a realeza em si constituía o crime eterno. O rei seria um rebelde contra o povo, de quem usurpa a soberania (IDEM, 148). A morte de Luís XVI não tem intenção de atingir à pessoa do rei, o que se procurou matar com ele foi o princípio do direito divino.

A partir do momento em que as leis não fazem reinar a concórdia as facções devem ser combatidas, pois, são elas que dividem o soberano e são, portanto, blasfemas e criminosas (IDEM, 151). Saint-Just, ainda inspirado por Rousseau - primeiro a justificar a pena de morte numa sociedade civil - proclama que patriota é todo aquele que apoia a República. Quem quer que combata, critique ou não a apoia ostensivamente é traidor. Quando a religião da razão se torna dogmática ela exige adoração incondicional, erige seus próprios altares, os cadafalsos iluminados pelo brilho mortal da guilhotina.

Foucault evita servir-se do conceito de revolução para analisar a formação do saber e também estudar a história das relações de poder. Ele rechaça conceber a História em termos de totalidade, isto é, de um processo contínuo e progressivo, orientado para a finalidade que, de alguma maneira está presente desde a origem. A revolução não seria

senão o retorno a uma relação originária de forças à primeira constituição (CASTRO, 2009: 388). Deste modo, o que assistimos com a Revolução Francesa foi a reelaboração da ideia de nação, cuja função não é “administrar e administrar-se, governar e assegurar a constituição” (IDEM, 390).

A partir dessas observações se compreende que “o terrorismo está modernamente relacionado ao governo soberano e as maneiras pelas quais lutas contundentes a ele se interpõem” (AUGUSTO, 2013a: 51). Durante Revolução Francesa o terror era exercido pelo Estado como forma de tentar assegurar a estabilidade diante das forças de restauração e de radicalização do movimento revolucionário. No século XIX o ponto de onde se exercia o terror se deslocou do Estado para a população.

Conforme explica Passetti (2013), o terrorismo passou a ser encarado juridicamente como ações contra o Estado moderno, resguardando a este toda e qualquer medida que garante seu inaugural papel de preservador da ordem. Desde então passou a ser usual designar o terrorismo como afronta violenta ao Estado e ao regime. Entretanto, adverte, não há terrorismo que não seja, também, uma contundência ao estado das coisas e ao Estado. É nesse sentido que devemos distinguir terrorismo de terror.

No terror aninham-se diversas práticas que regulam condutas dentro de uma ordem e que não se funda em uma exceção, mas compõem para o funcionamento de instituições austeras (não só prisão, mas também hospícios), ilegalismos econômicos, suplícios privados contra crianças e mulheres, controle do medo da população pelos meios de comunicação de massa. Terrorismos articulam condutas e contracondutas relacionadas à soberania, e o terror as articula por medo de tecnologias de poder. De

toda sorte, o Estado é a categoria do entendimento (PASSETTI, 2013: 55). Por isso não há terror que não seja, em última análise, terror de Estado.

Anarcoterroristas

Até o século XVIII havia na Inglaterra poucas associações permanentes de trabalhadores assalariados com o objetivo de manter ou melhorar suas condições de trabalho, embora os registros das atas da Câmara dos Comuns revelem um número expressivo de queixas mútuas de empregadores e de associações de diaristas (DEANE, 1979: 189). Porém, em face da Revolução Francesa e da percepção de que o povo constituía uma força política, o Parlamento inglês promulgou, entre 1799 e 1800, as Combinations Laws (Leis de Associação), que proibiam por completo as associações de trabalhadores e previam julgamento e condenação sumários de quem infringisse a lei (ENGELS, 2007: 249). As proibições e condenações obviamente não impediram a formação de associações, como tampouco impediram os atos de depredações e outros danos contra o patrimônio dos empregadores.

No final do século XVIII e começo do século XIX, quando não havia qualquer força policial efetiva, eles não pareciam de forma alguma desprotegidos quando provocados. Sua arma mais eficaz contra o empregador opressor era o que se chamava “agitação do acordo coletivo”. As depredações, comuns na primeira fase da revolução industrial, frequentemente se dirigiam tanto contra as propriedades do empregador – matérias-primas, alimentos acabados, edificações – quanto contra as máquinas. (...) Um grupo de trabalhadores com os rostos enegrecidos como disfarce, podia muitas vezes causar danos suficientes para coagir um empregador opressor antes que a ajuda militar pudesse ser ativada (DEANE, 1979: 90).

O Estado reagiu às agitações promovidas pelos movimentos de trabalhadores com violência, utilizando-se do terror do cadafalso, do degredo e da prisão. O assalto noturno à manufatura de William Cartwright, em 1812, conduzido por membros do movimento ludista, resultou num processo no qual treze pessoas foram condenadas à morte e duas foram deportadas. A lei que proibia a associação de operários só seria revogada em 1824, o que contribuiu para o arrefecimento das depredações proletárias na Inglaterra e o fortalecimento das *trade-unions* e do movimento cartista.

A questão do trabalho e da resistência à exploração capitalista que deu origem à formação dos sindicatos e movimentos de trabalhadores contemporâneos também está relacionada à emergência do anarquismo, entre as décadas de 1840 e 1870. A história do primeiro encontro da Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida como I Internacional – uma organização internacional que tinha como objetivo reunir uma variedade de associações que tinham em comum a classe trabalhadora – foi marcada pelo embate acerca dos meios de ação.

Desde então, as lutas operárias se dividiram entre duas vertentes: a que buscava a centralização do partido da revolução - segundo a concepção do Manifesto Comunista (1848) de Marx e Engels - e aquela que buscava outras maneiras de combater o Estado e o Capital, como a organização em sindicatos livres ou as ações de expropriação e terrorismo individual ou associado (AUGUSTO, 2013a: 105). Essas ações, denominadas de *propaganda pela ação*¹¹, atacavam o modo de vida burguês e seus espaços públicos privatizados na cidade.

¹¹ A noção de propaganda pela ação pode ser encontrada também como propaganda pelo fato. Em inglês utiliza-se a expressão *propaganda by deed*. A tradução de *deed*, segundo o *The New Oxford Dictionary of English*, é “an action that is performed intentionally or consciously” (ação conduzida intencional ou conscientemente). Em francês, utiliza-se a expressão *propagande par le fait*, em que *fait* pode ser traduzido tanto por feito, ação ou fato (*Larousse Dictionnaire*). Em espanhol, encontra-se tanto a expressão *propaganda del acto* como *propaganda por el hecho*. Já em italiano, a tradução mais

A propaganda pela ação foi a principal deliberação do congresso anarquista de Londres, realizado em julho de 1881, que reuniu participantes da Europa e da América do Norte. A prática foi adotada por anarquistas na França, Espanha e Rússia de forma intensa entre os séculos XIX e XX. A trajetória do terror anarquista nesses países tem em comum atentados à bomba contra símbolos do Estado e da burguesia, assassinatos e expropriações que invariavelmente resultaram no endurecimento na perseguição e nas penalidades contra os anarquistas desses países.

Na França, o início da década de 1890 foi marcado por uma série de atos terroristas, que terminaria com o Julgamento dos Trinta, em 1894. O primeiro jornal anarquista a aparecer na França desde o fim da Comuna, *La Revolution Sociale* inaugurado em 1880, trazia uma seção sobre fabricação de bombas intitulada “Estudos científicos”. Nomes de grupos anarquistas do período – *La Panthère de Paris*, *La Haine de Bordeaux*, *Les Terribles de La Ciotat* – faziam um apelo à violência idealizada, assim como as canções de anarquistas, como *Le Dynamite*, de Marie Constant, uma sapateira revolucionária do período (WOODCOCK, 1984: 56).

A série de acontecimentos começou na cidade mineira de Monceau-les-Mines, onde uma organização conhecida como Grupo Negro, organização terrorista operária que contou com a participação de anarquistas durante os anos 1883 e 1884. Em agosto de 1882, a uma sucessão de atos antirreligiosos realizados pelo Grupo Negro incluiria a destruição de cruzes na beira das estradas, pilhagem e incêndio de uma capela e a uma escola religiosa na aldeia vizinha. Os anarquistas de Lyon tomaram conhecimento das ações e enviaram representantes à região.

frequente é propaganda del fatto. (DEGENSZAJN, 2006a: 60).

O governo francês, alegando que os atentados da cidade mineira faziam parte de uma trama insurrecional maior, deu início a uma série de prisões de militantes anarquistas, entre eles Piotr Kropotkin e Emile Gautier, o que demonstrava a intenção do governo francês “de decapitar o movimento anarquista antes que ele viesse a se fortalecer” (IDEM, 59). Essa mesma ansiedade governamental de condenar os militantes anarquistas se manifestaria um ano depois, no julgamento de Louise Michel e Émile Pouget.

Durante os anos 1880, os dois participaram de movimentos de desempregados em Paris, utilizando formas ilegais de protesto, como saques contra padarias, nos quais o pão era dividido entre os participantes das marchas, que gritavam sob bandeiras pretas, “Pão, trabalho ou ataque!”. Atacados pela polícia, ambos foram presos. O julgamento foi agravado pelo fato de terem sido encontrados na casa de Pouget panfletos dirigidos aos “soldados que tinham resolvido apoiar a Revolução”, incitando-os a queimar seus quartéis, matar seus oficiais e unir-se aos insurgentes em sua luta contra a polícia. Em 1883, apesar da falta de provas, Louise Michel foi condenada a seis anos por ter incitado o saque às padarias; Pouget foi sentenciado a oito anos.

O primeiro assassinato do terror anarquista aconteceria em 1884, quando um defensor da propaganda pela ação, Louis Chavès, jardineiro de um convento em Marselha decidiu vingar sua demissão assassinando a Madre Superiora. Chavès enviou ao jornal *L'Hydre Anarchiste* uma carta em que dava um conselho aos anarquistas: “o último conselho que dou aos verdadeiros anarquistas, aos anarquistas ativos, é que, seguindo o meu exemplo, se armem de um bom revólver, um bom punhal e de uma caixa de fósforos...” (IDEM, 57). Na década seguinte a propaganda pela ação encontraria seu ponto alto no mesmo país do terror jacobino, nos atentados dos

anarquistas François-Claudius Koenigstein (Ravachol), August Vaillant e Émile Henry.

A sequência de atos terroristas iniciados por Ravachol, em março de 1892 e que vai até junho de 1894 compreende um período no qual ocorreram 11 explosões de dinamite em Paris, nove pessoas foram mortas, um ministro foi gravemente ferido e um presidente da república, morto. Essa cadeia de acontecimentos teve início em 1891, quando um grupo de anarquistas tentou fazer uma manifestação no subúrbio de Levallois. A polícia dispersou os manifestantes, que foram presos na cidade de Clichy. Houve troca de tiros com a polícia e um deles foi ferido. Levados a julgamento, o homem ferido foi absolvido. Os dois outros, condenados à morte.

Ravachol tentou vingar os companheiros anarquistas duas vezes. Após uma tentativa frustrada de explodir o comissariado de Clichy, decidiu assassinar o juiz Benôit, magistrado havia presidido o júri em que os dois anarquistas haviam sido condenados no ano anterior. O plano era explodir o apartamento do juiz com uma bomba montada em uma lata de marmitta. A explosão foi bem sucedida, porém não atingiu seu alvo. Após esta ação, Ravachol se dedicou a um novo atentado, desta vez contra outro magistrado, o juiz substituto, Boulot. Mais uma vez o plano fracassou em atingir seu alvo principal, mas resultou em sete feridos e um prédio que quase veio abaixo por conta da explosão.

Pouco tempo depois, Ravachol foi identificado em um restaurante, preso e condenado à morte. Diante do tribunal, se recusou a reconhecer a autoridade do juiz e da própria justiça e declarou não estar arrependido. Ao contrário, ele reafirmou seus atos, apontando os burgueses como os verdadeiros criminosos (AUGUSTO, 2006:146). Quando Ravachol se colocou de pé diante de seus juízes em Montbrison, disse as

seguintes palavras: “Sacrifiquei minha própria vida. Se ainda luto é em nome da ideia anarquista. Pouco me importa se fui condenado. Sei que serei vingado” (WOODCOCK, 1984).

A “vingança” começaria alguns meses após a execução de Ravachol, com uma série de atentados a bomba. Uma delas explodiria na delegacia da Rue de Bons-Enfants, matando quatro policiais. Um desses atentados aconteceu em dezembro de 1893, quando o anarquista Auguste Vaillant atirou uma bomba na Câmara dos Deputados de Paris. O artefato era feito com uma marmita repleta de pregos e pólvora. A explosão não deixou vítimas, mas disseminou o terror pela classe política.

Vaillant assumiu a autoria do atentado e foi condenado à morte. Desde o início do século essa sentença não era dada a uma pessoa que não houvesse causado a morte de alguém. A filha de Vaillant, Sidonie, escreveu pedindo clemência pela vida do pai à primeira dama francesa, esposa do presidente Sadi Carnot (1887-1894), mas o apelo foi inútil. Vaillant foi executado sob os gritos de “viva a anarquia!”, afirmando que sua morte seria vingada. A vingança aconteceu apenas uma semana após sua execução por meio de um atentado à bomba que matou uma pessoa e feriu outras vinte.

O local escolhido era frequentado pela burguesia parisiense, o Café Terminus. O autor, Émile Henry, um jovem espanhol de classe média, filho de um ex-integrante da Comuna de Paris. Henry teve acesso a uma boa educação, mas dispensou a oportunidade de se tornar engenheiro civil, aproximando-se da prática anarquista e incorporando os princípios da propaganda pela ação. Antes do episódio do Café Terminus, Henry havia tentado explodir o escritório da Société des Mines de Carmaux, que tinha reprimido com brutalidade uma greve de funcionários. O atentado foi

frustrado pela polícia, que descobriu a bomba. O artefato foi levado ao quartel, onde explodiu matando cinco policiais.

O julgamento de Henry foi, nas palavras de Jean Maitron (2005), um acontecimento singular no interior do que ficou conhecido como *terror anarquista*. Três fatores surpreendem o governo e burgueses franceses no caso de Henry: um é o fato deste não possuir as características físicas e sociais de um anarquista exemplar, outro é de seus atentados ocorrerem no exato momento em que se esperava liquidar a ação dos anarquistas com o julgamento dos Trinta, e, por fim, a reivindicação estritamente pessoal que Henry faz de suas ações. Em seu discurso de julgamento, o anarquista expressou a negação da justiça que não reconhecia como legítima e afirmou guerra contra o Estado e a sociedade burguesa

Henry relata ter ido a Paris na época do caso Vaillant e ter sido testemunha das medidas draconianas tomadas pelo governo contra os anarquistas. “Espia-se por todo lado, faziam-se buscas, prendiam-se pessoas. Ao acaso, uma multidão de indivíduos era arrancada da família e lançada na prisão. O que sucedia às mulheres e aos filhos destes camaradas durante o seu encarceramento? Ninguém se preocupava com isso” (MAITRON, 2005: 32). Ao mesmo tempo, os jornais e panfletos libertários eram confiscados, o direito de reunião proibido. O jovem recorda como se tornou anarquista, mas não se propõe a explicar uma teoria do anarquismo e sim explicitar o seu caráter revolucionário. Seu propósito era fazer ouvir uma voz que os burgueses já tinham ouvido, mas que consideravam haver matado junto com Ravachol: a voz da dinamite.

Se a burguesia havia feito dos anarquistas um bloco e os perseguido em massa, então os ataques também seriam feitos em bloco.

Devemos apenas atacar os deputados que fazem as leis contra nós, os

magistrados que as aplicam, os policiais que nos prendem? Não penso assim. Todos esses homens são meros instrumentos que não agem em seu próprio nome. As suas funções foram instituídas pela burguesia para a sua defesa. Não são mais culpados do que os outros. Os bons burgueses que embora não tendo qualquer função recebem, no entanto, os seus dividendos, que vivem na ociosidade com os lucros produzidos pelo trabalho dos operários, devem também sofrer a sua parte de represálias (MAITRON, 2005: 34).

Henry diz não ignorar as diferenças entre anarquistas que condenavam quem expressasse solidariedade aos propagandistas pela ação, acusando-os de serem covardes para arriscar suas vidas. Para ele, era hora para ação, sem fraquezas ou recuos. Na guerra que declaravam contra a burguesia, os terroristas anarquistas não esperavam, nem pediam clemência.

Sabemos matar, saberemos morrer. É pois com indiferença que aguardo seu veredicto. Estou ciente que a minha cabeça não será a última que vocês cortarão; outras ainda hão de rolar, pois os mortos-de-fome começam a descobrir o caminho dos vossos grandes cafés e restaurantes, como o Terminus e o Foyot. Vocês acrescentarão novos nomes à lista sangrenta dos nossos mortos. Vocês enforcaram em Chicago, decapitaram na Alemanha, garrotaram em Jerez, fuzilaram em Barcelona, guilhotinaram em Montbrison e em Paris, mas o que nunca conseguirão destruir é a anarquia (IDEM, 36).

Pouco tempo depois de seu julgamento, Émile Henry, condenado à morte, foi executado em 21 de maio de 1894. Para Degenszajn, o terror, que encontrou em Ravachol sua expressão, retornou pelas ações de Henry. Aquilo que parecia extinto, que estava silenciado pela execução de Ravachol, mostrou-se vivo. A persistência do terror diante da força que pretende anulá-lo demonstra que o espaço de resistência diante do Estado não pode ser eliminado; a máquina de guerra, mesmo diante das forças que buscam sua interiorização, encontrará sempre espaços para combater o Estado (DEGENSZAJN, 2006a: 66).

O ciclo de vingança atingiria seu ponto máximo com o assassinato do presidente Sadi Carnot, pelas mãos do jovem anarquista italiano, Sante Geronimo Caserio, de 20 anos. No dia 23 de junho de 1894, Caserio deixou seu emprego como padeiro. Com parte o pagamento comprou um punhal e dirigiu-se para cidade de Lyon, em festa por ocasião da visita do presidente à Exposição Universal Lyonesa. No bolso, enrolado em um jornal, Caserio levava o punhal comprado no dia anterior. Aproveitando-se do anonimato em meio à multidão, o anarquista com um só golpe consegue cravar o punhal no presidente, que morreria três horas depois. Ao ser preso gritou: *viva a revolução! Viva a anarquia!* No dia seguinte a viúva de Sadi Carnot, a mesma que negou o pedido de clemência da filha de Vaillant, recebeu uma carta contendo uma foto de Ravachol que dizia: devidamente vingado.

Caserio foi morto no dia 16 de agosto de 1894. Ele fez todo o trajeto da prisão à guilhotina em silêncio, para antes de morrer gritar pela última vez: *viva a anarquia!* Este grito voltaria a ser repetido em outros atentados realizados por anarquistas. Em 10 de Setembro de 1898, a princesa Sissi, imperatriz da Áustria, morreu pelas mãos do anarquista Luigi Lucheni. Em 29 de agosto de 1900, o rei Umberto I foi morto em Milão após ter o peito atingido por três tiros disparados pelo anarquista italiano Gaetano Bresci. Em setembro do mesmo ano o presidente dos Estados Unidos, William McKinley morreu após ser baleado pelo anarquista Leon Czolgosz, em um comício em Buffalo.

Conforme Henry anunciara em seu julgamento, não eram apenas os autores dos atentados os alvos do crescimento do aparato repressivo do Estado francês. Menos de duas semanas após a morte de Vaillant o Senado aprovou, sem discussão prévia, uma lei contra a liberdade de expressão e outra contra a liberdade de associação. A primeira considerava crime não apenas praticar atos criminosos, mas incitá-los; a segunda dizia

respeito às “associações de malfeitores”, que eram definidos antes pelos seus propósitos políticos que pela ação. Um mês após o assassinato do presidente, o Senado francês aprovou a lei proibindo a propaganda anarquistas por quaisquer meios (WOODCOCK, 1984), completando o processo de criminalização do anarquismo naquele país.

O fim do século XIX testemunhou diversas ações semelhantes em vários países europeus, manifestações operárias seguidas de repressão policial e perseguição aos anarquistas, atentados a bomba e assassinatos cometidos em retaliação e acabavam resultando em mais terror de Estado. Na Espanha, no começo de 1892 quatro mil camponeses armados de foices e gritando “*Viva a anarquia!*” entraram na cidade de Jerez e assassinaram alguns comerciantes locais. Quatro homens foram executados e muitos outros foram condenados a longas sentenças.

Em 1893, um jovem anarquista chamado Pallas atirou uma bomba contra o capitão-geral de Barcelona, Martínez Campos. Apesar de ter fracassado, foi levado à corte marcial e executado. Como vingança, Santiago Salvador lançaria uma bomba contra o Teatro Liceu, desta vez matando vinte pessoas. Este ato foi utilizado para justificar a criação de uma força policial anti-anarquista, levando à prisão e à morte diversos militantes anarquistas. O número de atentados e tiroteios cresceu ao passo que o governo espanhol sempre respondia com mais prisões e torturas para forçar confissões (IDEM, 89).

O ponto alto dos atentados e perseguições aconteceu após um atentado ocorrido em junho de 1896. Uma bomba fora atirada de uma janela em Barcelona sobre a procissão de Corpus Christi e os anarquistas foram apontados como responsáveis. Cerca de 87 pessoas foram indiciadas, 21 foram condenadas a longas penas e cinco foram executadas. Os outros 61 que haviam sido inocentados continuaram a ser perseguidos e foram deportados para colônias na África pelo presidente Antonio Canovas Del Castillo.

Este viria a ser assassinado por um anarquista italiano, tal como ocorrera com Sadi Carnot.

No final do século XVIII e início do século XIX o espetáculo punitivo medieval dos corpos marcados, supliciados e expostos foi gradualmente se extinguindo. A punição foi se tornando parte velada do processo penal. Essa nova economia das punições, concentrada em corrigir, reeducar, curar faz parte integrante das transformações que fizeram surgir um poder que se organiza em torno da vida. O aparente abrandamento das punições trata, não de um novo respeito pelo corpo dos condenados, mas do surgimento de uma justiça penal mais vigilante, mais atenta ao corpo social. Não se trata de punir menos, mas “punir talvez com severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade” (FOUCAULT, 2008a: 70).

No processo de transformação dos mecanismos punitivos houve uma aproximação das demandas políticas do proletariado com o crime. Os ilegalismos populares surgidos após a Revolução Francesa são compostos de conflitos sociais, lutas contra os regimes políticos e resistências ao processo de industrialização. Eram lutas políticas que visavam mudar a própria estrutura de poder. A punição desses delitos tem como função não apenas reprimir as ilegalidades, mas antes, diferenciá-las. Não se responde ao crime, mas ao perigo que o crime representa. A punição demonstra o preço a se pagar por tentar mudar as estruturas da propriedade e do Estado. Não é por acaso que os terroristas anarquistas muitas vezes receberam a pena capital ou foram condenados ao degredo ou à prisão: é preciso cortar o fora o câncer antes que ele se espalhe. Foi nesse contexto que se produziu a categoria dos indivíduos *anormais*.

O exame médico-legal que passa a integrar o sistema jurídico desde o século XIX não tem como função distinguir culpados de inocentes, mas antes, detectar o perigo e opor-se a ele. A questão do ilegal e a questão do anormal passam a ficar ligadas em

função de uma tecnologia que caracteriza as novas regras do poder de punir. O primeiro monstro moral que aparece no século XVIII é o criminoso político, cuja emergência está diretamente relacionada à Revolução Francesa e à execução do rei Luís XVI.

O comitê de legislação havia proposto que fosse aplicado ao rei o suplício reservado aos traidores e conspiradores. Ao que certo número de jacobinos e essencialmente Saint-Just, responderam: não se pode aplicar a Luís XVI a pena dos traidores e conspiradores, porque esta é a pena prevista na lei, portanto ela é um efeito do contrato social; (...) o rei, porém, nunca subscreveu em nenhum momento, o pacto social. Não se pode aplicar a ele nenhuma lei do corpo social. Ele é o inimigo absoluto que o corpo social inteiro deve considerar como um inimigo. Portanto há que matá-lo, como se mata a um inimigo ou a um monstro (FOUCAULT, 2010c: 81).

A partir desse momento o criminoso político trará consigo a questão se a sociedade deve efetivamente aplicar-lhe as leis. As formas da condenação de Luís XVI serão transpostas no século XIX a propósito dos anarquistas, aqueles giram em torno do corpo social, mas que o corpo social não reconhece como parte dele. Não é coincidência formar-se um saber criminológico na mesma metade do século XIX, que inscreve no Direito Penal a racionalidade dessa luta civil (re)ativada pela revolta dos anarquistas, e que os identificará como monstro político a ser combatido pelas tecnologias de poder disciplinar (AUGUSTO, 2013a: 54).

Na metade do século XIX, a consolidação do regime das disciplinas, que ocorre pela universalização da prisão como pena geral e pela composição de uma cultura do castigo, se daria a reativação de um discurso de luta política em que se inscrevem as diferenças entre o selvagem domesticável e o bárbaro inimigo a ser combatido (AUGUSTO, 2013a: 52). Inicia-se uma rede complexa de relações que liga polícia, prisão e delinquência que se chocará com um discurso e uma prática rebelde que se volta para a acusação de crime contra a sociedade (Idem, ibidem).

A formalização teórica desse corte é Cesare Lombroso, que em sua antropologia criminal estabeleceu as características biopsicosociais do delinquente nato, dedicando uma monografia exclusiva aos anarquistas, em especial aos anarcoterroristas¹². Essa técnica voltada inicialmente contra anarquistas se espargiu como esquadrinhamento policial de toda cidade e um sistema de vigilância que busca conter e combater de forma eficaz as pequenas delinquências, furtos e roubos, assimilando os delitos políticos aos crimes comuns (IDEM, 55). O anarquista, assim associado ao terrorismo, carregaria a partir de então o estigma do monstro do político, do incorrigível, daquele que não tem mais jeito, do tumor que a sociedade precisa extirpar.

Aquilo que mata pessoas e princípios

Na França o terror havia sido exercido pelo Estado como instrumento de conservação da revolução. Um século depois, em outro país europeu e em outra revolução, o terror teria dois papéis distintos. Primeiro, a desestabilização do regime czarista; depois, a conservação da revolução bolchevista.

Na segunda metade do século XIX, a Rússia passava por profundas mudanças sociais, um cenário onde a emergência do setor industrial se dava no mesmo momento em que ocorriam transformações nas relações do campo e agravamento da pobreza dos camponeses. A situação se completava com a opressão do Estado czarista, que governava por meio de decretos e instrumentos de exceção. Neste contexto, a repressão do governo diante das agitações dos estudantes atuou como estímulo para o

¹² Para Lombroso, os grandes revolucionários - Paoli, Mazzini, Garibaldi, Gambetta, Charlotte Corday e Karl Marx - possuíam uma fisionomia maravilhosamente harmoniosa. Em compensação, tomando-se as fotos de 41 anarquistas de Paris, percebe-se que 31% desses 41 tinham estigmas físicos graves, um sinal de que o movimento político que eles representam é um movimento que merece ser histórica e politicamente desqualificado (AUGUSTO, 2013). Os anarquistas combinariam traços físicos e psicológicos que uniriam uma suposta propensão natural ao crime e a loucura, por verem motivações políticas em seus supostos crimes, o que os tornariam incorrigíveis.

engajamento nos movimentos de resistência, fazendo com que o terrorismo aparecesse como uma estratégia para provocar a mudança política e social (DEGENZAJN, 2006: 76). Uma forte influência para esses jovens revolucionários foi o anarquista Sergei Nietcháiev.

Ao contrário de outros revolucionários da época, mesmo Bakunin, a ideia de revolução para Nietcháiev era um fim em si mesmo. E mais que isso, um fim que deveria ser perseguido a qualquer custo, lançando mão de qualquer estratégia que considerasse necessária. Nietcháiev, apesar de acreditar na construção de uma outra sociedade no futuro, tinha clareza de que este não era o seu papel. A obstinação de Nietcháiev estava voltada para a destruição da sociedade e do Estado, empregando todos os meios possíveis (IDEM, 77).

Nietcháiev pretendia fomentar um levante popular capaz de destruir a sociedade e o Estado. Os princípios que orientavam suas ações foram descritos no *Catecismo Revolucionário*¹³, no qual apresenta o revolucionário como alguém que vive apenas para a revolução, que sacrifica a sua vida pela causa, alguém sem negócios ou interesses pessoais, alguém que se está vivo é apenas para destruir a sociedade burguesa, da qual se declara inimigo implacável.

O catecismo revolucionário estabelece o desprezo pela opinião pública e sublinha a amizade apenas entre revolucionários. Entretanto, afirma que um revolucionário deve se infiltrar nas mais diversas camadas desta mesma sociedade visando sua destruição, seja na alta sociedade, entre os comerciantes, clero, nobreza, burocratas, militares, escritores, polícia secreta e até no palácio imperial. A morte violenta de algumas pessoas seria apropriada para assustar o governo e reduzir suas forças. Naquele momento a tarefa dos militantes seria destruir; a organização do futuro caberia às gerações vindouras.

¹³ Publicado pela revista Verve, n.11 (2007).

As ideias de Nietcháiev teriam influência na formação do Narodnaia Volia, grupo responsável pelo assassinato do czar Alexandre II em 1881 e por duas tentativas anteriores, em 1879 e 1880¹⁴. O grupo formou-se em 1879 a partir de uma dissidência da organização Terra e Liberdade (Zemlya i Volya)¹⁵, primeira organização no período pré-revolucionário a adotar práticas terroristas em sua estratégia de ação.

A ideia que dava sustentação a essas ações era a de que constituía o único jeito de enfrentar o regime czarista, não havendo outra opção. Assim como no terror jacobino, era considerada uma violência necessária, frequentemente vista como uma reação ao terror do Estado. Operava como um jacobinismo pelo avesso; em vez de lançar mão do terror pela preservação do Estado, o exercia em resposta a um terrorismo de Estado, objetivando a sua destruição. Neste sentido, aproximava-se da idéia de resistência e afirmava-se como um instrumento de um movimento mais amplo — a revolução socialista (IDEM, 89).

O assassinato do czar resultou na morte e prisão de diversos membros do Narodnaia Volia. O declínio do grupo foi acompanhado de diversas tentativas de assassinar o czar Alexandre III. O fim do grupo não significou, porém, o fim do terrorismo revolucionário russo. No início do século XX, inspirado pelo Narodnaia Volia, o Partido Revolucionário Russo (SR) daria continuidade aos assassinatos de líderes políticos. Em fevereiro de 1901 o estudante P: V. Karpovich assassinou o ministro da educação, N. P: Bogolepov. Os assassinatos do ministro de assuntos internos, D. S. Sipiagin, e de seu sucessor, Von Plehve também tiveram suas autorias atribuídas ao SR.

¹⁴ O czar Alexandre II sofreu a primeira tentativa de assassinato em 1867, pelo estudante Dmitrii Karakosov. O segundo atentado foi em abril de 1879, Alexandre Soloviev. Em dezembro do mesmo ano, o primeiro atentado atribuído ao Narodnaia Volia; o segundo aconteceu em fevereiro de 1880, obra de Stephan Khalturin. O grupo seria bem sucedido no dia 13 de março de 1881, mais uma vez empregando a ação de explosivos.

¹⁵ A organização tinha como principais demandas a transferência de terras aos camponeses, a autodeterminação de todos os povos que viviam na Rússia e o fim do regime czarista por meio da revolução. As ações eram direcionadas a agentes infiltrados, espiões da polícia e retaliações em respostas às forças repressivas.

O uso de táticas terroristas na Rússia passaria por uma virada após a Revolução de 1917. Até então o terrorismo havia sido exercido debaixo, direcionado contra o regime czarista e contra o Estado. A consolidação do Estado soviético inverteria a direção desta violência, passando a exercer o terror em nome de sua preservação, tal qual os jacobinos haviam feito na França pouco mais de um século antes. Os socialistas revolucionários e os anarquistas mais uma vez se tornariam alvo da perseguição, não mais do Estado czarista, mas do Estado soviético.

Segundo Woodcock, a maior parte dos anarquistas que vivia na Rússia no período logo percebeu que “que o governo bolchevique era uma ditadura partidária alheia a todos os valores libertários que defendiam” (WOODCOCK, 1984: 151). A posição anarquista foi expressa numa resolução do Congresso de Nabat, a confederação anarquista ucraniana, de abril de 1919. A atitude despertou a hostilidade dos bolchevistas, que encontraram em Trotsky um dos principais defensores da supressão política e da eliminação física de seus opositores. Em setembro de 1921 centenas de anarquistas foram presos e outros executados. “No fim de 1922, todos os anarquistas da Rússia haviam sido mortos, presos, banidos ou silenciados” (IDEM, 152).

Conforme havia sublinhado Bakunin (2007), a conquista deve ser não só a origem, mas o fim supremo de todos os Estados, sejam eles despóticos, liberais, democráticos ou socialistas. Tudo o que serve ao interesse dos Estados é bom e tudo o que é contrário a seus interesses é declarado criminoso. Os terroristas que haviam ajudado a fazer a revolução se tornaram inconvenientes para o Estado revolucionário e, na condição de inimigos da sociedade, passaram a ser eliminados da mesma forma como se corta fora um tumor antes que ele tenha a chance de se espalhar.

Camus (2011) afirma que o revolucionário é ao mesmo tempo revoltado ou então não é mais revolucionário, mas sim policial e funcionário que se volta contra a

revolta. Se ele é revoltado, acabará por se insurgir contra a revolução, tal como fizeram os anarquistas. A revolução começa a partir da ideia, ela é a inserção da ideia na experiência histórica. Quanto maior a revolução, maior o comprometimento da guerra que ela implica. A revolução acaba reivindicando o império do mundo enquanto destrói, ao mesmo tempo, pessoas e princípios.

Quando a revolução se institucionaliza, surge o terror de Estado, que criminaliza e tenta esmagar a revolta, e dentro da revolta, as práticas, indivíduos e grupos que considerados terroristas. Conclui-se o terrorismo não só se comporta como câncer, fruto da repressão e da violência do Estado, este corpo-artificial que por alguma razão dá origem a células que se proliferam de forma desordenada e que se espalham, potencialmente letais; mais que isso, o Estado, trata o terrorismo como o câncer e está disposto a cortar fora tudo o que ameaçar sua existência. É a partir do momento que apresenta como uma ameaça que expõe as vulnerabilidades deste corpo-artificial que o terrorismo, como o câncer, se torna alvo de medidas violentas e contínuas para seu controle/erradicação. Nesse sentido, o terror de Estado não é o câncer; é a cirurgia.

Do mesmo modo que a extirpação de tumores nem sempre é capaz de erradicar o câncer do organismo, o terror de Estado não foi suficiente que *esse* câncer fosse erradicado da Europa. Tampouco foi suficiente para impedir que ao longo do século XX o terrorismo se espalhasse, tal como as metástases que surgem após o tratamento dos tumores primários, colonizando outras regiões. Assim, as formas de combater os terrorismos ao longo do século XX, tal como ocorreu com o câncer, passaram incorporar novos métodos de combate capazes de atingir seus alvos de forma mais precisa, mais intensa e carregada de efeitos colaterais.

Recidivas e segundos primários

Há cem anos os regimes capitalistas do Ocidente resistem a violentas investidas.

Deve-se, por isso considerá-los legítimos?

Albert Camus

Porque se não for o amor, então é a bomba que irá nos unir.

The Smiths, Ask Me

Admitindo-se a hipótese de que o terrorismo, acontecimento próprio do Estado moderno, comporta-se e é combatido de modo análogo ao câncer desde Revolução Francesa, e que todos os terrorismos são, em última análise, terrorismos de Estado – cabe a partir de agora observar a evolução das *enfermidades* e de seus respectivos modos de combate. Neste capítulo e no seguinte apresento alguns dos terrorismos que se desenvolveram ao longo do século passado de acordo com o sistema de classificação do câncer chamado *estadiamento*, que define o grau de desenvolvimento dos tumores, bem como suas características e tratamentos.

O corpo como espaço de configuração da doença

Na primeira metade do século XX, duas importantes mudanças foram introduzidas no combate ao câncer. A cirurgia aos poucos deixou de ser a forma preferencial de tratamento, passando a dividir espaço com outras abordagens, a rádio e a

quimioterapia. Foi um período de intensificação da produção de saberes sobre a doença, permitiu compreender melhor seus mecanismos de desenvolvimento.

A descoberta dos raios X e do rádio deu condições para que, desde os primeiros anos do século XX, investissem nas suas aplicações para o tratamento de tumores malignos. Em 1905 o radiologista francês Jean Bergonié e o histologista Louis Tribondeau demonstraram que as células cancerosas eram mais sensíveis à incidência dos raios X que as células sãs. Contudo, a tecnologia era pouco utilizada por causar queimaduras e em altas doses poderia levar ao aparecimento de outro câncer.

Essa situação começou a mudar a partir da década de 1910, com o desenvolvimento dos tubos de raios catódicos (1913) e de geradores (1921), equipamentos que permitiam maior controle da intensidade dos raios, tornando os efeitos da irradiação mais controláveis. A difusão da radioterapia ocorreu em consórcio com a cirurgia: em muitos casos os pacientes tinham os tumores extraídos cirurgicamente e depois eram enviados para a aplicação de rádio com vistas a evitar o reaparecimento da doença. Em outros casos, fazia-se o inverso: os pacientes eram inicialmente submetidos à terapia radiológica para reduzir os tumores, que posteriormente eram retirados em cirurgia (TEIXEIRA & FONSECA, 2007).

Logo o câncer passaria a ser tema de encontros específicos realizados em diversas partes do mundo, nos quais se discutia a ampliação de sua incidência e eram apresentados os resultados de investigações sobre possíveis formas de contágio e resultados alcançados com as novas modalidades de tratamento. Em 1906 foi realizada em Paris a Primeira Conferência Internacional contra o Câncer. Quatro anos mais tarde, outra conferência ocorreu na Bélgica. Diversos centros especializados foram criados na Europa e nos Estados Unidos, como o German Central Committe for Cancer Research

na Alemanha (fundado em 1900), a American Association for Cancer (1907) e o Instituto Radium de Paris (1919), fundado pelo governo francês e por Marie Curie. Em 1918, médicos, financistas, comerciantes e industriais da Inglaterra, França e Estados Unidos criaram a Liga Franco-Anglo-Americana contra o Câncer, cujo objetivo era “ampliar a conscientização da opinião pública sobre o problema do câncer e favorecer a criação de centros de pesquisa e tratamento da doença nos países membros” (IDEM, 22). Essas entidades, apoiando-se nas postulações médicas de então, empenharam-se em levar à opinião pública a ideia de que o câncer era curável se descoberto e tratado quando de seu início.

O corpo como espaço de configuração da doença surgiu na medicina a partir das transformações deste campo descritas no capítulo anterior relacionadas à emergência da biopolítica. Uma vez vinculada ao destino do Estado, a medicina além do conhecimento do corpo, das técnicas e conhecimentos de cura, passou a se ocupar do conhecimento do homem saudável e em estabelecer padrões de normalidade. A clínica foi a formação discursiva que nesse momento resultou de observações empíricas, ensaios, prescrições terapêuticas, regulamentos institucionais. O sistema de informação modificou-se, incluindo inspeção visual, ausculta e apalpação, testes biológicos e uso do microscópio (FOUCAULT, 1977).

O discurso clínico não é apenas da ordem da descrição. Sua formação implica um conjunto de hipóteses sobre a vida e a morte, opções éticas, decisões terapêuticas, regulamentos institucionais, modelos de ensino (CASTRO, 2004: 79-80). A clínica tem como característica a *soberania do olhar*, visto que no mesmo campo perceptivo, lê de uma só vez as lesões visíveis do organismo e a coerência das formas patológicas. Surge a ordem do corpo sólido e visível, cujas linhas, volumes, superfícies e caminhos foram fixados pelo atlas anatômico.

A clínica aparece para a experiência do médico como um novo perfil do perceptível e do enunciável: novas distribuições dos elementos discretos do espaço corporal, reorganização dos elementos que constituem o fenômeno patológico, definição das séries lineares de acontecimentos mórbidos, articulação da doença com o organismo (FOUCAULT, 1977: :XVII). Foi neste contexto de transformações a respeito do saber médico que privilegiou a soberania do olhar, a fixação das linhas e volumes do corpo por meio do atlas anatômico e a articulação da doença com o organismo que o patologista polonês Rudolf Virchow desenvolveu, a partir da década de 1840, a teoria celular da biologia humana.

Virchow, que havia ingressado na medicina em uma época em que as doenças costumavam ser atribuídas a causas invisíveis, como miasmas, neuroses, humores nocivos e histerias, concebeu que os corpos dos seres vivos são formados por pequenas unidades chamadas células. Refutando a proposição de Pasteur de que a causa das doenças estava relacionada aos germes, o patologista propôs que as enfermidades que atingiam órgãos e tecidos se desenvolviam a partir de células individuais.

Virchow observou que as células nasciam apenas de outras células e que o crescimento de um órgão ou tecido só poderia ocorrer pelo aumento do número (hiperplasia) ou pelo aumento de tamanho (hipertrofia) delas. Ele concluiu que o câncer era uma hiperplasia patológica, na qual as células adquiriam uma vontade autônoma de se dividir. Essa divisão descontrolada criava massas (tumores) que invadiam órgãos e destruíam tecidos normais. O câncer apresentava-se de várias formas – em diversos órgãos, nos ossos e como leucemias e linfomas, todas conectadas no nível celular: em todos os casos as células apresentavam divisão celular patológica incontrolável (MUKHERJEE, 2011:33).

Algumas décadas após estas descobertas, observou-se, embora as variadas formas de câncer estivessem conectadas no nível celular e se caracterizassem pela formação de neoplasias malignas, haver diversas variáveis relacionadas à doença, como a hereditariedade, vírus, exposição a agentes químicos ou hábitos de consumo.

O médico brasileiro Hilário de Gouveia, em 1886, foi o primeiro a identificar a influência da hereditariedade no desenvolvimento do câncer, ao observar a tendência de um tipo raro de câncer ocular, conhecida como retinoblastoma, se manifestar numa mesma família ao longo das gerações¹⁶. Em 1910, o patologista estadunidense Francis Peyton Rous observou que alguns tipos de vírus poderiam produzir alterações celulares que levavam à formação de neoplasias malignas. Esta descoberta mais tarde foi corroborada pelos estudos do grego Georges Papanicolau (1928) a respeito das mutações provocadas nas células do colo uterino pelo vírus HPV. No Japão, Katsusaburo Yamagiwa e Koichi Ichikawa conseguiram induzir o câncer em animais de laboratório pela primeira vez em 1915, por meio da aplicação de alcatrão à pele de coelhos. A experiência indicou que a carcinogênese poderia também se desenvolver a partir do contato com certos produtos químicos. Na década de 1920 o estadunidense Herman Muller demonstrou que mutações genéticas podiam também ser provocadas pela exposição a raios X.

Deste modo, a ideia de que o câncer era causado por um desequilíbrio relativo aos humores foi substituída, nas primeiras décadas do século passado, pelas evidências que a doença poderia ser causada por fatores que variavam de acordo com cada paciente e identificados como fatores carcinogênicos: a hereditariedade, a exposição viral e os

¹⁶ O retinoblastoma possui duas variantes distintas, a forma hereditária e a forma esporádica. A primeira costuma ocorrer nos primeiros dois anos de vida e costuma atingir os dois olhos; a forma esporádica ocorre entre os dois e quatro anos de vida e em geral atinge apenas um olho. Com os avanços no campo de conhecimentos da genética do câncer a partir das últimas décadas do século XX, se sabe, hoje, que o surgimento da forma esporádica ocorre mais tarde porque duas mutações independentes precisam ocorrer na mesma célula para que a doença se desenvolva.

fatores ambientais (produtos químicos, raios x). A produção de saberes a respeito da doença permitiu compreender melhor as causas e o processo evolutivo do câncer, porém a cura permanecia um enigma e seus tratamentos limitados a *uma faca fria ou um raio quente*. A quimioterapia, tratamento à base de substâncias citotóxicas, diferente das duas formas anteriores de combater a doença, iria se concentrar não mais na eliminação dos tumores, mas na destruição da célula cancerosa.

Venenos disfarçados

A origem da quimioterapia está na inversão do princípio Paracelso, médico do século XVI que afirmou haver em todo remédio um veneno disfarçado. Para descobrir moléculas que tivessem a capacidade específica de matar as células cancerosas sem matar o paciente era necessário encontrar um *veneno seletivo*, que, diferente do postulado por Paracelso, seria um remédio disfarçado.

O uso de substâncias químicas para o combate ao câncer possui duas procedências: a industrialização e a guerra (MUKHERJEE, 2011). Por volta de 1850, o crescimento da manufatura dos tecidos de algodão na Europa esbarrava na dificuldade de encontrar substâncias para o tingimento dos tecidos. As tinturas utilizadas na época costumavam ser extraídas de fontes vegetais perecíveis. Com a produção do primeiro corante sintético, logo a fabricação desses componentes se tornou um negócio lucrativo. Nas décadas seguintes este mercado se desenvolveu principalmente na Alemanha, onde os químicos buscavam produzir corantes mais vivos e mais baratos que rapidamente seriam distribuídos em fábricas de tecido de toda Europa. O êxito neste negócio deu impulso à indústria química alemã, que começou a sintetizar uma ampla variedade de

moléculas, como fenóis, alcoois, brometos, alcaloides, alizarinas e amidas, uma gama de substâncias inexistentes na natureza.

Em 1878, em Leipzig, o estudante de medicina Paul Ehrlich, a fim de facilitar o trabalho de microscopia, utilizou derivativos de anilina para tingir tecidos animais. Na experiência as substâncias mancharam apenas parte do material, delineando a silhueta de algumas estruturas e deixando outras intactas, como se fossem capazes de distinguir entre as substâncias presentes no interior das células. Ehrlich observou que seria possível encontrar agentes químicos curativos que atingissem diretamente os agentes causadores das doenças. Entre essas doenças estava o câncer, projeto ao qual Ehrlich se dedicou, sem sucesso, entre os anos 1904 e 1908 (IDEM, 07-109).

Durante a Primeira Guerra Mundial, a indústria química que fornecia bases para substâncias terapêuticas passou a produzir em grande escala componentes que seriam usados na guerra de gases. Um desses elementos era um gás particularmente tóxico, de cheiro forte e marcante, conhecido como gás mostarda. Em julho de 1917, dois anos após a morte de Erlich, um bombardeio sobre as tropas britânicas acampadas próximo à cidade belga de Ypres atingiu um contingente de dois mil soldados. Os efeitos imediatos do nitrogênio mostarda incluíam cegueira, complicações respiratórias e queimaduras na pele. Dois anos após o bombardeio, o casal de patologistas Edward e Helen Krumbhaar, descobriu que os sobreviventes apresentavam também uma rara enfermidade na medula óssea. Os pacientes ficavam anêmicos e precisavam de transfusões de sangue frequentes, contraíam infecções com facilidade e apresentavam contagem de glóbulos brancos abaixo do considerado normal.

O gás mostarda possuía uma propriedade específica: atingir a medula e eliminar apenas algumas populações de células. Contudo, só em 1941 pesquisadores da

Universidade de Yale demonstraram, por meio de testes em cobaias, que a substância causava a remissão de alguns linfomas. No ano seguinte, eles publicariam um trabalho mostrando que ela também proporcionava o desaparecimento de tumores em seres humanos (TEIXEIRA & FONSECA, 2007).

Como a quimioterapia é um tratamento destinado a eliminar células de rápido crescimento (células cancerosas), ela também afeta as células saudáveis que possuem esta característica, como aquelas responsáveis pelas ações no trato digestivo, produção do sangue, renovação dos tecidos e crescimento capilar. Por isso, o método frequentemente causa queda de cabelo, feridas na boca, náusea, dores e vômito. Muitos efeitos colaterais acabam junto com o ciclo da medicação, mas em alguns casos, podem se prolongar por meses ou anos. Alguns tipos de quimioterapias podem causar efeitos colaterais permanentes, como problemas no coração, fígado, pulmões, nervos e os órgãos reprodutivos e, finalmente, podem vir a gerar algum segundo tipo de câncer em decorrência do tratamento¹⁷.

Metamorfoses

Thomas Hobbes (1651) concebeu o Estado como um corpo artificial que se institui para assegurar a pacificação das relações humanas, não pela supressão do mal, mas pela vigilância diante desse mal constante (AUGUSTO, 2013: 46). Uma multidão de pessoas se transforma em uma pessoa pelo consentimento de cada um dos que compõem a multidão disforme. A unidade do representante, e não dos representados, é

¹⁷ “Quimioterapia e efeitos colaterais”, site do Hospital do Câncer de Barretos, página acessada em 19 de agosto de 2014.

que cria esta pessoa una que é o Estado. De acordo com essa perspectiva, os indivíduos cedem o direito de lhes governar com a condição que os demais façam o mesmo. Ao Leviatã, um deus a quem a sociedade deve sua paz e defesa, é conferido o poder e a força para que o terror por ele inspirado seja capaz de conformar as vontades de todos, a fim de manter a paz interna e combater os inimigos estrangeiros.

Para Hobbes, é prerrogativa do Estado prescrever regras para garantir os bens que cada um pode usufruir e as ações que podem praticar sem serem molestados pelos concidadãos. É encargo do soberano a aplicação de castigos no caso de violação das leis instituídas pelo Estado com vistas à manutenção da paz interna e de sua própria conservação. Os crimes que constituem perigo para a coisa pública devem receber as mais severas punições, pois

os atos de hostilidade à situação presente do Estado são crimes maiores do que os mesmos atos praticados contra pessoas privadas, porque o prejuízo se estende a todos. São desse tipo a revelação das forças e dos segredos do Estado a um inimigo, assim como quaisquer atentados contra o representante do Estado, seja ele um monarca ou uma assembleia, e todas as tentativas, por palavras ou atos, para diminuir a autoridade do mesmo, quer no momento presente quer na sucessão (HOBBS, s/d: 103).

Apesar de estarem entre os delitos considerados mais prejudiciais para a saúde do corpo artificial, os crimes políticos não recebem propriamente penas, mas “atos de hostilidade legítimos” praticados pelo Estado contra alguém que, tendo estado previamente na condição de súdito, nega a sua autoridade. A natureza desta ofensa, diz Hobbes, consiste na renúncia à sujeição, o que seria um regresso à condição de guerra. Portanto, quem o faz não deve ser punido como súdito, mas como inimigo e contra os inimigos é legítimo fazer a guerra. Quem nega a autoridade do soberano está sujeito a sofrer quaisquer punições se for para benefício do Estado.

As partes que compõem o Estado são consideradas por Hobbes como semelhantes aos músculos de um corpo natural. Sendo mortal e sujeito à degenerescência do mesmo modo que os corpos naturais, o corpo artificial deve temer as doenças que o acometem, que podem vir a ser a causa de sua mortalidade.

Entre as enfermidades de um Estado incluirei em primeiro lugar aquelas que têm origem numa instituição imperfeita, e se assemelham às doenças de um corpo natural que provêm de uma procriação defeituosa... quando o exercício do poder é assumido para salvação pública, tem a aparência de um ato injusto, que predispõe um grande número de homens (quando a ocasião se apresenta) para a rebelião; do mesmo modo que os corpos das crianças concebidas por pais enfermos estão sujeitos quer a uma morte precoce, quer à expulsão da má qualidade resultante da sua concepção viciosa através de cálculos e pústulas (HOBBS, s/d: 109).

A recomendação de Hobbes para as enfermidades que podem causar o enfraquecimento (e eventualmente a morte) do corpo artificial é que sejam tratadas de modo semelhante aos males que atingem os corpos naturais: buscando fortalecer suas partes legítimas (os músculos que conferem força e sustentam o corpo do Leviatã) e eliminar as partes ilegítimas, “tumores, cálculos e apostemas engendrados pelo afluxo antinatural de humores malignos” (IDEM, 82). Para tanto, seria necessário que o Estado lançasse mão do terror para manutenção da própria saúde. Da presunção da impunidade brotaria o desprezo pelas leis e o medo tornaria as pessoas mais obedientes. Assim, a finalidade das penas não é a vingança, mas o terror.

Cerca de um século após a publicação de *O Leviatã*, Cesare Beccaria (1764) voltou a afirmar a origem da soberania a partir do sacrifício de uma porção das liberdades individuais feita por homens e mulheres “cansados de viver em meio a temores e de encontrar inimigos por toda parte”. Abrir mão de uma parcela das liberdades em nome do bem geral seria condição necessária para que se pudesse

usufruir do restante da liberdade com segurança. Sem segurança a liberdade se tornaria inútil. “A soma de todas essas porções de liberdade, sacrificadas assim ao bem geral, formou a soberania da nação; e aquele que foi encarregado pelas leis, pelo depósito das liberdades e dos cuidados da administração foi proclamado o soberano do povo” (BECCARIA, 2003: 22).

O conjunto dessas pequenas porções de liberdade fundamenta o direito do Estado de punir. Este direito adquire características excepcionais quando a segurança pública é ameaçada. Uma vez que a segurança seria o fim de todas as sociedades humanas, não se pode deixar de punir com penas mais graves aquele que a ameaça (IDEM, 69). Assim, os crimes lesa-majestade foram postos na classe dos grandes crimes por serem “funestos à sociedade”, o que justificaria o uso da pena capital para a eliminação dos indivíduos que representem perigo para a ordem estabelecida.

A pena de morte é uma guerra declarada a um cidadão pela nação, que julga a sua destruição necessária ou útil. A morte só pode ser declarada útil por dois motivos: nos momentos em que a lei é substituída pela desordem e quando um cidadão atentar contra a segurança pública, podendo a sua existência produzir uma revolução perigosa no governo estabelecido (IDEM, 50).

Beccaria retoma a utilidade política do medo como forma de prevenir a violação das leis. Contudo, o terror não deveria ser provocado apenas a partir do espetáculo atroz da morte pública. O suplício, para a maioria dos que assistem à execução de um criminoso, seria apenas um espetáculo que traz em si a potência de produzir nos espectadores “um sentimento de piedade mesclado de indignação”. Para ele, somente as penas moderadas e contínuas seriam capazes de produzir o medo contínuo. Junto ao terror da morte violenta, o terror da prisão.

Vemos aí um esboço das transformações na economia das punições apresentada por Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (1975). O poder do soberano de expor o corpo do infrator aos suplícios passa por uma metamorfose com o advento das técnicas disciplinares, que fazem da pena de encarceramento a nova universalidade do poder de punir. Essa metamorfose está acoplada a uma série de transformações históricas na Europa, que podem ser indicadas, em linhas gerais, como a expansão mercantilista, o surgimento das cidades, os efeitos da hegemonia da burguesia, a ascensão do princípio de igualdade jurídico-política (AUGUSTO, 2013b: 93). O principal efeito dessas transformações é que o Estado que se impôs pela guerra passou a se apresentar como instância mantenedora da paz.

A teoria da soberania foi no século XVIII, e ainda no século XIX, um instrumento crítico permanente contra a monarquia e contra todos os obstáculos que podiam opor-se ao desenvolvimento da sociedade disciplinar. Essa teoria e a organização de um código jurídico centrado nela permitiram sobrepôr aos mecanismos da disciplina um sistema de direito que mascarava seus procedimentos. Temos nas sociedades modernas uma legislação, um discurso, uma organização do direito público articulados em torno do princípio da soberania do corpo social; ao mesmo tempo, possuímos uma trama cerrada de coerções disciplinares que garante a coesão deste mesmo corpo social (FOUCAULT, 2011: 44).

Em outras palavras, as monarquias territoriais do Ocidente não se impuseram apenas pela força, mas também pela capacidade de se apresentar como instâncias de arbitragem, como maneira de introduzir ordem entre poderes e distribuí-los de acordo com fronteiras e hierarquias estabelecidas. A violência do estabelecimento monárquico foi ocultada pelo discurso grandiloquente do direito e seus esforços em demonstrar a força e a justiça do soberano. O discurso jurídico definiu o Estado como mediador de

conflitos e como aplicador de uma justiça que faria parar a guerra, inaugurando uma era de paz civil (RODRIGUES, 2008: 231-232).

Na teoria jurídica clássica do poder, o poder é considerado um direito do qual se seria possuidor e que se poderia alienar ou transferir de forma parcial ou total, mediante um ato jurídico da ordem da cessão e do contrato; na concepção marxista, o poder político encontraria na economia a sua razão de ser histórica (FOUCAULT, 2011: 20). Porém, na perspectiva de análise proposta por Foucault, o poder não se fixa num ponto e tampouco se reduz ao Estado, mas atravessa todo o corpo social. Deste modo, as relações de poder não poderiam ser tomadas como estratégias gerais de dominação concebidas pelo Estado e simplesmente aplicadas sobre os indivíduos e a sociedade. A sociedade seria constituída por uma rede de relações de poder, de correlações de forças, que sempre instigariam resistências, produzindo uma infinidade de lutas, sujeições e liberações que seriam o próprio amálgama da vida humana e social.

As relações não seriam meramente repressivas, como indica a teoria da soberania, na qual o poder tem a função de submeter, impor, calar e punir. O poder também produz, gera reações em cadeia e com isso instiga novas relações, formação de discursos, produção de saberes, a articulação das resistências, enfim, todo um campo de produtividades que contesta hipótese repressiva do poder (RODRIGUES, 2008: 242). Este jogo permanente entre poder e resistências faz da vida social um combate infindável. As relações de força nessa perspectiva são apresentadas como lutas, como tentativas de governar e insubmissões contra tais intenções. Para haver relações de poder é preciso que a força exercida encontre um indivíduo com potência para responder. “Sem essa luta, não haveria propriamente uma relação de poder, mas apenas violências brutais tendendo ao extermínio físico, à vitória completa ou à escravidão mais vil” (IDEM, 245).

Para entender o modo como as relações de força se efetivam e como atuam os mecanismos de poder é necessário deixar o esquema interpretativo que vê no poder uma instância apenas negativa de repressão, abandonar o modelo decalcado da teoria da soberania que Foucault chama de repressivo ou “hipótese de Reich” e em seu lugar adotar a perspectiva das relações de poder como batalha incessante, como a oposição permanente que se dá entre luta e submissão ou “hipótese de Nietzsche”. A concepção de poder como algo produtivo não percebe a possibilidade de uma pacificação vinda de cima, do Estado e da lei, a suspensão das batalhas e da guerra pela instauração do direito. Ao contrário, implica numa noção de relações de poder como guerra, enfrentamento, disputa (IDEM, p:243). Essa perspectiva da luta sugere uma análise do poder não em termos de cessão e contrato ou alienação, mas acima de tudo combate, enfrentamento e guerra (IBIDEM, p:246).

Invertendo o famoso aforismo de Clausewitz, que afirma que a guerra é a política continuada por outros meios, Foucault concebe a política como sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra. No interior da paz civil, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, a modificação nas relações de força, tudo isso deveria ser visto como continuações da guerra. A inversão do aforismo também revela que a decisão final só pode vir de uma prova de força em que as armas deverão ser juízes. Se o poder político para a guerra ou tenta fazer reinar a paz, não é para suspender seus efeitos, mas para reinserir perpetuamente essa relação de força nas instituições, na linguagem e nos corpos (FOUCAULT, 2011: :22-23).

Contrariamente ao que diz a teoria filosófico-jurídica, esse discurso afirma que o poder político não começa quando cessa a guerra... A lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm suas datas e seus

heróis de horror; a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo. Mas isso não quer dizer que a sociedade, a lei e o Estado sejam como que o armistício nessas guerras ou a sanção definitiva das vitórias. A lei não é pacificação, pois sob a lei a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder. (...) a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra (...). Portanto estamos em guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente... Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém (IDEM, 58-59).

É por meio dessa perspectiva de política como guerra que pretendo pensar os terrorismos que se desenvolvem a partir do século XX. Apresentando-se como instância que faz parar a guerra, o Estado incorporou no combate aos terrorismos as transformações que atravessavam a economia das punições, lançando mão não apenas do terror causado pelo medo da morte violenta, mas do terror da prisão.

Nas primeiras décadas do século XX o terrorismo se manifestaria em outros Estados, ora se comportando como recidivas e segundos primários (conforme os terrorismos abordados neste capítulo) ou como metástases (conforme tratarei no capítulo a seguir). O Estado, como um corpo artificial, tentou se livrar dessas enfermidades de modo análogo ao que se trata o corpo atingido pelo câncer: lançando mão da política como guerra constante. Como na doença, o combate ao terrorismo incorporou novas terapêuticas, aparentemente menos radicais, destinadas a tratar o corpo em sua totalidade – e saturadas de efeitos colaterais.

RECIDIVAS

A primeira manifestação do câncer em um organismo recebe o nome de tumor primário. Eles se desenvolvem quando, por alguma razão, as células do corpo sofrem alguma mutação que provoca danos em um ou mais genes de uma única célula, dando

origem a uma multiplicação desordenada de células normais. Com o tempo essas células podem se empilhar umas sobre as outras formando uma massa de tecido. No estágio inicial o paciente apresenta apenas um pequeno tumor maligno. No mais grave, o tumor já se expandiu para regiões próximas (linfonodos) ou outras regiões distantes do sítio original (metástases).

O retorno da doença após o tratamento é conhecido como *recidiva*, termo que no jargão médico é usado como substantivo (a recidiva) e como verbo (o tumor *recidivou*). A recidiva é uma nova manifestação do tumor primário após ter sido extirpado, diminuído ou desaparecido em resposta aos tratamentos de rádio e quimioterapia (remissão). Trata-se do mesmo tumor, renascido no mesmo local ou em uma região próxima. Geralmente, a recidiva surge de células que foram liberadas do tumor antigo (primário), permanecendo inativas por um tempo até que voltam a crescer. Quando o tumor reaparece após o tratamento, as células cancerosas costumam crescer com defesas contra o tratamento empregado anteriormente.

Exército Republicano Irlandês

O protestantismo foi imposto como religião oficial na Irlanda em 1542, quando o rei Henrique VIII consolidou o poderio inglês na ilha. A população local, de origem celta, adotava o catolicismo desde o século V. A colonização transformou a diferença religiosa em um instrumento de segregação da população nativa, que teve suas terras mais férteis confiscadas pelos conquistadores com base em leis anticatólicas. Essas terras foram entregues a ingleses protestantes, culminando no desaparecimento da nobreza local, na concentração de renda entre os protestantes e na pauperização dos

católicos, acirrando o ressentimento da população local em relação aos colonizadores (O'NEILL, 2008).

A partir século XVIII os católicos iniciaram a uma série de revoltas na tentativa de recuperar a posse das terras usurpadas. Algumas décadas mais tarde essas insurreições levariam à formação de organizações que buscavam a independência em relação ao Reino Unido e o estabelecimento de uma república democrática na Irlanda. Entre esses grupos estavam a Irmandade Republicana Irlandesa (Irish Republican Brotherhood – IRB) ¹⁸ e o Voluntários Irlandeses (Irish Volunteers), que fariam parte da primeira guerra de independência do país. Deste levante surgiria um dos mais importantes grupos terroristas do século XX, o Exército Republicano Irlandês (Irish Republican Army), mais conhecido pela sigla IRA.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), enquanto a Inglaterra encontrava-se empenhada na luta contra a Alemanha, os nacionalistas irlandeses decidiram que aquela seria a oportunidade para conquistar sua independência. Na Páscoa de 1916 militantes de diversas organizações republicanas do país sublevaram-se, deflagrando a revolta em Dublin. Os grandes protagonistas do levante foram o presidente da IRB e o comandante dos Voluntários Irlandeses. A eles se uniram o partido nacionalista Sinn Féin (VISACRO, 2009). Os insurretos tomaram o centro da cidade, erguendo barricadas e ocupando os principais prédios de Dublin. No levante que ficaria conhecido como a Revolta da Páscoa (Easter Rise) os rebeldes proclamaram a independência da Irlanda e instituíram um governo provisório, criando com ele o Exército Republicano Irlandês. O Sinn Féin¹⁹ declarou que a Irlanda passava a ser

¹⁸ Os membros da IRB eram também chamados de fenianos, uma referência a antigas tribos de guerreiros irlandesas.

¹⁹ Partido nacionalista de esquerda formado em 1905 por católicos que buscavam a independência da

republicana e criou um parlamento e outras instituições de governo, como ministérios e fóruns judiciais.

O governo inglês respondeu enviando um contingente de vinte mil soldados britânicos para combater cerca de 1500 rebeldes, dando início à guerra de independência irlandesa (1919-1921). As instituições foram extintas e todos os signatários da declaração de independência foram executados. Diversos membros de grupos nacionalistas foram mandados para a prisão. Durante a guerra o IRA passou a atuar na clandestinidade, praticando atentados à bomba e emboscadas com armas de fogo contra políticos unionistas²⁰, representantes do governo britânico, policiais e informantes. Dozes homens formavam uma unidade interna no IRA, responsável por execuções sumárias. Eles eram conhecidos internamente como “os doze apóstolos”²¹. A retaliação da coroa britânica às ações do IRA contava com a polícia local irlandesa, o exército e milícias formadas por veteranos da Primeira Guerra conhecidos como *Black and Tans*.

Um dos confrontos mais dramáticos entre os republicanos e unionistas ocorreu no dia 21 de novembro de 1920, o Domingo Sangrento (Bloody Sunday)²². Naquela manhã um grupo da inteligência britânica, conhecido como *The Cairo Gang*, foi morto em atentados simultâneos orquestrados pelo IRA. Como resposta, os *Black and Tans* invadiram um estádio de futebol em Dublin durante a realização de uma partida, abrindo fogo contra a multidão, deixando algumas pessoas mortas e outras 100 feridas.

Irlanda.

²⁰ Favoráveis à manutenção dos vínculos institucionais com a Grã-Bretanha.

²¹ “Michael Collins, o preço da liberdade”, revista História Viva (online). Acesso em 10/062014.

²² Em 1972 em Belfast, capital da Irlanda do Norte outro episódio, que abordaremos a seguir, entre o IRA e os ingleses, também é denominado *Bloody Sunday*.

A guerra de independência da Irlanda terminou com a assinatura do tratado anglo-irlandês, em 10 de julho de 1921. Os termos do tratado dividiram o país em dois territórios. O norte (Ulster), região industrializada formada por seis condados com população majoritariamente protestante, permaneceu sob o domínio britânico. O restante da ilha (Eire) se tornou uma região “autônoma” dentro da Grã-Bretanha. O movimento republicano se dividiu em facções rivais: os realistas (que defendiam o alargamento progressivo da soberania) e os idealistas (que exigiam “a república ou a morte”), dando início a uma guerra civil. No conflito foram mortos lideranças das duas posições, incluindo Michael Collins, um dos principais idealizadores das ações do IRA contra a repressão britânica.

Nas décadas seguintes o IRA realizou ações ousadas que incluíam assaltos a quartéis para o roubo de armas usando bicicletas como meio de transporte e execuções à luz do dia. Esses atos costumavam ser seguidos de prisões, torturas e execuções dos *voluntários*, como são chamados os membros do grupo (BONUGLI, 2011). Embora submetido a constantes extirpações e outros combates providos pelos ingleses, o IRA ocasionalmente dava sinais de remissão, mas sempre voltava a crescer, renascendo das células que o Estado não conseguiu atingir.

Em 1949, a Irlanda obteve independência ampla e absoluta do Reino Unido, formando a República Irlandesa. O Ulster permaneceu sob o controle britânico, o que agravou a situação da minoria católica (cerca de 40% da população) residente naquele território. O alto nível de desemprego entre os católicos e a exploração dos trabalhadores (a maioria operários e pequenos agricultores) levou a uma reorientação nas ações do IRA que, a partir da década de 1960, aliou-se a outros grupos de esquerda em favor da igualdade de direitos civis, participando ativamente das manifestações

promovidas pela Associação de Direitos Civis da Irlanda do Norte (North Ireland Civil Rights Association – NICRA) ²³.

O crescimento das manifestações acirrou as hostilidades entre católicos e protestantes (CHAVES, 2011). O governo britânico enviou tropas do exército à Irlanda do Norte e concedeu a elas e à polícia poderes para prender qualquer pessoa suspeita de envolvimento em ações terroristas. Entre os protestantes formavam-se ou eram reativados grupos paramilitares, como a Força de Voluntários do Ulster (Ulster Volunteer Force – UVF), o Exército de Defesa do Ulster (Ulster Defense Army – UDA) e Lutadores da Liberdade do Ulster (Ulster Freedom Fighters – UFF) (SUTI & RICARDO, 2003: 46). Passando por divergências internas, desde o final da década de 1960, o IRA se dividiu em duas facções: o Official Irish Republican Army – OIRA (Exército Republicano Irlandês Oficial) e o Provisional Irish Republican Army – PIRA (Exército Republicano Irlandês Provisório) ²⁴.

Em janeiro de 1972 o exército britânico disparou contra uma passeata pela igualdade entre católicos e protestantes em Londonderry, na Irlanda do Norte matando 14 pessoas e atingindo outras 13. Cerca de 10 mil pessoas reuniram-se na praça Creggan, planejando marchar até a praça Guildhall, no centro da cidade, onde haveria um comício. A manifestação, que havia sido declarada ilegal pelas autoridades locais, chamava atenção para as práticas de prisões indiscriminadas e sem respaldo legal de pessoas suspeitas de terrorismo.

²³ Criada em 1967, a principal meta a associação era a reformulação das políticas administrativas do país para que fossem criados mecanismos que assegurassem igualdade de direitos para toda a população, independentemente de crença religiosa.

²⁴ Desde o fim da década de 1960 o IRA subdividiu-se em outras facções, como o Provisional IRA (PIRA), Original IRA (OIRA) e o Continuity IRA (CIRA).

Cinco mil soldados das forças britânicas participaram da operação com instruções para prender o maior número possível de manifestantes. Soldados de um regimento de paraquedistas do exército britânico surpreenderam os manifestantes, alegando ter ordens de impedir que se aproximassem da praça Guildhall. Um grupo de ativistas ficou para trás, montando barricadas e atirando pedras e outros objetos contra os soldados, que responderam com balas de borracha, gás de pimenta e jatos d'água. O general Robert Ford, comandante das tropas inglesas, afirma que elas foram recebidas a tiros pelos civis, mas nenhuma arma foi encontrada no local. Jornalistas, manifestantes e outras testemunhas que estavam no local foram unânimes em afirmar que todos os mortos estavam desarmados²⁵.

Nos dias seguintes ao segundo Domingo Sangrento, o IRA convocou uma greve geral, atendida por 90% da população local. A embaixada britânica em Dublin foi incendiada. Em julho daquele ano, após o fracasso das tentativas de acordo com o governo britânico para a libertação da Irlanda do Norte, os *provisionals* (membros do PIRA), comandaram a explosão de 19 bombas em Belfast (havia mais quatro bombas, uma delas não explodiu e três outras foram descobertas e desativadas). Os atentados ocorreram num intervalo de 80 minutos deixando nove mortos e 130 feridos. O episódio, um dos mais violentos atentados organizados pelo IRA, ficou conhecido como Bloody Friday (Sexta-feira Sangrenta) (SUTTI & RICARDO, 2003).

Como forma de retaliação às ações do grupo, o governo da Irlanda do Norte iniciou uma invasão aos bairros católicos buscando suspeitos de pertencer ao IRA. A Lei de Prevenção ao Terrorismo (Prevention of Terrorism Act), de 1974, permitiu prender suspeitos por até sete dias, sem direito a advogado. Durante o tempo que permaneciam na prisão essas pessoas eram interrogadas inúmeras vezes e intimidadas

²⁵ “Especial IRA”, site da BBC-UK, acessado em 18 de junho de 2014.

com ameaças contra suas famílias ou por supostas confissões de conhecidos. As falsas confissões obtidas sob torturas resultaram na condenação de diversas pessoas que não possuíam nenhum envolvimento com o IRA ou atos de terrorismo²⁶. Só em 1971 a lei permitiu que 300 pessoas fossem presas como suspeitos. Nenhuma foi a julgamento. Alguns chegaram a ficar presos por até três anos sem nenhuma acusação formal. Outras, condenadas com base em confissões obtidas durante esses interrogatórios chegaram a cumprir quinze anos de prisão sem que tivessem qualquer envolvimento com as atividades do IRA²⁷.

Os presos republicanos realizaram diversos protestos dentro das prisões inglesas contra o tratamento que recebiam. Os voluntários eram barrados de circular em alguns espaços da prisão e proibidos de receber visitas e correspondências. Também havia denúncias de presos que eram impedidos de receber assistência médica. Em maio de 1981, Bobby Sands, militante do IRA Provisório, morreu após passar 66 dias em greve de fome. O caso atraiu a atenção da imprensa internacional. Em sua última semana de vida, Sands recebeu a visita de um representante do Papa João Paulo II que tentou convencê-lo a suspender a greve, pedido que o militante recusou. Pouco tempo após a visita Sands entrou em coma, falecendo dois dias depois. As semanas após a morte do militante foram marcadas por protestos e enfrentamentos entre o IRA e as autoridades inglesas. O funeral de Sands foi acompanhado por mais de 70 mil pessoas.

²⁶ No dia 05 de outubro de 1974, membros do IRA colocaram bombas em dois pubs em Guildford, Inglaterra, matando cinco pessoas e deixando 57 feridas. Os jovens irlandeses Paul Hill, Gerry Colon, Paddy Armstrong e Carole Richardson foram presos como suspeitos e após dias sendo submetidos a interrogatórios confessaram terem participado dos atentados. Devido à vigência da Lei de Prevenção ao Terrorismo nenhum deles teve direito a um advogado. Os quatro foram declarados culpados e apesar de não haver evidências que comprovassem suas participações nos atentados, foram condenados à prisão perpétua. Quinze anos se passaram até as condenações serem anuladas pela corte de apelação. A acusação afirmava que os réus eram membros do IRA.

²⁷ “Londres promete fim da lei antiterror”, Folha de S. Paulo/ Mundo (online). Acesso em 13/04/ 2014.

O IRA anunciou o primeiro cessar-fogo em 1º de Setembro de 1994. A trégua foi rompida em fevereiro de 1996, após fracasso nas negociações. Em 28 de Julho de 2005, o IRA anunciou o fim da “luta armada” e a entrega de armas. O processo de entrega de armas foi concluído em 26 de Setembro daquele ano. Entretanto, algumas facções se negam a reconhecer os acordos com a Grã-Bretanha. Em 2009, o IRA da Continuidade (CIRA) assumiu a autoria do assassinato de um policial na Irlanda do Norte, declarando que os ataques prosseguiriam enquanto os britânicos permanecessem no país²⁸. Em 2012, três das principais correntes separatistas da Irlanda do Norte - a Ação Republicana Contra as Drogas, o IRA Real – RIRA e uma coalizão de grupos armados independentes formados por membros de correntes já dissolvidas, como o PIRA²⁹ - se uniram anunciando a fundação de um novo IRA. O CIRA ficou de fora do acordo. As duas facções foram incluídas, em 2007, na lista de 47 organizações terroristas estrangeiras do Departamento de Estado dos Estados Unidos³⁰.

Como um câncer que ressurgue após ser continuamente extirpado, os reaparecimentos do IRA sempre acabaram mobilizando por parte do Estado outros métodos de combate. Tal como a cirurgia começou a ser empregada em consórcio com a radioterapia, a pena capital esteve associada à prisão e aos princípios semelhantes aos que regiam a cirurgia radical, sempre atingindo a pessoas que não possuíam qualquer relação com os voluntários.

²⁸ “IRA da Continuidade assume assassinato de policial na Irlanda do Norte”, Portal G1/Mundo. Acesso em 09/08/2014.

²⁹ “Dissidentes separatistas anunciam criação de novo IRA na Irlanda do Norte”, site Opera Mundi. Acesso em 09/08/2014.

³⁰ “Estados Unidos identificam 42 organizações terroristas estrangeiras”, site da Embaixada Norte Americana no Brasil. Acesso em 09/08/2014.

Pátria Basca e Liberdade

A Euskadi Ta Askatasuna (ETA) emergiu em 1959 como um movimento socialista fundado por dissidentes do Partido Nacionalista Basco (PNV). Em trinta e oito anos de luta armada, foi apontada pelas autoridades espanholas como responsável por mais de 800 mortes em decorrência de seus atentados. Milhares de membros foram presos pelo aparato antiterrorista espanhol e mais de 200 executados. Desde o início de suas atividades a ETA tem como objetivos prioritários a independência do País Basco, bem como a recuperação de sua cultura e língua, tendo na luta contra a ditadura franquista uma primeira etapa para a consecução de seus objetivos (LLERA, 1992).

Durante a Guerra Civil Espanhola (1936-39) o movimento nacionalista basco se aliou a anarquistas e socialistas. O País Basco chegou a obter sua independência por alguns meses, entre 1936 e 1937. Contudo, a ascensão de Franco ao governo foi seguida de uma intensa repressão aos movimentos de esquerda e de independência e todas as manifestações políticas e culturais dos bascos e dos demais povos que fazem parte da Espanha (como galegos e catalães) foram proibidas.

As primeiras atividades da ETA se limitavam à distribuição de panfletos e à organização e divulgação de cursos para o ensino da língua basca. A radicalização ocorreu a partir de 1962, ano que foi realizada a primeira assembleia do grupo, definindo os princípios da organização. O objetivo final seria a independência do País Basco (Euskal Herria), território que vai do noroeste da Espanha ao sudeste da França. A criação de um estado independente incluiria as províncias de Vizcaya, Guipuzcoa, Alava e Navarra, que atualmente fazem parte da Espanha e as regiões de Labourd, Basse-Navarra e Soule, atualmente parte do território francês. A nacionalidade basca

passaria a ser determinada pelo seu idioma, o euskera. O ideal socialista seria predominante no movimento, desvinculado de qualquer religião.

Inicialmente a ETA atuava como um movimento revolucionário de libertação nacional (LESSA & SUPPO, 2003: 129). A opção pela luta armada veio na quinta assembleia, realizada entre 1966 e 1967, estimulada pela Resolução 1514 das Nações Unidas, de dezembro de 1960. O documento declarava legítima a luta pela libertação nacional afirmando o direito de povos oprimidos à autodeterminação como um direito inalienável (GARCIA, 2012: 19).

A partir de 1965 os *etarras* realizaram assaltos a bancos e colocaram bombas em locais relacionados com a ditadura franquista, como quarteis e sindicatos pelegos. Em agosto de 1968, um atentado de um comando da ETA causou a morte do chefe da polícia de San Sebastián, Melitón Manzanás, ex-colaborador da Gestapo acusado de torturar centenas de bascos. Logo depois foi estabelecido o decreto-lei de “repressão à bandidagem e ao terrorismo”, destinado à repressão das atividades políticas contra a ditadura. Ao final da década 1953 pessoas haviam sido detidas, 300 exiladas e 93 condenadas a cumprir penas que ultrapassavam 200 anos (LESSA & SUPPO, 2003: 130).

Fortemente combatidas pela ditadura franquista, as atividades da ETA eram apoiadas pela população, que os considerava herdeiros dos famosos *gudaris*, soldados que haviam lutado contra Franco em 1936 (GARCIA, 2012: 6; LESSA & SUPPO, 2003: 130) e se mobilizou diversas vezes em favor dos *etarras*. Em dezembro de 1970, quando seis militantes foram condenados à morte e outros a sentenças que somavam mais de 500 anos de prisão, a mobilização dentro e fora da Espanha acabou levando Franco a comutar as penas capitais em prisões perpétuas. Trezentos artistas e

intelectuais catalães assinaram naquele mês um manifesto pela anistia política, liberdades democráticas e direito à autodeterminação regional.

Tal como um tumor que após ser irradiado mostra alguma remissão para pouco tempo depois voltar a crescer de modo mais rápido e mais intenso, a década seguinte ao endurecimento da repressão à ETA foi marcada pela radicalização das ações do grupo. Os alvos dos atentados passaram a ser clubes e cassinos frequentados pela elite pró-Franco, que eram seguidos de intensa violência policial e de grupos de extrema direita. Após a morte do Almirante Luiz Carrero Blanco (provável sucessor de Franco), a Lei Antiterrorista que antes era aplicada apenas no País Basco foi estendida para todo o território espanhol. As medidas de combate ao terrorismo incluíam censura à imprensa, prisões arbitrárias, torturas, vexações e penas capitais.

Após a morte de Franco, em 1975, a Espanha iniciou a transição para o regime democrático. A Comunidade Autônoma do País Basco passou a ter direito de arrecadar impostos, ensinar a língua local nas escolas e eleger parlamento e presidente próprios. A ETA se dividiu em duas vertentes, a institucional (formada pelos partidos Herri Batasuna e Euskadiko Eskerra) e a vertente militar, que intensificou as ações contra o exército espanhol e as forças de segurança no final dos anos 1970. Contudo, a ETA se recusava a aceitar menos que a completa emancipação e optou por intensificar suas ações. Após a morte de Franco o número de atentados – que tinham como alvos preferenciais membros da guarda civil e da polícia nacional da Espanha, além de juízes franceses e espanhóis e políticos locais e nacionais – cresceu e as mortes decorrentes superou o período sob a ditadura. O grupo foi aos poucos perdendo a popularidade.

A morte do vereador Miguel Ángel Blanco – executado pela ETA em 1997 após o fracasso das negociações com o governo de José Maria Aznar para a libertação dos

presos da organização – causou grande comoção pública e a rejeição por parte da população. A reação popular foi acompanhada de uma virada na cobertura da imprensa espanhola, que assumiu uma linha editorial que dava ênfase à biografia das vítimas dos atentados. Os jornais também passaram a dar destaque a declarações de atletas, celebridades e outras figuras públicas condenando as ações da ETA (MARCET, VIZUETE, & MURILLO, 2013).

O primeiro cessar-fogo da ETA foi anunciado em 1998, uma trégua que durou 14 meses. Os atentados foram retomados em janeiro de 2000, com a explosão de um carro-bomba em Madri. Em março de 2006 foi anunciado cessar-fogo permanente, rompido em dezembro daquele ano. O grupo voltou a renunciar as ações armadas em 2011, mas recusou a se desarmar e encerrar formalmente suas atividades até que a política prisional se torne mais flexível para os mais de 600 integrantes do grupo que se encontravam presos³¹.

Desde o regime franquista os bascos buscam refúgio na parte francesa do País Basco, que durante anos serviu de base para as operações da ETA, incluindo preparação de explosivos e planejamento de ações na Espanha. Os dois países possuem a mesma política de tratamento para os presos da ETA. Nas penitenciárias dos dois países os membros da organização são “dispersados”: evita-se que fiquem na mesma prisão e que cumpram pena em locais próximos a seus domicílios. As autoridades francesas começaram a colaborar com o Estado espanhol de maneira mais significativa a partir de 1986, após o desmantelamento do GAL (Groupes antiterroristes de libération), comando paramilitar espanhol que contava com a participação de membros do serviço secreto e policiais do País Basco espanhol que atuava na eliminação física de membros da ETA

³¹ “Presos da ETA admitem mortes e renunciam ao terrorismo na Espanha”, Folha de S. Paulo, 28/12/2013.

que viviam no País Basco francês. O GAL assassinou mais de vinte pessoas na França, dentre eles uma dezena que não tinha nenhuma relação com o grupo separatista³².

Atualmente os serviços de inteligência dos países também fazem monitoramento eletrônico de suspeitos de manterem relações com grupos radicais ou criminosos a fim de “prevenir ameaças terroristas em seu estágio inicial”. Os serviços de inteligência também utilizam de sistemas de gravação de som e imagem, além de captura de dados de computadores em locais públicos (GARBAY, 2014). Hoje 59 membros da ETA estão presos na França e mais uma centena na Espanha. O grupo continua na lista da União Europeia de organizações terroristas.

Mesmo em processo de desativação, a ETA não saiu da mira das autoridades espanholas, que tentaram transformá-lo em bode expiatório nos atentados de Madri em 11 de março de 2004. Naquele dia quatro explosões quase simultâneas em trens das proximidades da capital espanhola deixaram 191 mortos e quase 2.000 feridos. A autoria dos atentados foi reivindicada pelas Brigadas de Abu Hafs al Masri, célula ligada à rede Al-Qaeda em uma carta ao jornal Al-Quds Al-Arabi, que tem sede em Londres.

No texto as brigadas afirmaram que sua ação era uma resposta à participação da Espanha na coalizão liderada pelos Estados Unidos na invasão do Iraque, em março de 2003. A ofensiva fazia parte da “guerra ao terror” proclamada pelo presidente estadunidense George W. Bush após os atentados de 11 de Setembro de 2001³³. Segundo a carta, os atentados tinham a intenção de “dar um golpe doloroso em um dos

³² Fonte: Associação Francesa de Vítimas do Terrorismo (Association Française des Victimes du Terrorisme) www.afvt.org. Acesso em 24/12/2014.

³³ Os atentados de 11 de Setembro de 2001 e a guerra contra o terror são abordados no quarto capítulo desta tese.

pilares dos Cruzados e seus aliados: a Espanha”. O texto conclamava os povos aliados dos Estados Unidos a forçar seus governantes a acabar com a guerra contra o terrorismo, que consideravam uma guerra contra o Islã. O grupo se reportava diretamente ao chefe do governo espanhol José Maria Aznar: “Onde está a América, Aznar? Quem vai protegê-lo de nós? A Grã-Bretanha, a Itália, o Japão e os outros agentes? Quando batemos nas tropas italianas em Nassiriya enviamos aos agentes da América uma advertência para que eles se retirassem da aliança contra o Islã. Mas você não entendeu a mensagem”³⁴.

Nas primeiras horas após as explosões, ocorridas três dias antes das eleições gerais, o governo anunciou que o principal suspeito era a ETA, a despeito do fato que a proporção dos atentados não correspondia ao padrão de suas ações, cujo maior ataque resultara num número de vítimas quase dez vezes menor. O primeiro-ministro chegou a telefonar a todos os principais jornais e emissoras de TV do país para dizer que tinha certeza da participação dos etarras, que negaram veementemente a autoria da ação. O governo insistiu em apontar para o grupo basco. O ministro do Interior, Angel Acebes, chegou a afirmar que o governo não tem nenhuma dúvida de que o grupo está por trás dos atentados. O líder do Partido Popular, Mariano Rajoy, que também disputava as eleições, chegou a declarar que tinha a “convicção moral” de que o atentado havia sido executado pela ETA.

A atitude insistente em condenar a ETA sem apresentar nenhum indício de sua participação nos atentados gerou desconfiança entre os espanhóis. Milhares de pessoas foram às ruas para protestar contra os ataques, mas também para exigir informações mais consistentes sobre os autores. Este evento acabou definindo os rumos da eleição,

³⁴ “Texto completo da carta da Al-Qaeda” Portal Terra/Mundo. Acesso em 11/3/ 2014.

que pôs fim a 12 anos de governo Aznar. Com 43% dos votos, o Partido Socialista Operário Espanhol conseguiu a maioria das cadeiras no Parlamento e José Luis Rodríguez Zapatero foi escolhido novo primeiro-ministro do país. Zapatero, que durante a campanha eleitoral defendia a retirada das tropas espanholas do Iraque, cumpriu sua promessa em junho, trazendo de volta os soldados espanhóis, apesar da pressão feita pelos líderes dos Estados Unidos e Grã-Bretanha para que eles permanecessem em solo iraquiano.

Durante toda a investigação do caso, tanto o partido quanto os meios de comunicação próximos ao Partido Popular levantaram diversas teses para ligar o atentado ao grupo terrorista basco. Em 2011, com o agravamento da crise econômica no continente europeu, o partido de Zapatero foi derrotado nas eleições locais. Rajoy, líder da oposição durante seu governo, se tornou primeiro-ministro da Espanha.

Após implantar uma série de medidas de austeridade econômica, que incluíam cortes no financiamento para a saúde pública e educação, o governo Rajoy passou a enfrentar uma série de protestos e greves. No fim de 2014, o Congresso daquele país aprovou uma lei restringindo manifestações, impondo penas severas contra protestos considerados ilegais.

A Lei de Segurança Cidadã (Ley de Seguridad Ciudadana) pune organizadores de protestos que não tenham sido comunicados previamente às autoridades com multas de até 600 mil euros caso o local escolhido para o protesto exerça algum “serviço básico para a comunidade” – universidades, em frente a tribunais, sedes de governos regionais. A lei prevê multa de 30 mil euros para quem protestar em frente ao congresso. Caso

alguém resolva protestar e se sentar na calçada de casa contra a medida, também poderá ser multado em 30 mil euros³⁵.

A legislação inclui regras de imigração mais rígidas que permitiram à polícia de fronteira negar a entrada de cidadãos africanos que atravessem os limites dos enclaves de Ceuta e Melilla. O texto aprovado proíbe ainda gravar ou fotografar policiais atacando ou violentando cidadãos, seja um caso isolado ou ações coletivas contra multidões. Quem for acusado por um policial de cometer um crime ou de desacatá-lo deve provar não ter cometido tal infração, o que inverte a lógica básica do direito de que o ônus da prova recai sobre quem acusa.

As procedências dos grupos basco e irlandês estão relacionadas ao mesmo fator carcinogênico, a ocupação de seus territórios por potências estrangeiras. As agressões sistemáticas ao corpo social nativo por meio da violência das armas e do direito deram origem e fortaleceram essas células ingovernáveis, que teimavam em ressurgir mesmo após terem sido submetidas aos mais agressivos combates. A política antiterror, semelhante à quimioterapia, produziu pesados danos colaterais, que eram tidos pela racionalidade do Estado como necessários para evitar aquilo que considera uma ameaça para sua própria saúde. Uma vez atingido pelo terrorismo, o Estado repete os protocolos que a medicina utiliza para combater o câncer, sob o argumento de que ele sempre pode voltar. Em muitos casos, mais cedo ou mais tarde, ele volta.

Fração do Exército Vermelho (Grupo Baader-Meinhof)

³⁵ “Espanha aprova leis que impedem manifestações, impõe censura e impõe cerco aos imigrantes”, site Ópera Mundi. Acesso em 16/12/2014.

A formação da Fração do Exército Vermelho (Rote Armee Fraktion – RAF) está relacionada ao acontecimento Maio de 68, quando as rebeldias na Europa e nos Estados Unidos questionaram o capitalismo, o consumismo, a guerra, a autoridade centralizada, dando forma a resistências fora das instituições criadas para esta finalidade. Conforme afirma Passetti, “1968 liberou as forças inventivas e foi libertário ao propiciar novas associações, estilos de vida, rompimentos definitivos com a velhacaria sindical, partidária, burocrática, moralista, universitária, consumista e estatista” (PASSETTI, 2007: 11).

Um ano antes de sua formação da RAF, o protesto contra a visita do xá da Pérsia (atual Irã), Reza Pahlavi a Berlim Ocidental culminou na morte do estudante Benno Ohnesorg, o que acirrou as perseguições ao movimento estudantil e outros setores da esquerda, que acusavam o Estado alemão de ainda manter aparelhos repressores da época do nazismo (CASTRO, 2011: 16). Foi nesse contexto que estudantes e intelectuais alemães uniram-se para formar a organização que ficaria conhecida por meio da imprensa como Grupo Baader-Meinhof.

A primeira ação conhecida do grupo foi o incêndio de duas lojas de departamentos na cidade de Frankfurt, sob a forma de protesto para chamar a atenção da população local para as mortes na Guerra do Vietnã (IDEM, 18). Ninguém ficou ferido, mas os prejuízos chegaram 2 milhões de marcos. Em poucos dias os incendiários Andreas Baader e Gudrun Ensslin foram presos, condenados a três anos de prisão. O episódio logo atraiu atenção da imprensa e da jornalista Ulrike Meinhof, uma conhecida militante de esquerda.

Na ocasião dos julgamentos de Baader e Ensslin a jornalista Meinhof publicou um artigo na revista *Konkret*, na qual defendia a atuação do grupo, chamando atenção

para o fato de que o verdadeiro terror era praticado pelos Estados. “Os que condenam os incêndios partindo do ponto de vista político, ignorando o terror na Pérsia ou as torturas na África do Sul, estão medindo com duas medidas. A eles, falta a legitimação tanto política como moral para se oporem ao protesto estudantil”³⁶. Pouco tempo depois os militantes seriam libertados da prisão por um comando liderado pela própria Meinhof, que depois do resgate juntou-se ao grupo.

Após a libertação dos presos, os integrantes da RAF treinaram táticas de guerrilha na Jordânia com a Organização Para a Libertação da Palestina (OLP), grupo com quem partilhavam afinidades políticas, como a crítica ao imperialismo estadunidense e à política israelense para os territórios palestinos. Ao voltar para a Alemanha Ocidental, o grupo realizou suas primeiras operações: assaltos a bancos para financiamento da guerrilha e atentados contra representantes do Estado e do capital, como membros do exército, polícia, juízes, diplomatas, industriais e banqueiros.

Os primeiros alvos de seus atentados à bomba foram o grupo editorial conservador Springer, de Hamburgo, e a sede das Forças Armadas estadunidenses na Europa, em Heidelberg, em maio de 1972. No auge de suas atividades, em 1977, a RAF foi responsável pelas mortes do procurador-geral da República, Siegfried Buback, do diretor-presidente do Dresdner Bank, Jurgen Ponto, e do presidente da Confederação das Associações de Empregadores Alemães (BDA), Hanns-Martin Schleyer³⁷.

Em 1972 cinco importantes membros do grupo foram presos, entre eles Baader, Ensslin e Meinhof. Cada um foi levado para uma penitenciária diferente e ficaram meses sem ter contato com os demais detentos. Duas greves de fome foram deflagradas

³⁶ “Atentados incendiários em Frankfurt”, Deutsche Welle. Acesso em 23/09/2014.

³⁷ “Grupo terrorista RAF anuncia sua dissolução”, Deutsche Welle, acessado em 23/09/2014.

para protestar contra as condições a que eram submetidos no cárcere. A segunda greve durou três meses, deixando muito debilitado um dos presos da RAF, Holger Meins, que morreu pouco tempo depois. Em setembro de 1977, o grupo sequestrou o presidente da Federação das Indústrias e da Associação de Empregadores da Alemanha Ocidental, Hanss Martins Schleyer. Na ação, o motorista e os três guarda-costas do industrial foram mortos. Como resgate foi exigido que 14 integrantes do grupo que estavam na prisão fossem libertados.

Enquanto as negociações com o governo alemão se arrastavam, os aliados palestinos da RAF sequestraram um Boeing 737, da Lufthansa, com mais de 90 pessoas a bordo. O avião, que saía de Palma de Mallorca com destino a Frankfurt foi levado para Mogadíscio, na Somália, para forçar a negociação de libertação dos presos. Após quatro dias de negociações os quatro sequestradores foram mortos pela polícia federal alemã e os reféns libertados.

Naquela mesma noite o governo da Alemanha anunciou que os líderes do grupo — Andreas Baader, Gudrun Ensslin e Jan Carl Rasp — haviam se suicidado na prisão. No dia seguinte Schleyer foi encontrado morto com um tiro na nuca. Um ano antes das tentativas de libertar os presos da RAF, Ulrike Meinhof foi encontrada morta em sua cela na prisão. Segundo a direção do presídio ela havia se enforcado utilizando uma toalha. A RAF negou todos os suicídios e afirmou que seus membros foram executados por agentes do Estado³⁸.

As controvertidas mortes dos membros da RAF não deram fim às atividades do grupo, que ressurgiu em meados da década de 1980. A segunda geração do movimento também teve como alvos pessoas ligadas ao Estado alemão e ao setor econômico. Entre

³⁸ “Ulrike Meinhof é encontrada morta na prisão”, Deutsche Welle; “Outubro de 1977: chefes do Baader-Meinhof morrem na prisão, na Alemanha”. Acesso em 23/09/2014.

os atentados realizados nesse período constam a explosão de um carro-bomba em uma base aérea dos Estados Unidos próxima a Frankfurt (1985), as mortes do diretor-presidente do Deutsche Bank, Alfred Herrhausen (1989), e de Detlef Rohwedder (1991), presidente da holding estatal Treuhandanstalt, encarregada de privatizar a economia da Alemanha Oriental. Em março de 1993, o grupo explodiu uma penitenciária, às vésperas da inauguração em Weiterstadt (Hessen)³⁹.

O fim das atividades da RAF foi anunciado em um comunicado à agência de notícias Reuters em 20 de abril de 1998.

No dia 14 de maio de 1970, havia surgido a partir de uma ação libertária a Fração do Exército Vermelho (RAF). Hoje pusemos um ponto final no nosso projeto. A guerrilha urbana na forma da RAF, agora, é história. “Nós” – que estivemos organizados na RAF até o fim – tomamos essa decisão conjuntamente. A partir de agora, somos ex-militantes da RAF. O fim desse projeto mostra que não conseguimos nos impor por esse caminho. Mas nada se opõe à necessidade e legitimação da revolta⁴⁰.

Paralelamente às ações da RAF ocorreu a intensificação das práticas de controle do Estado e da presença policial no cotidiano da população daquele país. Em 1976 uma disposição do Código Penal alemão, aprovada no âmbito da histeria e da perseguição dos grupos de resistência armados, tornou sujeita à punição a constituição, filiação, participação e propaganda para uma associação considerada terrorista. A acusação de terrorismo permitia extensas medidas de investigação e aplicação de penas antes da realização de qualquer ato.

A repressão aos movimentos sociais de esquerda na Alemanha começou pelo menos uma década antes do início do nascimento da RAF. Em 1950 o governo alemão

³⁹ “Cronologia das ações da RAF na Alemanha”, Deutsche Welle, acessado em 24/09/2014.

⁴⁰ “Grupo terrorista RAF anuncia dissolução”, Deutsche Welle, acessado em 24/09/2014.

havia deliberado o denominado Decreto Adenauer (Adenauer-Erlas), que exigia a lealdade à constituição dos funcionários públicos. O Partido Comunista (KPD), que até 1956 era um partido legal com cadeiras nos parlamentos estaduais e nacional, foi proibido e todos os mandatos de seus representantes foram cassados. No dia da decisão, a polícia fechou escritórios do partido e prendeu 33 funcionários. O patrimônio do partido foi confiscado e entregue a fins beneficentes (GENSCHEL & STOLLE, 2008 :210-212). O número dos processos de investigação contra seus integrantes entre 1956 a 1968 foi estimado em 125 mil, muito mais do que o número de membros do PC.

No decorrer dos anos 70, mudanças na legislação permitiram que fossem criados comandos e unidades especiais da Polícia Federal, habilitada a exercer poderes executivos não controlados sem aprovação dos parlamentos e da soberania policial dos Estados. O país viveu em estado de emergência durante quase seis semanas, com bloqueio geral de notícias, inspeções domiciliares, bloqueio de comunicação para presos, limitação ou suspensão dos direitos de defesa e da liberdade da imprensa. Consideravam-se crimes de “alta traição”, o “incentivo público ao cometimento de crimes”, “invasão de propriedade”, “distribuição não autorizada de cartazes” até a “filiação, propaganda e apoio em uma associação terrorista” (IDEM, 216).

Anos depois dos supostos suicídios dos militantes da primeira geração da RAF descobriu-se que as violações não se limitaram ao terror da prisão. Por meio de uma reportagem do semanário *Der Spiegel*, foi revelado que o cérebro da jornalista Ulrike Meinhof havia sido conservado em uma solução de formol durante 26 anos. O neurologista Jurgen Peiffer removeu o órgão sem o conhecimento da família. Anos depois o órgão foi entregue ao psiquiatra Bernhard Bogert. Os médicos queriam provar

a insanidade mental de Meinhof, supostamente causada por uma operação feita em 1962, que seria responsável pelo seu “grau patológico de agressividade”⁴¹.

Os membros da RAF que sobreviveram aos “suicídios” na prisão receberam penas vitalícias e tiveram que enfrentar condições diferenciadas em seus processos e no cumprimento das penas. Integrante da primeira geração da RAF, Brigitte Mohnhaupt foi condenada cinco vezes à prisão perpétua mais 15 anos por participação nas ações que levaram aos assassinatos do banqueiro Jurgen Ponto, do procurador geral da República, Siegfried Bubak e do industrial Hanns-Martin Schleyer. Em 1976, Mohnhaupt foi chamada para depor como testemunha no julgamento de Andreas Baader e Ulrike Meinhof, mas se negou a falar aos representantes do Estado. Seu companheiro, Christian Klar foi sentenciado à pena de seis vezes prisão perpétua mais 15 anos.

A partir da década de 1990 os ex-integrantes da RAF receberam indulto e deixaram o cárcere. Mohnhaupt foi libertada em março de 2007, aos 57 anos, após cumprir 24 anos⁴². Klar foi o último a ser libertado, em dezembro de 2008. Detido por 26 anos ele foi o membro da organização que cumpriu a maior pena⁴³. Mohnhaupt e Klar poderiam ter tido suas sentenças comutadas mais cedo, caso tivessem declarado arrependimento publicamente. Ambos se recusaram a fazê-lo.

Brigadas Vermelhas

⁴¹ “Cérebro de terrorista é sepultado após anos em estudo”, Estadão/Internacional (online). Acesso em 26/9/2014.

⁴² “Ex-terrorista da RAF é libertada após 24 anos de prisão”, Deutsche Welle/Especial RAF. Acesso em 25/9/2014.

⁴³ “German terrorist leader freed after 26 years”, The Guardian. Acesso 25/9/2014.

Na década de 1970 as Brigadas Vermelhas (Brigate Rossi) realizaram uma série de assaltos a bancos, atentados a bombas, sequestros e assassinatos com a finalidade de promover uma revolução comunista na Itália. Os *brigatisti* defendiam a retirada da Itália da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e criticavam o Partido Comunista Italiano, que defendia a participação na política institucional e fazia parte do parlamento (SUTTI & RICARDO, 2003:53). O Partido Comunista Italiano condenava as ações terroristas da Brigada, que por sua vez acusava o Partido Comunista de ser “títere da burguesia”⁴⁴.

A emergência das Brigadas Vermelhas, no fim da década de 1960, também foi influenciado pelo Maio de 68 e pela da crescente radicalização das lutas sociais ao redor do planeta. Em 1969 a Itália vivia um momento de ebulição dos movimentos estudantis, marcado pelos confrontos entre manifestantes e policiais. Ao mesmo tempo, os movimentos de operários tomavam as ruas para pressionar governos e sindicatos a firmarem acordos coletivos mais favoráveis à classe trabalhadora (AZCONA & RE, 2013: 164). O crescimento da repressão policial somado à frustração diante da falta de uma “atitude revolucionária” do PCI contribuíram para que jovens comunistas interessados em mudar radicalmente o status quo buscassem soluções “mais extremas e imediatas” (IDEM,165).

No início de suas atividades, as Brigadas Vermelhas produziram uma grande quantidade de comunicados e panfletos, nos quais apresentavam seus princípios e reivindicações. Nesses primeiros escritos, publicados em 1971, os brigadistas declaravam que seus pontos de referência eram o marxismo-leninismo, a revolução cultural chinesa, os movimentos de guerrilha urbana e o movimento trabalhista e

⁴⁴ “Hoje na História: 1978 - Encontrado em Roma o corpo de Aldo Moro”, site Opera Mundi. Acesso 25/09/2014.

revolucionário internacional. Apresentavam-se como uma organização político-militar, uma vanguarda do movimento da classe trabalhadora, que via na luta armada um meio para a sublevação das massas. A estrutura organizacional compartimentada, dividida em colunas, foi adotada como medida de proteção os militantes e era considerada fundamental para a segurança dos guerrilheiros urbanos (IDEM, 167-169).

Em seus primeiros anos as ações das Brigadas Vermelhas eram restritas a incêndios de carros de diretores de empresas, atos de sabotagem contra fábricas e depredações de sedes de organizações políticas de direita⁴⁵. A prática de sequestros começaria em 1972, com o rapto do empresário Idalgo Macchiarini, libertado pouco tempo depois com um cartaz que dizia “Atinja um para educar 100. Poder ao povo armado”.

Nos anos seguintes diversos executivos foram sequestrados pelos brigadistas em troca de resgates para o financiamento de suas atividades. Vários militantes foram presos, fazendo com que a partir de 1974 os sequestros passassem a ter outra função, a libertação dos brigadistas. Naquele ano a organização exigiu que oito de seus integrantes fossem soltos como resgate pelo rapto do promotor Mario Sossi. O magistrado Francesco Coco concordou com a exigência, mas voltou atrás após a libertação do refém. Dois anos depois as Brigadas se vingaram da traição, executando Coco⁴⁶.

A ação mais dramática das BV foi o sequestro do líder da Democracia Cristã do país, Aldo Moro, em março de 1978. Moro havia sido primeiro-ministro cinco vezes entre os anos 1960 e 1970 e era considerado favorito para as eleições de dezembro daquele ano. O sequestro aconteceu cinco dias após seu partido e o PC italiano

⁴⁵ “Mapping militant organizations”, Stanford University Website. Acesso em 27/9/2014.

⁴⁶ “Apr 18, 1974: The Red Brigades terrorize Italy”, History Channel (site). Acesso 27/9/2014.

firmarem um acordo de participação dos socialistas no governo. Na ação os cinco guarda-costas do político foram mortos. Como resgate os brigadistas exigiram a libertação de treze de presos.

Cartas aparentemente escritas de próprio punho por Moro foram divulgadas pedindo que as exigências fossem atendidas. Contudo o governo italiano se recusou a negociar, alegando que ceder à pressão dos terroristas debilitaria o Estado e levaria o país ao caos. Enquanto o político encontrava-se em cativeiro, a polícia e o exército prenderam centenas de suspeitos e vasculharam o país à sua procura. No fim de abril, quase dois meses em cativeiro, o corpo de Moro foi encontrado na Via Caetani, a 300 metros da sede central dos democratas-cristãos e a 200 metros da sede do Partido Comunista⁴⁷.

Após a morte do político, o Estado italiano empreendeu uma intensa campanha para dar fim às Brigadas, que incluiu a revista de domicílios por todo o país e redução de pena aos militantes que confessassem os crimes da organização e delatassem outros participantes. Vinte e nove brigadistas foram condenados a sentenças de até 15 anos pelo sequestro e morte do ex-primeiro-ministro. O julgamento dos 46 acusados de participação direta ou cumplicidade com o grupo durou 100 horas e foi realizado a portas fechadas no tribunal montado no quartel de La Marmora. No início da década de 1980 mais de 400 pessoas haviam sido foram presas sob acusação de pertencer à organização.

No início da década de 1980 a maior parte dos brigadistas estava na prisão e o movimento foi perdendo a força. Uma segunda geração do movimento, as Brigadas

⁴⁷ “Hoje na História: 1978 - Encontrado em Roma o corpo de Aldo Moro”, site Opera Mundi. Acesso em 25/9/2014.

Vermelhas - Partido Comunista Combatente (BV-PCC) foi formada em 1981, mas encerrou formalmente as atividades em 1988⁴⁸.

Apesar de desativada oficialmente desde o fim da década de 1980, duas décadas mais tarde alguns atentados na Itália foram reputados ao grupo ou tiveram a autoria reivindicada em seu nome. Em 2002, a morte do economista Marco Biaggi, autor de uma proposta de reforma trabalhista, foi reivindicada em um telefonema para um jornal da região de Bolonha em nome das BV-PCC. Um comunicado assinado pela organização foi publicado no site da Agência Independente de Comunicação Territorial. O texto acusava o economista de tentar regular a exploração dos trabalhadores assalariados.

Segundo a perícia a arma do crime era a mesma pistola que em 1999 foi usada para matar outro assessor do Ministério do Trabalho, Massimo D'Antona⁴⁹, considerado o primeiro atentado das novas Brigadas Vermelhas. Naquela ocasião um documento de 40 páginas supostamente assinado pelo grupo foi enviado aos jornais do país reivindicando o assassinato. Horas depois o governo italiano declarou que as investigações policiais haviam confirmado a autoria do atentado, apesar de outros grupos haverem reivindicado a ação⁵⁰.

Em 2010, duas pessoas foram presas sob a acusação de integrarem a segunda geração do grupo. Um deles era Manolo Morlacchi, filho de Piero Morlacchi, um dos brigadistas originais⁵¹. Dois anos mais tarde quatro panfletos das Brigadas Vermelhas foram encontrados em três diferentes pontos na localidade de Legnano, em Milão, logo

⁴⁸ “Mapping militant organizations”, Stanford University Website. Acesso em 27/9/2014.

⁴⁹ “Facções das Brigadas Vermelhas assume atentado na Itália”, Folha de S.Paulo. Acesso em 21/10/2014.

⁵⁰ “Itália teme a volta das Brigadas Vermelhas”, Folha de S. Paulo. Acesso em 21/10/2014.

⁵¹ “Itália prende suspeitos de integrar novas Brigadas Vermelhas”, Folha de S. Paulo. Acesso em 18/01/2010.

após um funcionário da empresa Ansaldo Nuclear sofrer a um atentado a tiros na cidade de Gênova. A empresa havia sido um dos primeiros alvos das Brigadas Vermelhas na década de 1970, o que reforçou as suspeitas sobre a volta da organização.

Alberto Franceschini, um dos fundadores do grupo, negou a participação das Brigadas Vermelhas, afirmando que suas atividades haviam sido encerradas. Em 2012, o grupo foi apontado como suspeito de colocar uma bomba em escola italiana, causando a morte de uma adolescente de 16 anos. Uma carta enviada pelo grupo à agência de notícias ANSA negou o envolvimento no atentado, afirmando que seus alvos nunca foram estudantes e trabalhadores e sim governantes e empresários⁵².

O combate do Estado italiano aos grupos de extrema-esquerda das décadas de 1970 e 1980 deixou algumas marcas permanentes na política antiterror do país. Ainda em meados da década de 1970, começou a ser preparada na Itália uma legislação contra o terrorismo político e a Máfia. Esse “direito penal de emergência” ampliou os poderes da polícia e a prisão cautelar, colocando a defesa da sociedade acima do princípio de presunção de inocência dos suspeitos. “Se há dúvidas a respeito da autoria do crime e de sua materialidade, deve-se prender o suspeito, não se pode mais esperar o resultado final da investigação. ‘In dubio pro societatis’ é, agora, o princípio máximo do direito penal, não mais ‘in dubio pro reo’ (LOPES, 2008: 14).

Esse regime jurídico voltado para o combate do crime organizado permitiu que policiais disparassem contra suspeitos em uma situação que o agente considere “possível de resultar em crime”, ampliou os poderes de investigação sobre a vida privada e financeira dos indivíduos, autorizando escutas telefônicas, violação de correspondências e quebra de sigilo bancário. Também permitiu o confinamento dos suspeitos e condenados em celas separadas e instituiu a delação premiada (*pentito*) ou

⁵² “ANSA recebe carta supostamente das Brigadas Vermelhas negando ataque”, UOL Notícias, acesso em 28/9/2014.

arrependimento para redução das penas de integrantes dessas organizações que se mostrassem “arrependidos” e dispostos a depor contra os ex-companheiros (IDEM, 15-16). Os julgamentos não obedeciam às regras do processo penal do preso comum, nem às regras dos Direitos Humanos. Os réus não possuíam direito à ampla defesa e em alguns casos, suas conversas com advogados eram gravadas.

Os integrantes das Brigadas Vermelhas eram julgados dentro de jaulas, procedimento que se tornaria recorrente em outros países décadas mais tarde, a despeito da condenação da Anistia Internacional⁵³, como ocorreu na Rússia, em 2012, no julgamento das integrantes da banda punk Pussy Riot⁵⁴ e no Egito, em 2014, no processo contra três jornalistas da rede Al-Jazeera, do Qatar⁵⁵.

Como toda doença, alguns tipos de câncer têm cura e outros não. Tudo depende essencialmente do tipo de tumor maligno e do estágio em que esse câncer se encontra. Quanto mais cedo for feito o diagnóstico, mais chances de o tratamento dar certo. Porém é importante lembrar que mesmo pacientes que não têm cura podem viver por muitos anos com boa qualidade de vida, com a doença controlada e tratada, como qualquer doença crônica. Alguns tumores malignos têm alto índice de cura mesmo em fases avançadas. Outros se espalham rapidamente pelo sangue, para outros lugares do corpo ou insistem em voltar, apesar dos tratamentos disponíveis.

Os grupos de contestação radical surgiram como células cancerosas, que ativadas por algum agente externo, deram origem a uma multiplicação descontrolada de indivíduos e grupos que não obedeciam aos comandos do Estado democrático universal, que prescrevia a via partidária institucional como a única forma aceitável de atividade

⁵³ “Manual de juicios justos – Segunda Edición”, Amnesty International website. Acesso em 16/12/2014.

⁵⁴ “Presumed innocent, but caged in court”, The New York Times, 18/11/2013. Acesso em 16/12/2014.

⁵⁵ “Egito retoma processo de jornalistas da Al-Jazeera”, G1/Mundo, 10/4/2014. Acesso em 16/12/2014.

política. As guerrilhas urbanas filhas de 68 foram receberam do Estado o mesmo tratamento reservado ao câncer. Descobertas em seus estágios iniciais, seus membros foram mortos pelo Estado ou submetidos ao terror permanente da prisão. Entretanto, essas células malignas resistiram aos tratamentos voltaram a crescer, dando origem a uma segunda e terceira gerações dos movimentos. Os combates se intensificaram com a criação de novas terapias até que esses tumores perderam a força e foram considerados extintos.

O que restou do combate a esses grupos foram os efeitos colaterais, a legislação produzida na Alemanha e na Itália para o combate da ameaça terrorista que ampliou a ação do Estado ao criar um regime jurídico diferenciado que violava diversas garantias constitucionais, das quais o Estado democrático se serve para se apresentar como instância que faz parar a guerra. Uma vez que um corpo é atingido pelo câncer, a medicina estará perpetuamente alerta para a possibilidade de uma nova manifestação da doença. Assim ocorre com o Estado, que uma vez atingido pelo terrorismo estará pronto para lançar mão de todo o seu arsenal de métodos de combate, pois a volta das práticas de contestação radical enquanto houver Estado é um risco permanente.

SEGUNDOS PRIMÁRIOS

De maneira bastante simplificada, pode-se dizer que a recidiva ocorre quando o câncer *volta* e a metástase, quando ele *se espalha*. Atualmente, considera-se que um câncer foi “curado” após cinco anos de tratamento bem sucedido sem recidivas. Porém, é possível que anos após tratamento o mesmo paciente volte a desenvolver a doença, não necessariamente no mesmo órgão. Esta nova manifestação da doença, que não pode

ser classificada nem como recidiva, nem como metástase é chamada de segundo primário (BURGOS et al., 2009).

A reação dos Estados europeus aos terrorismos do fim do século XIX e início do século XX culminou na execução, prisão, deportação e perseguições aos militantes anarquistas. Muitos, contudo, conseguiram escapar das perseguições na Europa e vir para as Américas, onde deram início às práticas de resistências. Essas não se restringiram às lutas operárias, incluíam também experimentações de pedagogia libertária, amor livre e construção da vida coletiva. Contudo, alguns atentados terroristas individuais praticados por esses imigrantes serviram de pretexto para que o Estado empreendesse uma intensa campanha repressiva contra os anarquistas.

Os atentados ocorridos na Europa noticiados pela imprensa argentina tiveram forte impacto naquele país, que tratou de prevenir essa ameaça indesejável (ALBORNOZ, 2013:114) com a criação da Lei de Residência, de 1902, proibindo a entrada de imigrantes com antecedentes políticos e punindo com extradição os que cometessem delitos comuns. Os esforços, porém, não conseguiram impedir a chegada dos anarquistas e tampouco a prática de ações terroristas em solo argentino.

Em agosto de 1905, o anarquista individualista Salvador Planas y Virilla atirou contra o presidente Manuel Quintana. Em fevereiro de 1908, outro atentado anarquista frustrado: Francisco Solano Rojas lançou uma bomba de ácido no caminho do presidente José Figueroa Alcorta. O artefato não explodiu. Em 14 de novembro de 1909, o anarquista russo Simón Radowizky lançou uma bomba dentro de um veículo que transportava o chefe da polícia, Ramón Falcón, e seu secretário particular Alberto Lartigau. Falcón havia sido responsável pelo massacre do 1º de maio daquele ano e por ter posto fim à Greve dos Inquilinos, uma série de levantes contra o aumento de

alugueis nos cortiços e bairros operários em Buenos Aires. As revoltas ocorreram entre agosto e novembro daquele ano e tiveram ampla participação de militantes anarquistas.

Apesar de atentados terroristas não terem ocorrido com a mesma intensidade no Brasil, governantes, autoridades policiais e segmentos amplos da imprensa insistiam em relacionar o anarquismo como um todo ao “dinamitadores” europeus (MONTEIRO, 2009: 128), o que fez com que prisão e deportação de militantes anarquistas se tornassem constantes no país no início do século XX.

Em 1894, operários foram presos em São Paulo após a explosão de duas bombas nos atos do 1º de maio; em 1908, as autoridades policiais do Rio de Janeiro denunciaram um suposto plano de anarquistas para afundar uma esquadra estadunidense que se encontrava na Baía de Guanabara; no ano seguinte, operários de The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power receberam acusações de terem dinamitado cabos elétricos da empresa; em 1915, padeiros em greve pela regulamentação de horários de trabalho, também do Rio de Janeiro, explodiram as padarias de seus patrões durante a noite; em 1918, anarquistas trabalhadores da Marinha Mercante teriam detonado uma bomba na casa do ministro da Marinha, almirante Alexandrino (MONTEIRO, 2009).

Em 17 de janeiro de 1921, o presidente Epitácio Pessoa assinaria o Decreto nº 4.269, que regulamentava a prisão por explosão de bombas e atos de provocar, por escrito ou verbalmente, a prática de crimes como depredação, incêndio, homicídio, com o fim de subverter a organização social. O mesmo decreto garantia ao governo a faculdade de ordenar o fechamento por tempo determinado de associações, sindicatos e sociedades civis consideradas nocivas ao bem público (IDEM, 2009). Além disso, era uma prática governamental rotineira enviar anarquistas a Colônia Penal de Clevelândia

do Norte, campo de concentração destinado também aos chamados loucos e bandidos (AUGUSTO, 2013b: 55).

Os terrorismos anarquistas na América do Sul do início do século XX tiveram vida breve. Como tumores primários que entram em remissão após tratamento, as ações terroristas praticadas por anarquistas deram lugar a práticas de resistências que não se restringiram ao campo das lutas operárias, mas incluíram inéditas experimentações em educação de crianças e vida coletiva. “Os anarquistas introduzem nas Américas o amor livre, a educação apartada dos castigos, as possibilidades de vida livre dos valores burgueses e autoritários, o questionamento do papel das mulheres nas sociedades modernas, o embate com patrões, oligarcas e governantes (IDEM, 112). Décadas mais tarde as guerrilhas de orientação marxista-leninista que combatiam os governos autoritários da América do Sul seriam classificadas como terroristas pelos governos de seus países e acabariam recebendo o mesmo tratamento destinado aos anarquistas, combatidas pelos Estados como um segundo câncer primário.

Terror de Estado na América do Sul

A bipolarização do mundo durante a Guerra Fria teve importantes impactos sobre os países latino-americanos. Após a Revolução Cubana, em 1959, o governo dos Estados Unidos passou a financiar e apoiar grupos alinhados à sua ideologia, fornecendo-lhes treinamento militar, técnicas anti-guerrilhas e de torturas. Desde modo, entre as décadas de 1960 e 1980, diversos dos países latino-americanos sofreram golpes militares e passaram viver sob ditaduras. Em todos esses locais os militares lideraram coalizões compostas pela sociedade civil, partidos de direita, grande imprensa, empresários e igrejas (ROLLEMBERG & QUADRAT, 2010).

Ao serem instauradas, essas ditaduras civis-militares fecharam congressos, cercearam liberdades individuais, colocaram na ilegalidade os partidos de esquerda, suspenderam direitos políticos, instituíram a censura dos meios de comunicação e as criações artísticas. Foi um período marcado por prisões, sequestros, desaparecimento de militantes, torturas, mutilações e também pela atuação de grupos que se propuseram a lutar pela via armada no combate à ditadura e também pela implantação do socialismo (SUTTI & RICARDO, 2003).

De modo semelhante aos grupos terroristas de esquerda que atuavam na Europa, os grupos de luta armada da América do Sul praticaram explosões, assaltos a banco para financiamento de suas atividades e sequestros para libertação de presos políticos. Entre essas organizações estavam a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Revolucionária Popular (VRP), o Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCRB), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), do Brasil, o Montoneros e Exército Revolucionário do Povo (ERP), da Argentina; o Tupamaros, do Uruguai, o Sendero Luminoso, do Peru.

No Brasil a repressão aos indivíduos considerados subversivos incluiu a implantação da Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967) e do Ato Institucional nº5 (de 13 de dezembro de 1968). Destinada à preservação da segurança externa e interna, a Lei de Segurança Nacional compreende medidas destinadas à prevenção e repressão da “guerra psicológica adversa” e “da guerra revolucionária ou subversiva”. A guerra revolucionária é definida como “conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação”.

A lei estabelece penas de 2 a 4 anos para quem “tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo” (Art.21) e promover insurreição armada ou tentar mudar, por meio violento, a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela adotada (Art.22) e praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva⁵⁶.

O AI-5 previa a adoção de medidas consideradas necessárias pelo regime para a consolidação do “Movimento de março de 1964”, que incluíam a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de 10 anos (Art. 4º). Isso incluía a proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política e aplicação de “medidas de segurança” como liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares e liberdade vigiada (Art.5º). O decreto suspendia a garantia de *habeas corpus* nos casos de “crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular” (Art.10).

O texto afirmava que os “atos subversivos oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais”, comprovavam que os instrumentos jurídicos que a *Revolução* havia assegurado (por meio do golpe de Estado) estavam servindo de meios para combatê-la e destruí-la e que tais medidas se faziam necessárias para a preservação da ordem e da segurança⁵⁷.

Na Argentina a chamada guerra antissubversiva instaurada pela ditadura militar (1976-1983) investiu na eliminação física dos grupos de esquerda revolucionária, das comissões e dos delegados sindicais combativos, das agrupações estudantis e dos

⁵⁶ Disponível no site da Câmara dos Deputados. Acesso em 27/10/2014.

⁵⁷ O texto completo pode ser acessado no endereço www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm Acesso em 27/10/2014.

simpatizantes do populismo peronista. Estima-se que o número de desaparecidos da ditadura militar argentina chegue a 30 mil pessoas.

Os dissidentes eram fuzilados ou atirados vivos de aviões em pleno vôo, em geral sobre o Rio Prata ou sobre o Atlântico. Os filhos das presas grávidas, nascidos nos centros de tortura eram sequestrados e adotados por famílias cuja visão política estava de acordo com o regime. O Estado argentino chegou a dispor, em 1977, de 340 centros clandestinos em todo o país. Os bens dos opositores frequentemente eram confiscados e pessoas encarceradas eram submetidas a trabalho para certas tarefas a serem realizadas nos quartéis (RAMPINELLI, 2012: 357). O Partido Comunista Argentino também apoiou o golpe, chegando ao ponto de propor a assinatura de um “convênio nacional democrático que servisse de fundamento a um governo cívico-militar de ampla coalizão democrática”, na perspectiva de evitar o avanço da ala dos duros do exército. Tais equívocos históricos não apenas ajudaram a dar respaldo à Junta Militar, como também abriram caminho para o avanço do terrorismo de Estado (IDEM, 359).

Os regimes militares latino-americanos dos anos 70 se inspiraram nos postulados da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁵⁸. Partindo do princípio de que a URSS decidira utilizar o comunismo internacional como instrumento de agressão e de subversão interna, os Estados Unidos, considerando haver uma “guerra permanente” entre o “mundo comunista” e o “mundo livre” se autoproclamaram defensores do

⁵⁸ Não se deve perder de vista que, também no início da década de 1960, o conceito francês de “guerra revolucionária”, teve forte penetração entre os militares da América Latina. Antes da revolução cubana, oficiais argentinos e brasileiros buscaram uma doutrina mais adaptada às suas necessidades fora dos EUA, como as técnicas francesas de contra-insurgência experimentadas na Indochina e Argélia, conforme admitidas pelo coronel Augusto Fragoso no curso de Estado Maior e Comando da Escola Superior de Guerra (SOUZA, 2011: 161-162). As doutrinas militares da Espanha franquista também tiveram impacto em alguns casos latino-americanos. No caso uruguaio, houve uma forte presença de elementos originados do hispanismo no projeto de ensino pretendido pela nova ordem autoritária, como a família, a cruzada das forças de segurança, a afirmação dos valores do catolicismo tradicional e a moral (PADRÓS, 2005: 409-410).

“mundo livre”, impondo uma divisão de tarefas no plano militar onde cabia aos países latino-americanos arcarem com o esforço de proteger seus territórios nacionais, prevenindo a infiltração comunista e reprimindo todas as modalidades e tentativas subversivas (PADRÓS, 2005: 411).

O conceito de *national security* (segurança nacional), adotado nas escolas militares no Brasil, juntamente com a ideologia anticomunista e a estratégia de contenção do poderio soviético, sedimentou as políticas estratégicas de instauração de regimes militares na América Latina. A “ameaça comunista” tornou-se o principal fator de legitimação da imposição e exportação da DSN, doutrina de caráter saneador, que alertava os militares sobre a necessidade de interferência política para garantia de segurança interna, mediante constante vigilância dos “inimigos internos” (comunistas). Sob a bandeira do anticomunismo, a influência dos EUA se fez sentir e vários militares latino-americanos tornaram-se hostis a qualquer proposta de mudança da sociedade, reformista ou revolucionária (IDEM, 120).

Uma das principais premissas da DSN era a rejeição da ideia da divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política. A doutrina associou diretamente o “subversivo” com o comunismo, associando-o à tirania, à opressão e à barbárie e propagando a ideia de que socialismo e democracia eram incompatíveis. As organizações revolucionárias e os partidos políticos de esquerda eram identificados como terroristas. A força desta relação se expressaria, mais tarde, na afirmação da embaixadora dos EUA na ONU, Jeane Kirkpatrick: “As revoluções são feitas com os fuzis dos terroristas” (IDEM, 55).

Nesse contexto o Estado moderno, que se apresenta como uma estrutura de mediação e de proteção da sociedade, reassumia no combate ao “inimigo interno”, sua

função de fazer a guerra, desencadeando práticas de Terror de Estado que extrapolavam os limites coercitivos constitucionais que fundamentam a democracia (que os governos autoritários alegavam proteger). A prevenção à ameaça comunista/terrorista incluiu medidas de controle e vigilância que os organismos de segurança adotam para evitar o ressurgimento das organizações “subversivas”, que além da perseguição política incluíram intervenções no ensino e na educação.

No Chile, a ditadura liderada pelo General Augusto Pinochet empreendeu uma caça aos correligionários de Allende e seus simpatizantes. Nos dias que se seguiram ao golpe, o Estádio Nacional de Santiago serviu de prisão e centro de tortura para milhares de pessoas. Toques de recolher, revistas domiciliares e prisões e interrogatórios de qualquer suspeito se tornaram rotina (SUTTI & RICARDO, 2003: 72. MENDES, 2013: 4). Oficiais legalistas foram imediatamente presos e alguns assassinados em sessões de tortura. Ao longo de um ano estima-se que entre 30 a 50 mil pessoas foram mortas. A resistência ao golpe logo foi desarticulada e perseguições foram encaminhadas em todos os níveis da sociedade chilena. A violência encontrou ainda um símbolo de sua realização: o bombardeio do Palácio La Moneda com a morte do Presidente que recusou a se render (MENDES, 2013: 183)

Pinochet foi o principal articulador o da Operação Condor, estabelecida em 1975 para o compartilhamento de informações, troca de presos, sequestros e execuções de pessoas que haviam se exilado nos países vizinhos para escapar à perseguição da ditadura em seu país de origem. Faziam parte da operação comanda da pela Dina (polícia secreta chilena) Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Até hoje não se tem uma dimensão exata sobre o número de vítimas da operação. Porém, a abertura dos chamados “arquivos do terror” – quatro toneladas de papéis descobertos no

Paraguai, em 1992 – revelou que o saldo de pessoas atingidas pela Operação Condor seja de aproximadamente 50 mil mortos, 30 mil desaparecidos, 400 mil encarcerados⁵⁹.

O arquivo guardava décadas de história documentada da repressão no Paraguai e em outros países e registros da cooperação da inteligência estadunidense com os ditadores da região. A documentação confirmou que na vigência da Operação Condor foram cometidos os assassinatos do ex-ministro chileno Orlando Letelier, nos Estados Unidos, do ex-presidente da Bolívia, general Juan José Torres (1970-1971), na Argentina; dos políticos uruguaios Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruiz, assim como de Agustín Goyburú, dirigente do Movimento Popular Colorado, do Paraguai, e de vários ativistas políticos chilenos, argentinos, paraguaios e brasileiros. Os documentos encontrados relatavam as minúcias burocráticas da polícia de segurança paraguaia e o intercâmbio de informações sobre prisioneiros políticos dos órgãos de segurança (SOUZA, 2011: 159-160).

A Operação Condor ampliou acordos já existentes⁶⁰ entre os serviços secretos de Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, juntamente com a participação de Brasil e Peru. O campo de ação foi fixado entre os limites de todos os países membros do acordo, estabelecendo-se facilidades para a ação de agentes destes países e a execução de operações repressivas conjuntas. Também foi aprovada a formação de equipes

⁵⁹ “Seminário sobre Operação Condor pode ajudar a rever anistia”, Câmara dos Deputados, acessado em 27 de setembro de 2014.

⁶⁰ Mesmo antes da instauração da Operação Condor, refugiados políticos brasileiros foram apanhados no exterior. Na Argentina, Edmundo Péricles de Camargo, membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que atuava, especialmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, teria desaparecido em Buenos Aires no início de dezembro de 1973. Durante o governo de Salvador Allende, cerca de 3 mil brasileiros se exilaram no Chile. A Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação apurou que agentes da repressão falando português atuaram no Estádio Nacional de Santiago. Paraguai e Brasil também já haviam se aproximado, antes da Operação Condor vigorar e realizavam troca de informações e espionagens conjuntas e conferências bilaterais. No caso de Brasil e Uruguai, a colaboração se iniciou após o golpe de 1964 no Brasil, quando perseguidos políticos do Brasil procuravam o Uruguai. O DOPS/RS monitorava os exilados brasileiros no Uruguai, coletando informações e reprimindo os “inimigos internos” do sistema, traduzindo-se em prisões arbitrárias, sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos (SOUZA, 2011: 169-171).

especiais para viajar a qualquer parte do mundo, com o objetivo de eliminar políticos opositores ou colaboradores dos grupos esquerdistas de qualquer dos países da operação (IDEM, 163).

Naquele momento, a situação política no Brasil era diferente dos outros países da região. Os movimentos de esquerda brasileiros já estavam praticamente liquidados e começava o processo de redemocratização anunciada pelo presidente-general Ernesto Geisel (1974-1979) como um processo de abertura “lenta, gradual e segura” que o Brasil iria seguir a partir de 1974 com suspensão de censura prévia, manifestações pela anistia, a favor do retorno dos exilados brasileiros e da libertação dos presos políticos. O contexto político brasileiro fez com que o país se tornasse uma rota para os refugiados estrangeiros perseguidos pela repressão de seus países. Dessa forma, o Brasil através da Operação Condor, contribuiu para a realização de diversas prisões em solo brasileiro (SOUZA, 2011: 166).

As ditaduras derrubaram as fronteiras geográficas e políticas, aboliram tratados de proteção a refugiados e desrespeitaram convenções internacionais de Direitos Humanos. Nos países do Cone Sul não havia refúgio seguro, espiões dos serviços de inteligência estavam infiltrados nas embaixadas, nos correios e telégrafos, nas empresas telefônicas, nas companhias de aviação e nos bancos estaduais. Os perseguidos políticos eram identificados na requisição de passaportes ou através da utilização de quaisquer destes serviços que fossem controlados, tornando seus passos vigiados pelos serviços de inteligência (IDEM, 164).

A observação da breve história dos terrorismos abordados neste capítulo nos mostra que, independente da motivação – a busca pela independência territorial (IRA e ETA), o combate aos regimes ditatoriais (ETA, guerrilhas da América do Sul), crítica à política institucional estabelecida e a busca por uma mudança no regime político (RAF,

guerrilhas da América do Sul) – os terrorismos são diagnosticados como inimigos pelo Estado contemporâneo, uma ameaça à saúde do corpo artificial que deve ser extirpado. Se anos mais tarde a medicina descobriu que a carcinogênese obedece a processos mais complexos que um suposto desequilíbrio dos fluidos corporais, pouco importa: o que está em jogo é como se trata o terrorista, o inimigo do Estado.

Para combater esta leva de terrorismos o Estado não hesitou em lançar mão de medidas que se assemelham ao combate ao câncer. Com o passar dos anos a pena capital e a prisão deixaram foram combinadas a novas técnicas punitivas, como a delação premiada, o isolamento dos presos, a ativação de grupos de extermínio, a revista de domicílios, os toques de recolher, a tortura, o desaparecimento. Nesse processo, o Estado que se apresentava como uma instituição mantenedora da paz, reassume sua função de fazer a guerra.

Os instrumentos legislativos criados no período asseguraram ao Estado e seu aparato repressivo as condições de legitimidade para que os indivíduos considerados subversivos fossem tratados como inimigos de guerra, a quem não as leis normais não se aplicam. Tais dispositivos permaneceram em vigor mesmo após que resistências armadas da América do Sul terem sido massacradas e permaneceram no ordenamento jurídico de seus países mesmo após a transição para a democracia.

Metástases

Trago em uma das mãos o fuzil de um combatente e na outra o ramo de oliveira.

Não deixem o ramo de oliveira cair de minhas mãos.

Yasser Arafat, Assembleia Geral da ONU, 1974

Que importa viver muito tempo! Que guerreiro quererá poupar-se?

Nietzsche – Assim falou Zaratustra

Chama-se metástase a disseminação do câncer para outros órgãos. É quando as células cancerígenas se desprendem do tumor primário e entram na corrente sanguínea ou no sistema linfático (linfonodos), órgão responsável pela produção, armazenamento e transporte de células para o combate de infecções. As células de câncer podem se espalhar para todas as partes do corpo, porém as metástases tendem a ocorrer em padrões que variam de acordo com o tipo de tumor primário. No câncer de pulmão as metástases tendem a aparecer mais frequentemente no cérebro ou nos ossos. No câncer de mama as metástases costumam surgir nos ossos, pulmões, fígado e cérebro. Cada um desses tipos de câncer pode se espalhar para outras partes do corpo, dando origem a recidivas e a outras metástases.

Se os terrorismos contemporâneos que se manifestaram na Europa nas últimas décadas do século XIX são tomados neste trabalho como tumores primários, o terrorismo palestino, que se manifesta distante desse sítio primário se comporta como uma metástase, já que sua emergência está diretamente relacionada à política dos

Estados europeus e dos Estados Unidos no período pós-guerras mundiais. Este capítulo aborda a história da disputa sobre a Palestina e o alargamento do terrorismo na região, bem como seus combates passam a ser incorporados na agenda da ONU, deixando de ser assunto interno dos Estados para se tornar um problema internacional.

Fatores carcinogênicos

Após a Primeira Guerra Mundial e o fim do Império Otomano, o Oriente Médio tornou-se uma área controlada pelos Estados europeus, principalmente Inglaterra e França. Além de importância geográfica estratégica (acesso ao canal do Suez e ao Porto de Haifa), a região se tornou alvo de disputas por conta da questão religiosa, pois engloba a cidade de Jerusalém e outros locais considerados sagrados por judeus, cristãos e muçulmanos.

O Acordo Sykes-Picot, de 16 de maio de 1916, firmado em segredo pelos governos do Reino Unido e da França, definiu as suas respectivas “esferas de influência” no Oriente Médio. A França recebeu o mandato para a Síria e o Líbano, e a Grã-Bretanha, para o Iraque e a Palestina. O documento estabeleceu que a futura negociação de fronteiras dos países árabes e a importação de armas nesses territórios estariam sujeitos ao controle dos dois países europeus. Este item, juntamente com o controle da faixa costeira da Palestina constituiria mais tarde um dos principais focos de tensão na região, cujos desdobramentos se estendem até os dias atuais (FELDBERG, 2012: 183; CANEPA & OLIC, 2003: 73).

Havia naquele momento a expectativa por parte dos povos árabes locais de que a Grã-Bretanha apoiasse a criação de um Estado árabe na região, baseada na troca de cartas entre o alto comissário britânico no Egito, Henry McMahon, e o xerife de Meca, Hussein bin Ali. Na correspondência Hussein-McMahon (julho de 1915/março de 1916)

o xerife comprometia-se a organizar uma revolta árabe contra o Império Otomano em troca do apoio britânico para a criação de um Estado. Entre os territórios prometidos estavam Meca e Medina (cidades consideradas sagradas pela religião muçulmana) e a Palestina.

A promessa britânica aos árabes não foi cumprida. A Síria foi entregue à administração francesa e a Palestina foi destinada à criação de um Estado judaico. A “promessa” foi registrada na “Declaração Balfour”, carta enviada pelo secretário britânico dos Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour ao presidente da Federação Sionista Britânica, Lord Rothschild, em novembro de 1917. Na missiva, o secretário afirmava o compromisso de conceder ao povo judeu a posse daquele território caso a Inglaterra conseguisse derrotar o Império Otomano (BRENNER & CAMARGO, 1995; SUTTI & RICARDO, 2003).

Para Edward Said (2012:18), além de constituir a base jurídica das reivindicações sionistas sobre a Palestina, a Declaração Balfour toma como irrefutável o direito soberano de um poder colonial dispor sobre um território de acordo com a sua conveniência. Trata-se de uma declaração feita por uma potência europeia, sobre um território não-europeu, que ignora a presença e o desejo do grupo étnico majoritário residente na região e que pretende transformar um território em Estado para um povo determinado por esta potência europeia.

No que diz respeito ao Ocidente, a Palestina é o lugar onde uma população recém-chegada e relativamente avançada (porque europeia) de judeus realizou milagres em construção e civilização... Não há dúvida de que a disputa na Palestina é entre uma cultura evoluída (e em evolução) e outra, relativamente retrógrada e, até certo ponto, tradicional... Em outras palavras, devemos compreender a luta entre palestinos e sionistas como uma luta entre uma presença e uma interpretação, em que a primeira aparece constantemente subjugada e erradicada pela segunda (IDEM, 10).

O movimento sionista surgiu no século XIX e tinha como objetivo criar um lar nacional para os judeus. Chegou-se a cogitar que este Estado pudesse ser estabelecido em terras da América do Sul ou da África. Porém, a partir da realização do Primeiro Congresso Sionista, em 1897, ficou decidido que este lar judaico deveria ser estabelecido na região da Palestina. As quatro grandes potências da época estavam comprometidas com o sionismo, de modo que os desejos e inclinações da população não-judaica na região não era vista como algo que deveria ser levado em consideração, apesar de sua presença majoritária (CANEPA & OLIC, 2003: 70; SAID, 2012: 19).

Said chama atenção para o fato de que a Palestina tornou-se um país predominantemente árabe e islâmico no fim do século VII e desde que então suas fronteiras e seu nome em árabe - Filistin (Filisteia/Palestina) - ficaram conhecidas em todo o mundo islâmico. Em 1516, a região tornou-se uma província do Império Otomano, mas isso não a tornou menos “menos árabe ou menos islâmica”. Por isso, desde o início do planejamento concreto dos sionistas para a Palestina (durante e depois da Primeira Guerra Mundial) havia a noção de que Israel deveria se erguer sobre as ruínas dessa Palestina árabe em uma espécie de “colonialismo de reconstrução” (SAID, 2012: 15).

O sionismo foi associado à democracia, ao liberalismo, à liberdade, ao conhecimento e ao esclarecimento, ao passo que seus inimigos representavam atraso e ignorância. O que importava, diz Said, eram os ideais etnocêntricos apropriados pelo sionismo que valorizavam a superioridade do homem branco e seu direito sobre os territórios considerados consoantes com esses ideais (IDEM, 34). O conflito do sionismo com os árabes da Palestina tratava-se não apenas de colonização, mas de civilização, um instrumento para manter o islamismo – e mais tarde o comunismo e a

União Soviética – à distância.

Sob o mandato britânico a Palestina passou a receber imigrantes judeus vindos de várias partes do mundo, principalmente do continente europeu. O fluxo se intensificou na década de 1930, após a ascensão do nazismo na Alemanha, o que fez crescer as animosidades entre a população árabe e os recém-chegados. Foi nesse contexto que ocorreu a Grande Revolta Palestina (também conhecida como Grande Revolta Árabe), entre 1936 e 1939, um dos marcos fundadores do movimento nacional palestino. A insurreição foi reprimida pela administração britânica, que por sua vez decidiu limitar a limitação judaica para o local na tentativa de apaziguar os conflitos entre as duas comunidades (FELDBERG, 2012: 206).

A política de restrição às imigrações levou as paramilitares sionistas como Haganá – que havia sido fundado em 1920 para defesa dos assentamentos de colonos judeus – passassem a ajudar na entrada clandestina de imigrantes. Um de seus líderes era o polonês David Ben-Gurion, que fazia parte do movimento Sionismo Socialista e mais tarde se tornaria o primeiro chefe de governo de Israel. Curiosamente, o grupo deu origem a duas outras organizações de extrema direita, o Irgun Zvai Leumi (Organização do Exército Nacional) e do Lohamei Herut Israel (Lutadores Para a Liberdade de Israel), o Lehi. Ambos faziam o uso de táticas terroristas para intimidar a população árabe e desestabilizar o domínio inglês.

Enquanto o Haganá se mobilizava para conseguir apoio internacional para a criação do Estado judaico, o Irgun (também conhecido como Etzel) praticou uma série de atentados a bomba em mercados árabes das principais cidades da Palestina e contra as autoridades britânicas. O grupo foi responsável pelo bombardeio do King David Hotel, em julho de 1946, que resultou na morte de 96 pessoas e 45 feridos. O hotel era sede de quase toda a administração britânica. Na ocasião o líder do grupo era Menahem

Begin, que em 1977 se tornaria primeiro-ministro de Israel. Em 1940, divergências internas levaram uma facção radical do Irgun à criação do Lehi, também conhecido como Stern⁶¹. Os dois grupos, em uma operação conjunta, executaram o massacre do vilarejo de Deir Yassin em 9 de abril de 1948, que resultou na morte de mais de uma centena de palestinos (SAID, 2012; SALEM, 1982).

Enfraquecida após a Segunda Guerra, a Grã-Bretanha era incapaz de lidar com as imigrações ilegais de judeus para a região num momento em que a opinião pública mundial se encontrava sensibilizada pelas vítimas do holocausto. A partilha da Palestina foi então entregue à recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU). Em 29 de Novembro de 1947 a Assembleia Geral da ONU votou a Resolução 181, que previa a partilha da Palestina entre um Estado judaico (55% daquele território) e um Estado árabe (44%). De acordo com a proposta, Belém e Jerusalém ficariam sob controle internacional. As autoridades sionistas aceitaram o plano; os árabes recusaram. Em 14 de maio de 1948, poucas horas antes de se esgotar o mandato britânico e já em meio a uma guerra civil, Ben-Gurion proclamou a independência de Israel. As antigas organizações paramilitares foram assimiladas pelo Estado recém-criado, compondo a base do exército israelense e do serviço secreto do país, o Mossad.

A criação do Estado israelense não ocorreu sem resistências. No dia 15 de Maio de 1948, os exércitos dos países árabes limítrofes (Egito, Jordânia, Síria, Líbano e Iraque) invadiram Israel para tentar garantir a posse dos territórios palestinos. A guerra terminou com a derrota da coligação árabe e a presença dos sionistas em 78% do território palestino, incluindo a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. Mais de 700 mil palestinos abandonaram suas cidades e aldeias em direção aos países árabes vizinhos, principalmente para o Líbano e para a Jordânia. Para os refugiados e os aliados árabes o

⁶¹ “Lehi History” (Jewish Virtual Library). Acessado em 13/05/2014.

período ficou conhecido como *nakba* (desastre).

Em 1949 Israel se tornou membro da ONU sob a promessa de permitir o retorno dos refugiados palestinos que haviam deixado o país durante sua guerra de independência. Contudo, as casas deixadas para trás foram desapropriadas pelo Estado recém-criado, que deu início à política de assentamento de novos imigrantes judeus vindos do norte da África e outras regiões do Oriente Médio. Essas sucessivas derrotas levaram ao surgimento do nacionalismo palestino a partir do fim da década de 1950, como Movimento Nacional de Libertação da Palestina, mais conhecido como Al-Fatah e a Organização Para Libertação da Palestina (OLP), fundada em 1964 pelo presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser. Yasser Arafat seria eleito presidente da organização no final de 1967 e sob sua liderança a luta armada foi adotada como meio de luta pela libertação da Palestina (BUZETTO, 2012: 133).

Libertação nacional

A opção aberta pela luta armada no nacionalismo palestino ocorre no momento em que grupos como ETA e IRA se encontravam em plena atividade no continente europeu. Poucos anos antes, a Guerra da Argélia (1954-1962) havia posto fim à dominação colonial da França sobre o país, após uma série de atentados praticados em solo francês pela Frente de Libertação Nacional (FLN). É no contexto da independência da Argélia e de outros processos de descolonização que ocorriam na África e na Ásia que a Assembleia Geral da ONU, a partir de 1960, passou a se manifestar favorável aos movimentos de independência que ocorriam em diversas partes do globo.

Aprovada em dezembro de 1960, a Resolução 1514 declarava legítima a luta pela libertação nacional, reconhecendo a autodeterminação dos povos como direito inalienável, assim como o direito ao exercício de sua soberania e à integridade de seu

território nacional. No documento intitulado “Declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples” (Declaração de concessão de independência aos países e povos colonizados), o colonialismo é descrito como um empecilho ao desenvolvimento da cooperação econômica internacional. A resolução recomenda “cessar ação armada ou toda e qualquer medida repressiva de qualquer índole” dirigida aos movimentos de libertação nacional e “respeitar-se a integridade de seu território nacional”, a fim de que os povos dependentes pudessem exercer de forma pacífica e livremente o seu direito à independência completa⁶².

Havia no momento em que a OLP se formou um ambiente internacional favorável aos movimentos anticoloniais. Isso se refletiu nas discussões internas da organização, que ganhou força após a eleição de Yasser Arafat, em 1968. Entre o fim da década de 1960 e o início da década de 1970 as reuniões da OLP foram marcadas pela reafirmação da necessidade da luta popular armada e discussões sobre essas táticas de resistência (BUZETTO, 2012: 133).

Foucault (2010b) afirma que todo governo ou candidato ao governo de um Estado não pode deixar de condenar o terrorismo, porque o terrorismo é uma luta anti-estatal e dificilmente é aceito pela opinião pública. Se a relação de um Estado com a população se faz essencialmente sob a forma do que se poderia chamar de pacto de segurança, o Estado é obrigado a intervir em todos os casos em que a trama da vida cotidiana é interrompida por um acontecimento singular.

O terrorismo suscita cólera porque ataca o Estado e porque expõe a impossibilidade de garantir às pessoas que nada lhes acontecerá. A ação política violenta torna insegura não somente a vida dos indivíduos, mas a relação dos indivíduos com todas as instituições que o protegiam até então. Entretanto, no momento em que a ação

⁶² Resolução 1514 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em: www.un.org.com
Acesso 21/01/2014.

política violenta se articula com os movimentos de independência, o terrorismo torna-se moralmente aceitável.

Quando se dá como de uma nacionalidade que não tem ainda nem independência nem estruturas de Estado e reivindica obtê-las o terrorismo é finalmente aceito. Terrorismo judeu ante a criação de Israel, terrorismo palestino, terrorismo irlandês também: mesmo se podemos ser hostis a tal ou tal tipo de ação, o princípio mesmo desse terrorismo não é fundamentalmente recusado. Em compensação, o que é fundamentalmente recusado é um movimento terrorista que se diz em nome de uma classe, de um grupo político ou de um grupo marginal. “Eu me levanto, coloco uma bomba ou ameaço matar alguém para obter tal ou tal coisa”. Isso não funciona. (FOUCAULT, 2010b: 171).

A partir desta observação é possível compreender como alguns grupos terroristas se sentarão à mesa de negociação com os governos de seus países (IRA) e até virem a compor as forças armadas de Estados que se constituíam (grupos sionistas que atuaram na fundação de Israel) ou se tornarem partidos (FNL). Entretanto, há um trecho na Resolução 1514 que apresenta um paradoxo para a causa palestina. Composta de sete itens, a carta, que em todo o texto afirma a legitimidade da luta anticolonial, traz uma ressalva no sexto item, afirmando que “toda tentativa encaminhada a quebrar total ou parcialmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país é incompatível com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas”.

Em suma, o terrorismo pode vir a ser moralmente aceito em casos de guerrilhas anticoloniais ou na fundação de um novo Estado numa pretensa terra ancestral porque seu objetivo final é constituir um Estado. Após a proclamação de independência, as forças que haviam se rebelado contra os domínios francês e britânico foram incorporadas aos Estados recém-criados. Os grupos paramilitares sionistas deram origem ao Exército e Serviço Secreto israelenses, ao passo que o líder da FLN se

converteu no único partido da Argélia até 1989 e seu líder Ahmed Bella se tornou o primeiro chefe de governo do país. Porém, quando os atentados são praticados por grupos que visam quebrar a unidade territorial de um Estado (como é o caso do nacionalismo basco e palestino) ou a mudança de regime político (como é o caso das guerrilhas sul-americanas e dos grupos como a RAF e Brigadas Vermelhas), o terrorismo torna-se novamente intolerável.

Entre o ramo de oliveira e o fuzil de um combatente

Em 1967, num ataque fulminante contra os aeroportos militares de Egito, Síria e Jordânia, a força aérea israelense destruiu toda a infraestrutura militar dos países vizinhos e anexou a Faixa de Gaza e a Península do Sinal (do Egito), as Colinas de Golã (da Síria) e a Cisjordânia e a parte Oriental de Jerusalém (da Jordânia). A vitória esmagadora resultou em 25 mil mortos no lado árabe contra 700 do lado israelense e em um território quatro vezes maior para Israel do que o plano de partilha elaborado pelas Nações Unidas vinte anos antes. Foi a primeira vez, desde 1948, que área destinada à criação do Estado palestino ficou totalmente sob controle israelense (CANEPA & OLIC, 2003; BRENNER & CAMARGO, 1995).

Em novembro daquele ano o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 242⁶³, que exigia a devolução incondicional das áreas ocupadas e a retirada das forças armadas de Israel dos territórios ocupados durante a Guerra dos Seis Dias. A resolução nunca foi cumprida pelo governo israelense, que iniciou a sistemática política de construção de assentamentos e bairros judaicos nesses locais, principalmente em Gaza e na Cisjordânia. Após a ocupação cerca de 40 mil *fedayin* (combatentes palestinos) se refugiaram na vizinha Jordânia, que se tornou a principal base de operações da OLP. A

⁶³ Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em: www.un.org.com
Acesso 21/01/2014.

população palestina remanescente nos territórios ocupados foi posta sob a jurisdição militar. A resistência se expressava na forma de greves e atentados contra prédios e soldados. Nos dois primeiros anos duas mil pessoas foram presas, a maioria sem julgamento (PALESTINA..., 1992).

Foi nesse contexto que Arafat se tornou o presidente da OLP. Tendo a luta armada do povo argelino como modelo, Arafat afirmava ter desistido de esperar por uma solução diplomática. Havia chegado a hora de pegar em armas e lutar. Naquele momento a OLP reivindicava a totalidade do território das “fronteiras originais” da Palestina, “do mar até o Jordão”, onde deveria ser construído um Estado laico e democrático. Essa posição não admitia a existência de dois Estados, uma vez que considerava haver um Estado só para árabes, cristãos e judeus.

Nesse período surgiram dentro da organização diversos grupos de resistência armada, que combinavam o nacionalismo palestino com o pensamento marxista-leninista, como a Frente Popular Para a Libertação da Palestina (FPLP) e Frente Democrática Para a Libertação da Palestina (FDLP). As duas frentes se tornaram respectivamente a segunda e terceira forças dentro da OLP, liderada pelo Fatah de Yasser Arafat.

Para a Frente Popular, a luta do povo palestino estava relacionada com as lutas revolucionárias que ocorriam em outras partes do mundo. Durante a década de 1970, o movimento consolidou suas ligações com grupos guerrilheiros de outros países, como a Fração do Exército Vermelho (RAF) e o Exército Vermelho Japonês. Em sua carta de fundação, de dezembro de 1967, a FPLP afirma a opção pela resistência armada como única maneira de lutar contra a presença israelense – a quem se refere como “o inimigo sionista”.

A resistência armada é o único método eficaz empregado pelas massas

populares para negociar com o inimigo sionista, seus interesses e sua presença. As massas são a autoridade, guia e a liderança da resistência por meio do qual a vitória será alcançada no fim. É necessário recrutar as massas populares e mobilizá-las como participantes e líderes ativos. Isso só pode ser alcançado por meio da organização sistemática, direcionando a luta armada das forças das massas, criando uma conscientização de amplas dimensões da batalha e seus estágios e recrutamentos contínuos da força de trabalho para a organização armada, construindo a liderança revolucionária com o objetivo de torná-la mais apta a exercer a resistência e continuar, apesar de todas as dificuldades e obstáculos⁶⁴.

Desde o início a FPLP se declarou marxista-leninista, buscando ter como referência as Revoluções e as guerras populares em Cuba, na Argélia, no Vietnã e na China (BUZETTO, 2012: 142). Com o slogan “Resistência até a vitória”, a frente afirmava que a resistência não deveria se limitar à luta armada, nem ser restrita aos militantes, mas deveria se estender para todos os setores e níveis da sociedade palestina, incluindo o boicote a instituições econômicas, políticas e civis inimigas e a rejeição de qualquer laço com o Estado israelense. Apesar de não citar a palavra Israel, o texto deixa claro que a FPLP pretende recusar qualquer acordo e que a organização não seria tolerante com “colaboradores, traidores e inimigos do povo”.

Em 6 de Setembro de 1970, sob as instruções de Wadie Haddad, um de seus fundadores, células da FPLP sequestraram aviões comerciais da Pan Am, TWA e Swissair. O sequestro do quarto avião fracassou e o comando chefiado pela militante Leila Khaled foi preso pela polícia inglesa. Como resposta o avião da Pan Am foi

⁶⁴ “The armed resistance is the only effective method that must be used by the popular masses in dealing with the Zionist enemy and all of its interests and its presence, the masses are the authority, the guide, and the resistance leadership from which victory will be achieved in the end. It is necessary to recruit the popular masses and mobilize them as active participants and leaders, something that can only be achieved through systematic organization addressing the armed struggle of the forces of the masses, creating a heightened awareness of the full dimensions of the battle and the stages, and continuous recruitment of manpower for the armed organization, building the revolutionary leadership in order to become more able to exercise resistance and continue despite all the difficulties and obstacles”. Trecho da carta de fundação da FPLP disponível no site da organização (www.pfllp.ps/english). Acesso em 27/09/2014.

explodido no Cairo e os vôos da TWA e da Swissair foram desviados para um antigo campo de pouso Campo Dawson em Zarqa, Jordânia. Três dias depois outra aeronave foi tomada, um VC-10 da companhia aérea BOAC. Os reféns foram trocados por militantes que se encontravam presos na Europa, incluindo Khaled. As aeronaves da TWA, Swissair e BOAC foram posteriormente destruídas pela FPLP em 12 de setembro, diante da mídia mundial, depois de todos os passageiros foram retirados do avião.

Naquele momento a OLP era força política mais influente nos campos refugiados, com um discurso no qual predominava a radicalização da luta e que incluía o crescimento de facções de orientação marxista-leninista. O regime político da Jordânia, uma monarquia pró-ocidental, tornou-se alvo de críticas do movimento palestino, o que contribuiu para a degradação das relações entre este e o governo de Amã. Após o espetáculo televisivo da explosão dos aviões em Campo Dawson o Rei Hussein ordenou que as forças armadas do país lidassem com a “anarquia” promovida pelos palestinos. A ofensiva conhecida como Setembro Negro se estendeu até julho do ano seguinte, resultando na morte de milhares de pessoas⁶⁵ e na expulsão dos *fedayin* e dos demais refugiados palestinos do país (PLO..., 2009, cap.2), primeiro rumo a Damasco, na Síria, estabelecendo-se posteriormente no Líbano.

A retaliação palestina veio meses depois, com o surgimento da Organização Setembro Negro. Em novembro daquele ano a OSN realizou seu primeiro atentado, matando o primeiro-ministro da Jordânia, Wasfi al-Tal, que estava no Cairo para participar de uma conferência. Os quatro atiradores se renderam após disparar 14 vezes. O plano era ir a julgamento para atrair atenção da mídia. Nos meses seguintes o grupo

⁶⁵ No documentário PLO: History of a Revolution (2009) da rede Al-Jazeera, do Qatar, afirma-se não haver consenso sobre o número de mortos que costuma variar de acordo com a fonte entre 3 a 10 mil pessoas.

foi responsável pelo atentado contra o embaixador da Jordânia em Londres e um ataque a bomba contra a missão jordaniana das Nações Unidas, em Genebra. Além da retaliação contra o governo da Jordânia, era preciso mostrar ao mundo que o movimento palestino continuava ativo e forte após ter sido expulso do país, por isso as ações eram planejadas para atrair o máximo de cobertura midiática. O alvo seguinte foi escolhido justamente porque o mundo todo estaria assistindo.

No dia 5 de Setembro de 1972 militantes da Organização Setembro Negro invadiram a delegação israelense durante os jogos olímpicos de Munique matando duas pessoas e mantendo 11 atletas como reféns. Uma tentativa de resgate malsucedida da polícia alemã resultou na morte de todos os atletas e cinco dos sequestradores. Os três sobreviventes foram presos e libertados um mês depois. Um Boeing 727 da Lufthansa havia sido sequestrado e a libertação dos prisioneiros foi o resgate exigido pelas vidas dos reféns.

O governo chefiado por Golda Meir ordenou que esquadrões da morte eliminassem cada um dos membros restantes do Setembro Negro⁶⁶ na chamada operação “Ira de Deus”. Ehud Barak, comandante do grupo de elite do Exército israelense Sayeret Matkal, também chamado de “A Unidade”, participou diretamente da operação. Vinte e cinco anos depois Barak seria mais um comandante militar israelense a assumir o posto de primeiro-ministro do país.

Em dezembro daquele ano o terrorismo internacional foi incluído pela primeira vez na agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas. Os debates giraram em torno de das visões defendidas pelo bloco ocidental e pelo bloco soviético. Os primeiros queriam um tratado internacional para a repressão do terrorismo, isolando as ações do contexto

⁶⁶ “Hoje na História: 1972 - Setembro Negro sequestra atletas de Israel na Olimpíada de Munique”, Ópera Mundi. “Israel divulga documentos secretos sobre atentado de Munique”. Portal Terra. Acessos em 12/10/2012.

político-social e legislar sobre elas criminalmente. Os segundos defendiam a prevenção do terrorismo por meio da identificação e da eliminação de suas causas subjacentes, particularmente o colonialismo, contexto no qual seria legítimo usar de violência (CUNHA, 2009: 32; CAMPEDELLI, 2011:10).

O encontro resultou na publicação da Resolução 3034⁶⁷, que expressa a preocupação das Nações Unidas com o aumento na quantidade e frequência de atos de terrorismo internacional, afirmando a cooperação internacional como indispensável para o desenvolvimento de medidas para prevenir a ocorrência de tais atos de forma pacífica. O documento reafirma o direito à autodeterminação dos povos (expresso anteriormente na Resolução 1514) e a legitimidade dos movimentos de libertação nacional, condenando atos repressivos e terroristas praticados por regimes coloniais, racistas ou estrangeiros com a finalidade de negar impedir o acesso dos povos a esses direitos.

Entre os palestinos o consenso em torno da luta armada começava a ruir. As sucessivas derrotas dos *fedayin* na Jordânia, entre 1971 e 1972, dos países árabes nos confrontos contra Israel (como na Guerra do Yom Kippur, de 1973), haviam dado mostras dos limites de seu poder de fogo. Setores da OLP começaram a considerar a possibilidade de uma solução diplomática para a questão palestina.

No fim daquele ano, a conferência de cúpula da Liga Árabe, realizada na capital da Argélia, reconheceu o direito da OLP de representar o povo palestino. O ano de 1974 foi o primeiro da existência internacional da organização. Durante esse período, Arafat fez sua primeira viagem oficial à URSS, foi recebido no Egito e confortado pelos Estados islâmicos e pela Liga Árabe. Ele recebeu o apoio da Arábia Saudita, encontrou

⁶⁷ A Resolução 3034 tem como título “Medidas para prevenir o terrorismo e outras formas de violência que colocam em risco ou tiram vidas inocentes ou prejudicam liberdades fundamentais e estudo das causas fundamentais dessas formas de terrorismo e atos de violência baseados na miséria, frustração, descontentamento e desespero e que faz com que algumas pessoas sacrifiquem vidas humanas, incluindo as suas próprias, na tentativa de obter mudanças radicais” e está disponível no site das Nações Unidas.

o ministro das Relações Exteriores da França em Beirute, e obteve o direito de enviar observadores à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)

No dia 13 de novembro de 1974, pouco mais de um ano após os atentados de Munique, Yasser Arafat compareceu pela primeira vez diante das Nações Unidas para pedir o reconhecimento da independência do povo palestino. O Estado pleiteado por Arafat teria uma área de 6.257 km² e uma população de 2,7 milhões de habitantes e incluiria os territórios da Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental, ocupados por Israel na Guerra dos Seis Dias⁶⁸. Apesar de não mencionar o Estado de Israel em nenhum momento, a solução de dois estados está implícita nesta divisão, uma vez que aceita as demarcações da ONU que haviam sido recusadas em 1948.

Em seu discurso, Arafat apresenta a OLP como única e legítima representante do povo palestino e afirma que sua luta era pelo direito à autodeterminação, um direito consagrado pelas Nações Unidas e não um mero problema de refugiados. O movimento sionista foi alvo de críticas severas, classificado como uma ideologia “imperialista, colonialista, racista, profundamente reacionária e discriminatória”⁶⁹. O líder palestino fez questão de destacar que sua reivindicação não se tratava de um confronto entre religiões, afirmando o respeito pela fé judaica, mas destacando o movimento sionista como inimigo.

As palavras terror/terrorista são empregadas por Arafat diversas vezes para adjetivar a ocupação dos territórios, a política sionista e o tratamento dispensado aos palestinos pelas forças armadas israelenses. O líder palestino recusou o rótulo de terrorista, afirmando que a luta de um povo contra uma ocupação estrangeira não

⁶⁸ “1974: Arafat discursa na ONU”, Deustch Welle, acesso em 04/11/2014.

⁶⁹ “Speech by Yasser Arafat”, Le Monde Diplomatique, acesso em 04/11/2014.

poderia ser classificada desta forma.

A diferença entre o revolucionário e o terrorista reside na razão pela qual cada um luta. Quem se levanta por uma causa justa e luta pela liberdade e libertação de sua terra de invasores e estrangeiros não pode ser chamado de terrorista, do contrário o povo estadunidense em sua luta pela libertação contra os colonizadores britânicos também seriam terroristas; a resistência europeia contra o nazismo seria terrorismo, a luta dos povos asiáticos, africanos e latino-americanos também seria terrorismo e muitos de vocês que estão nessa assembleia seriam considerados terroristas (...). Aqueles lutam contra as causas justas, que travam guerras para ocupar, colonizar e oprimir outros povos, esses são os terroristas. Essas são as pessoas cujas ações deveriam ser condenadas, que deveriam ser chamados de criminosos de guerra, pois a justeza da causa determina o direito à luta (ARAFAT, 1974)⁷⁰.

Apesar de estabelecer esta separação entre o terrorismo como uma prática comum dos colonizadores, revestindo de legitimidade a resistência contra as formas de dominação, o discurso não rejeita a luta armada. Embora declare formalmente que na condição de presidente da OLP ele não deseja o derramamento de mais nenhuma gota de sangue árabe ou judeu, Arafat lembra no fim de seu pronunciamento que é um rebelde e que tem como causa a liberdade e que, embora a opção naquele momento fosse por uma solução pacífica no âmbito das Nações Unidas, o movimento não pretendia se desarmar.

Eu apelo a vocês que permitam ao nosso povo estabelecer a soberania nacional independente sobre sua própria terra. Hoje eu vim carregando um ramo de oliveira e o fuzil de um combatente. Não deixe o ramo de oliveira cair da minha mão. Eu repito: não deixe o ramo de oliveira cair da minha mão. Não deixe o

⁷⁰ “The armed resistance is the only effective method that must be used by the popular masses in dealing with the Zionist enemy and all of its interests and its presence, the masses are the authority, the guide, and the resistance leadership from which victory will be achieved in the end. It is necessary to recruit the popular masses and mobilize them as active participants and leaders, something that can only be achieved through systematic organization addressing the armed struggle of the forces of the masses, creating a heightened awareness of the full dimensions of the battle and the stages, and continuous recruitment of manpower for the armed organization, building the revolutionary leadership in order to become more able to exercise resistance and continue despite all the difficulties and obstacles”. “Speech by Yasser Arafat”, Le Monde Diplomatique, acesso em 04/11/2014.

ramo de oliveira cair da minha mão” (idem: idem)⁷¹.

A solução de dois Estados nunca foi consenso entre as facções da OLP, o que levou a cisões no interior do movimento palestino. Pouco tempo depois de Arafat ser ovacionado na ONU os atentados voltaram a ocorrer, dessa vez não apenas para chamar a atenção para a causa palestina, mas como forma de retaliação contra antigos aliados considerados traidores ao buscarem soluções diplomáticas que necessariamente reconheciam a existência de Israel como Estado.

O fundador da Frente Popular, George Habash, embora não concordasse com a solução de dois estados, anunciou naquele ano que a FPLP não faria mais sequestros aéreos. Habash frisava que tais ações, tal como havia sido exposto por Arafat, não configuravam atos terroristas, uma vez que não resultaram na morte de civis. Wadi Haddad, co-fundador da FPLP, discordava da decisão e foi expulso da organização, passando a chefiar um grupo independente. Em 1975, sob suas ordens, um comando liderado pelo venezuelano Ilitch Ramirez – que ficaria conhecido pela alcunha de Carlos, o Chacal - invadiu uma reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que estava sendo realizada em Viena, Áustria. Na operação três pessoas foram mortas e 11 ministros representantes dos países-membros foram sequestrados⁷². As autoridades austríacas cumpriram todas as exigências e os reféns foram libertados na Argélia, ilesos.

⁷¹ “I appeal to you to enable our people to establish national independent sovereignty over its own land. Today I have come bearing an olive branch and a freedom fighter’s gun. Do not let the olive branch fall from my hand. I repeat: do not let the olive branch fall from my hand. Do not let the olive branch fall from my hand”. “Speech by Yasser Arafat”, Le Monde Diplomatique. Acesso em 04/11/2014.

⁷² Denominando seu grupo como o “braço da revolução árabe”, Carlos exigiu que uma declaração política anti-israelense fosse transmitida por rádio e que um ônibus e um avião a jato fosse imediatamente providenciado para levar os sequestradores e seus reféns. As autoridades austríacas cumpriram a exigência e todos os reféns foram libertados na Argélia, ilesos. A OPEP passou posteriormente 25 anos sem realizar uma única reunião de cúpula.

Contudo, a ação seguinte realizada pelo grupo de Haddad teve um desfecho desastroso. Um avião da Air France que ia de Tel Aviv para Paris foi tomado após de decolar de Atenas, onde havia feito uma escala, e levado para o aeroporto de Entebbe, Uganda. O grupo exigia a libertação de 53 palestinos presos em Israel e outros quatro países⁷³. A operação de resgate do serviço secreto israelense conseguiu libertar os passageiros e executar os sete sequestradores. O grupo acabaria dois anos mais tarde com a morte de Haddad, causada por um câncer.

Outra ruptura importante dentro do nacionalismo palestino foi a formação do Fatah – Conselho Revolucionário, criada por Abu Nidal, antigo membro da OLP contrário à política de conciliação proposta por Arafat. Sob o comando de Nidal o Fatah-CR realizou atentados contra aviões, aeroportos, sinagogas e embaixadas israelenses, além de executar dirigentes da OLP considerados traidores. Nidal foi sentenciado à morte pela OLP, mas viveu até 2002. As circunstâncias misteriosas de seu falecimento sugerem que ele tenha se suicidado para dar fim ao sofrimento causado por um câncer. Ao longo de quatro décadas de atuação o grupo realizou mais de 90 atentados em 20 países que resultaram quase mil mortes.

Entre as ações da Fatah-CR está a tentativa de assassinato do embaixador de Israel na Grã-Bretanha em 1982, Shlomo Argov. A ação foi atribuída à OLP como um dos pretextos para a invasão israelense do Líbano, país para onde a população palestina que residia na Jordânia imigrou após o massacre do Setembro Negro. A chegada dos palestinos abalou o frágil equilíbrio local entre as comunidades cristãs (maronitas) e muçulmanas. Enquanto os maometanos de maneira geral apoiavam a presença dos palestinos, os cristãos eram contrários. Em Setembro de 1975, um atentado contra um ônibus lotado de muçulmanos e palestinos atribuído às milícias cristãs foi o estopim de

⁷³ “Numa ação espetacular reféns são resgatados no aeroporto de Entebbe”, acervo do jornal O Globo, acesso em 05/11/2014.

uma guerra civil que duraria quinze anos (CANEPA & OLIC, 2003: 89). Os israelenses invadiram o país, alegando que após o atentado contra o embaixador a presença da OLP em um país tão próximo a Israel constituía um perigo para a segurança daquele Estado.

Após meses de enfrentamento as forças da OLP foram derrotadas e obrigadas a se refugiar na Tunísia. Sem a proteção da OLP milícias cristãs promoveram um massacre nos campos de refugiados de Sabra e Chatila. O vazio deixado pela OLP no sul do Líbano logo foi preenchido pela milícia libanesa xiita Hezbollah, que lançou uma campanha militar contra o norte de Israel. O governo israelense manteve a ocupação de uma faixa no sul do Líbano com a colaboração de cristãos libaneses, mas a morte frequente de soldados levou o país a deixar a região em 2000.

O “Partido de Deus” foi criado por um grupo de clérigos xiitas radicais com o apoio da Guarda Revolucionária do Irã, que fornece ao grupo armas e dinheiro. Em 1985, o movimento divulgou seu manifesto de fundação, prometendo lealdade ao então líder do Irã, o aiatolá Khomeini. No Líbano os muçulmanos xiitas eram grupo étnico majoritário e o que possuía menor representação política institucional. O Hezbollah reivindicava o estabelecimento de um regime islâmico no país e queria a expulsão dos EUA, da França e de Israel de seu território, assim como a destruição do Estado judeu. O grupo foi pioneiro na prática de atentados suicidas. Mais de 90% de seus atentados tiveram como alvo instalações militares israelenses.

Ao longo dos anos o Hezbollah expandiu suas atividades, incluindo trabalhos sociais diversos, como assistência em saúde, educação, além de contarem com o canal de televisão al-Manar, um escritório de relações públicas e um museu dedicado ao turismo de resistência, no qual a organização conta sua história sem intermédio da mídia ocidental. Quando o grupo foi formado os xiitas eram o grupo social mais pobre do Líbano. Em 1992, sob a direção de Nassan Nasrallah, o grupo disputou as eleições

gerais do país e obteve oito cadeiras no Parlamento. Apesar de sua crescente institucionalização a organização é considerada terrorista pelos governos dos Estados Unidos, União Europeia e Israel.

A revolta das pedras

Desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967, a resistência palestina contra a ocupação israelense se organizou fora das fronteiras da Palestina histórica, articulando-se nos países vizinhos, como Jordânia e Líbano. Enquanto o movimento nacionalista enfrentava reveses que envolviam a discussões sobre luta armada e a busca de uma solução diplomática para a questão, milhares de palestinos continuavam residindo nos territórios ocupados em condições materiais precárias, sujeitos às constantes inspeções do exército israelense, assistindo ao crescimento dos assentamentos de judeus vindos de outras partes do mundo. Havia poucos postos de trabalho nos campos e para trabalhar em Jerusalém era necessário possuir autorização do governo do país. Em dezembro de 1987 esta situação chegou ao limite.

A Intifada (insurreição) teve início no campo de Jabalia, na Faixa de Gaza, após um caminhão israelense se chocar contra um veículo que transportava trabalhadores palestinos deixando quatro mortos e dez feridos. Os palestinos viram no acontecimento uma retaliação pela morte de um colono judeu em Gaza alguns dias antes. A população tomou as ruas em protesto, queimando pneus, atirando pedras e coquetéis molotov contra guardas e policiais israelenses incapazes de dispersar a multidão. Os protestos continuaram no dia seguinte e na tentativa de dar fim às manifestações os soldados israelenses dispararam contra as pessoas, matando Hatem Sissi, um adolescente de 17 anos nascido nos campos após a expulsão dos *fedayin*. Os palestinos carregaram o corpo do menino pelo campo e continuaram a atirar pedras nos soldados, que tentavam impedir o cortejo.

Em dois dias a insurreição se espalhou por Gaza e pela Cisjordânia. O movimento se espalhou por toda a sociedade palestina e além dos enfrentamentos incluía boicotes, greves e outras formas de resistência. Após cinco anos de rebelião estima-se que dois mil palestinos tenham sido mortos. Em 1992, Yitzhak Rabin tornou-se primeiro-ministro, prometendo se envolver imediatamente no processo de paz. O líder do Partido Trabalhista israelense congelou os assentamentos de colonos judeus nos territórios ocupados e aos poucos a Intifada foi suspensa, depois de cinco anos de revolta popular.

No ano seguinte negociações secretas entabuladas em Oslo resultaram na assinatura do acordo de retirada das tropas israelenses de Gaza e da cidade de Jericó e no estabelecimento de um governo palestino com autoridade sobre grande parte da Cisjordânia. A OLP deu lugar à Autoridade Palestina e Arafat tornou-se seu primeiro presidente. Em 1994, Arafat, Rabin, e o ministro do Exterior, Shimon Peres receberam em conjunto o Prêmio Nobel da Paz por seus esforços de reconciliação. Entretanto, o assassinato de Rabin, em 1995 por um jovem judeu contrário ao processo de paz acabou emperrando as negociações, que sempre tiveram como obstáculo o fato de não serem consenso nem entre judeus, nem entre palestinos.

Em 28 de Setembro de 2000, o líder do Likud (a direita israelense), Ariel Sharon, decidiu visitar a Esplanada das Mesquitas cercado de seguranças para reafirmar a soberania israelense sobre a área. O passeio pelos locais sagrados do Islã provocou uma onda de protestos com a participação de milhares de palestinos, marcando o início da segunda Intifada, também chamada de Intifada de Al-Aqsa. As passeatas e ataques com pedras logo deram lugar a ações armadas e atentados mais violentos do que os da Primeira Intifada (1987-1991). Em outubro daquele ano o então primeiro-ministro,

Ehud Barak, suspendeu o processo de paz⁷⁴. Em fevereiro, Sharon foi eleito primeiro-ministro e Israel passou a responder aos levantes com bombardeios aéreos em sobre Gaza e começando a construção de uma “barreira de segurança” na Cisjordânia.

As Intifadas constituem um acontecimento importante por revelar o descontentamento da população que vivia nos territórios ocupados. Os insurgentes tinham consciência de que seus paus, pedras e coquetéis molotov não eram suficientes para vencer a superioridade bélica do exército israelense ou mesmo causar-lhe grandes prejuízos. Mas havia algo que precisava ser afirmado. Sob a brutalidade da ocupação e diante dos fracassos do movimento nacionalista organizado, a atitude da revolta era uma forma de afirmação da existência.

Camus (2011) afirma que o revoltado é o homem que diz não. A atitude da revolta significa que uma situação já durou tempo demais ou ainda, que há um limite do que é possível suportar. O movimento da revolta apoia-se na recusa categórica de uma intromissão julgada intolerável e não ocorre sem o sentimento de que, de alguma forma e em algum lugar, se tem razão. Ele expressa o desejo de não ser oprimido além daquilo que se pode permitir. O revoltado é alguém que caminhava sob o chicote do senhor e agora o enfrenta. Há uma conduta de contrapoder que nasce no movimento da revolta, de que há algo com que é possível se identificar, mesmo que só por algum tempo. O revoltado deseja tudo e ao mesmo tempo nada em particular. É postura que aparece entre os jovens da Intifada. Não há possibilidade de vencer, contudo, o revoltado, que nada preserva, está disposto a colocar tudo em jogo.

O movimento de revolta, diz Camus, é mais do que um ato de reivindicação. O revoltado defende aquilo que ele é. Ele não reclama apenas um bem que não possui ou do qual foi privado. O revoltado recusa-se a deixar tocar naquilo que ele é e não busca

⁷⁴ “Al-Aqsa Intifada Timeline”, BBC News, acesso em 05/11/2014.

conquistar, mas impor. No momento da revolta, o sofrimento, que é uma experiência individual, ganha consciência compartilhada. O mal que apenas um sentia torna-se uma peste coletiva. A solidariedade entre as pessoas se fundamenta no movimento da revolta e esta, por sua vez, encontra justificção nessa cumplicidade. Para existir é preciso revoltar-se. As pessoas ao se unirem na revolta começam a existir. Portanto, a revolta não está apartada da memória e de uma tensão perpétua.

O homem é uma criatura que, para afirmar sua existência e a sua diferença, nega. Ele não se reconhece e não é reconhecido como tal enquanto se limitar a subsistir como um animal. Já que o valor supremo para o animal é a preservação da vida, para alcançar o valor humano é preciso ser capaz de colocar a própria vida em jogo. Para ser reconhecido por outra consciência é necessário estar pronto para arriscar a vida e aceitar a oportunidade da morte (CAMUS, 2010: 167).

De acordo com essa perspectiva, a Intifada corresponde à necessidade da afirmação da identidade palestina, negada em diversos momentos, como o fez a ex-primeira ministra Golda Meir, que costumava se referir a esta população como “o chamado povo palestino” (SAID, 2012). Quando as imagens de jovens com os rostos cobertos pelo lenço tradicional palestino que enfrentavam as poderosas forças da ocupação militar israelense ganharam a atenção da imprensa mundial, os palestinos não apenas mostravam ao mundo que existiam e que a resistência era seu modo de continuar existindo.

Quando a existência está condicionada à resistência então já não faz sentido temer a morte, porque o indivíduo que aceita morrer no movimento de sua revolta mostra, segundo Camus, que se sacrifica em torno de um bem que julga transcender o seu próprio destino. O revoltado nada preserva, já que coloca tudo em jogo e prefere morrer de pé a morrer de joelhos.

É possível compreender a partir das problematizações de Camus sobre a revolta

um importante desdobramento da Intifada, o crescimento de grupos palestinos que optam pela prática dos atentados suicidas como forma de resistência. O Hamas foi fundado no calor dos acontecimentos da primeira Intifada. O nacionalismo palestino, até então predominantemente laico e fortemente influenciado pelo pensamento de esquerda começa a dar lugar movimentos religiosos, tal como aconteceu no Líbano, quando o vácuo deixado pela OLP foi preenchido pelo Hezbollah.

A ascensão dos movimentos de resistência islâmicos começara em meados da década de 1970, sob a influência da revolução iraniana. Após a derrota da OLP no Líbano os grupos de orientação marxistas começaram a perder espaço face à expansão dos movimentos islâmicos. A Jihad Islâmica, formada no início da década de 1980, tinha como objetivo construir uma ponte entre o Islã e a Palestina, representados separadamente pela Irmandade Muçulmana⁷⁵ e pela OLP. Na visão dos Irmãos Muçulmanos, as derrotas de suas políticas, incluindo a perda da Palestina para Israel, eram resultado do desvio do verdadeiro caminho do Islã. Portanto, o caminho para reparar esses fracassos deveria começar primeiro pela educação, ensinando a religião em um processo de “preparação de gerações” e tornando a sociedade comprometida para lutar contra os seus inimigos, formando um exército religiosamente devotado para se engajar em uma guerra contra Israel.

O Hamas se apresentou oficialmente em 14 de dezembro de 1987 poucos dias depois da eclosão da Intifada. Criado pela Irmandade Muçulmana Palestina, o principal rival do secular Fatah, tem como propósito a libertação total do território da Palestina histórica, desde o Mar Mediterrâneo até o Rio Jordão. Apesar de outros movimentos islâmicos defenderem a expansão das *jihads* (guerras santas) para além das fronteiras de

⁷⁵ A Irmandade Muçulmana surgiu no Egito às vésperas do colapso do Império Otomano com o objetivo de formar Estados islâmicos em cada país do Oriente Médio com vistas ao estabelecimento de um Estado islâmico unificado, a *Ummah* (HROUB, 2008:32).

seus países de origem, o Hamas limita sua atuação dentro das fronteiras da Palestina. Militarmente o movimento adotou a tática dos atentados suicidas. Seus líderes acreditam que a sociedade israelense como um todo deve pagar o preço da ocupação na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, da mesma forma que a sociedade palestina tem sofrido as consequências da ocupação (HROUB, 2008).

Como o Hezbollah, a atuação do Hamas não está restrita ao campo militar. Trata-se de uma organização política, cultural e social calcada em bases populares que possui uma ala militar separada - Brigadas Izz ad-Din al-Qassam - que possuem sua própria liderança e mecanismos de recrutamento. Seguindo os passos do grupo libanês, o Hamas também optou pela via institucional e decidiu se candidatar, em 2006, às eleições para o Parlamento palestino. O partido foi o vencedor das eleições, totalizando 76 de um total de 132 assentos, derrotando o Fatah, que ficou com 43 cadeiras. Pela primeira vez em mais de meio século um grupo islâmico substituiu a liderança secular que havia estado à frente do processo decisório nacional por décadas. Apesar disso o Hamas possui poder de fogo muito menor que o grupo libanês, pois o controle das fronteiras e dos espaços aéreos e marítimos pelo exército israelense lhe dificulta a aquisição de armas. Enquanto o Hezbollah possui mísseis de longo alcance e um exército bem treinado, o grupo palestino utiliza mísseis caseiros de capacidade limitada.

Além do Hamas, outra força política islâmica importante surgida no seio das rebeliões palestinas é a Brigada de Mártires Al-Aqsa, surgida na Segunda Intifada. As Brigadas foram fundadas por um grupo de refugiados de uma seção em Nablus e muitos deles foram ativistas da primeira Intifada de 1987. Suas principais bases estão localizadas em Nablus e Ramallah, na Cisjordânia. O grupo considera a luta armada o único meio para a independência palestina. Os atentados contra alvos civis seriam legítimos na condução dos objetivos nacionais: a retirada das forças de Israel dos

territórios palestinos (Faixa de Gaza e Cisjordânia) e o estabelecimento de um Estado Independente da Palestina com Jerusalém como sua capital. O grupo também advoga que a todo palestino refugiado seja permitido seu regresso ao que é hoje o Estado de Israel e qualquer concessão ao mesmo, por parte dos países da região do Oriente Médio, é considerado como o equivalente a uma traição.

A estrutura organizacional das Brigadas é baseada numa rede de células localizadas nas principais cidades da Cisjordânia. Essas células não possuem um vínculo forte com a matriz e nelas estão presentes as unidades militares responsáveis pela realização dos ataques e as unidades de segurança que são responsáveis pelo planejamento de ataques e a supervisão da segurança interna da organização. As funções de ambas as unidades incluem sequestros e execução dos suspeitos de colaboração com as forças israelenses (PEREIRA, 2004).

Ventos da mudança

Paralelamente às mudanças internas ocorridas no movimento nacionalista palestino – que incluíam divisões a respeito da luta armada, a busca por uma solução diplomática pelo conflito, as revoltas espontâneas plasmadas nas intifadas e o processo de islamização de uma luta que anteriormente havia se caracterizado pelo secularismo ligado a ideologias de esquerda – ocorreram importantes mudanças no cenário internacional. Com o fim da Guerra Fria se aproximando a relativa aceitação da luta armada no âmbito da Organização das Nações Unidas foi dando lugar à condenação inequívoca das práticas terroristas, que passaram a ser classificadas como injustificáveis, independentemente da motivação ou circunstância.

Apesar de o terrorismo haver entrado na pauta da Assembleia Geral das Nações

Unidas (AGNU) apenas em 1972, desde a década anterior a ONU e os organismos que a compõe criaram uma série de acordos jurídicos internacionais que permitem que a comunidade internacional tome medidas para reprimir o terrorismo e apresentar os responsáveis à Justiça de seus países. Os acordos dispõem sobre a captura de aeronaves até a tomada de reféns, passando pelo financiamento do terrorismo. As normas que proíbem o terrorismo no direito internacional dependem dos sistemas judiciais nacionais e não estabelecem penas para os crimes definidos, mas obrigam os Estados a determinar penas para os crimes em suas legislações internas (CAMPEDELLI, 2011: 30).

Tais acordos foram criados pela Assembleia Geral, a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), a Organização Marítima Internacional (OMI) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Esses instrumentos são⁷⁶:

- “Convenção referente às infrações e a certos outros atos cometidos a bordo de aeronaves”: aprovada em 1963, autoriza o comandante da aeronave a impor “medidas razoáveis” a qualquer pessoa que tenha cometido ou esteja prestes a cometer infrações e exige que os Estados os detenham.
- “Convenção para a repressão da captura ilícita de aeronaves”: realizada em Haia, em 1970, exige que os Estados punam os sequestros com “penas severas” e que extraditem ou instaurem processo judicial contra os infratores.
- “Convenção para a repressão de atos ilícitos contra a segurança da aviação civil”: realizada em Montreal, em 1971, exige que os signatários punam as infrações com “penas severas” e extraditem ou

⁷⁶ “Tratados das Nações Unidas Contra o Terrorismo Internacional”, disponível no site do Centro de Informações das Nações Unidas em Portugal (www.onuportugal.pt) acesso em 27/12/2012.

instaurem um processo judicial contra os infratores. Criada pela OACI, essa convenção foi complementada pelo “Protocolo para a repressão de atos ilícitos de violência nos aeroportos ao serviço da aviação civil”, resultado de um encontro realizado em Montreal, em 1988. O documento alarga as disposições da convenção, passando a incluir atentados realizados em aeroportos.

- “Convenção sobre a prevenção e repressão de infrações contra pessoas gozando de proteção internacional, incluindo os agentes diplomáticos”: realizada em Nova Iorque, em 1973, exige que os signatários criminalizem e punam ataques a funcionários e representantes dos Estados.
- “Convenção contra a tomada de reféns”, Nova Iorque, 1979. Os participantes concordaram em tornar a tomada de reféns punível com “penas apropriadas”, em proibir determinadas atividades dentro do seu território e em trocar informação e em instaurar processos criminais ou de extradição contra os infratores.
- “Convenção sobre a proteção física dos materiais nucleares”, Viena, 1980. Criada pela AIEA obriga os Estados a assegurarem a proteção dos materiais nucleares, durante o transporte no seu território ou a bordo dos seus navios ou aeronaves.
- “Convenção para a repressão de atos ilícitos contra a segurança da navegação marítima”. Realizada em Roma pela OMI sob o impacto do caso Achille Lauro, em 1988, obriga a extraditar ou a instaurar processos judiciais contra os quem houver cometido atos ilícitos contra

embarcações, tais como sequestros e colocação de bombas a bordo. Foi complementada pelo “Protocolo para a supressão de atos ilícitos contra a segurança em plataformas continentais fixas”, que alarga as condições da Convenção às plataformas fixas como as que se dedicam à exploração de petróleo e gás *offshore*.

- “Convenção sobre a marcação dos explosivos plásticos para efeitos de detecção”. Criada pela OACI, em Montreal, 1991 procura reduzir a utilização de explosivos plásticos não marcados e indetectáveis.
- “Convenção internacional para a repressão de atentados terroristas à bomba”, Nova Iorque, 1997. Procura negar “refúgios seguros” às pessoas procuradas por ataques terroristas à bomba, obrigando os Estados a instaurar um processo judicial contra elas, caso não as extraditem para outro Estado que tenha emitido um pedido de extradição.
- “Convenção internacional para a repressão do financiamento do terrorismo”, Nova Iorque, 1999. Obriga os signatários a instaurar processos judiciais ou a extraditar as pessoas acusadas de financiar atividades terroristas e exige que os bancos decretem medidas para identificar as transações suspeitas.

A partir de 1985 começaram a ocorrer mudanças fundamentais nas resoluções de combate de terrorismo. Naquele ano a Resolução 40/61 trouxe em seu texto referências às convenções citadas anteriormente. Diante do fato de o terrorismo haver assumido diferentes formas ao longo dos anos, causando prejuízos às relações internacionais, à segurança e à integridade territorial dos países, o documento afirma a condenação

inequívoca e a qualificação criminal de todos os atos, métodos e práticas de terrorismo, cometidos em qualquer lugar, por qualquer pessoa. Desde então, todas as resoluções incluem esse repúdio incondicional (CUNHA, 2009: 33).

Esta resolução traz dois pontos importantes. Em primeiro lugar, convida todos os Estados a tomarem medidas apropriadas para eliminação do problema, bem como a harmonização das legislações domésticas com as convenções internacionais que existiam até aquele momento. O documento também exige cooperação dos Estados para a troca de informações que possibilitem a prevenção e o combate ao terrorismo, a prisão, instauração de processos e extradição dos praticantes de atos terroristas e a não obstrução, sob nenhuma circunstância, da aplicação das medidas legais resultantes de convenções das quais os países fossem signatários⁷⁷.

O segundo ponto diz respeito aos movimentos de libertação nacional. Enquanto a Resolução 1514 reconhecia a autodeterminação dos povos e a legitimidade das lutas anticoloniais, a Resolução 40/61 chama os Estados a contribuir para a progressiva eliminação das causas do terrorismo internacional, dando atenção às situações como colonialismo, racismo, violações em massa dos direitos humanos ou liberdades fundamentais que pudessem servir de estopim para a ascensão do terrorismo internacional.

Estes processos (condenação inequívoca do terrorismo, chamado à cooperação internacional e mudança de postura relativa às lutas anticoloniais) seriam fortalecidos ao longo das décadas de 1980 e 1990. Em 1987, a resolução 42/159 propôs que fosse convocada uma conferência internacional que definisse terrorismo, diferenciando essa prática dos movimentos de libertação nacional. O documento reforça a condenação e a

⁷⁷ Resolução 40/61 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em: www.un.org.com
Acesso em 21/01/2014.

necessidade da cooperação internacional, bem como a submissão dos países às leis internacionais sobre o tema. Acrescenta ainda que os Estados devem estar comprometidos a fim de prevenir o planejamento e a execução de atentados a partir de seus territórios. Curiosamente, poucos dias após a publicação desta resolução começariam os incidentes que deram origem à Primeira Intifada, de onde surgiria o Hamas, que passou a lançar mísseis de fabricação caseira a partir dos territórios palestinos ocupados.

O documento cobra dos Estados Parte o cumprimento de suas obrigações perante as leis internacionais, o combate ao terrorismo em seus próprios territórios e fala novamente da necessidade de “harmonizar” a legislação doméstica às convenções internacionais existentes sobre a matéria. A ampliação dos instrumentos de combate ao terrorismo aparece no chamado à cooperação por parte de outras agências e organizações não-governamentais para o desenvolvimento de soluções de combate e eliminação do terrorismo. Entre esses órgãos, o texto dá destaque à Agência Internacional de Energia Atômica e Universal Postal Union - fórum de cooperação entre serviços postais internacionais, fundada em 1874 em Berna, Suíça, que atualmente conta com 192 países membros.

A Resolução 42/159 declara não considerar nenhum conteúdo do texto prejudicial aos direitos de autodeterminação, liberdade e independência, que continua apoiando as lutas contra regimes racistas e ocupações estrangeiras, mas deixa implícito que essas resistências deveriam ocorrer de forma pacífica e dentro dos dispositivos da legislação doméstica e internacional.

Em 1989, no Sexto Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas, voltou a ser discutida a proposta feita em 1987 de convocação de uma conferência para definir terrorismo e diferenciá-lo das lutas de libertação nacional. O representante da URSS

declarou-se favorável ao debate e corroborou a ideia de que alguns meios não deveriam ser empregados mesmo com as finalidades mais nobres; que os movimentos que admitiam ações humilhantes para outras nações e faziam uso de métodos “terroristas, bárbaros e desumanos” não deveriam merecer apoio ou simpatia (CAMPEDELLI, 2011: 47). A proposta foi repetida nos anos seguintes, até que em 1993 os Estados Unidos manifestaram ao Secretário Geral sua posição de que a diferenciação poderia prejudicar o consenso internacional de que os atos terroristas são injustificáveis, pois o debate seria desviado para a legitimidade da luta para a autodeterminação, o que poderia ser interpretado como uma aceitação dos atos terroristas (IDEM: 41).

Em 1994 foi aprovada a “Declaração de Medidas Para Eliminar o Terrorismo Internacional”, que inclui a condenação inequívoca e o chamado à cooperação internacional antiterrorista. A declaração publicada em 1995, anexa à Resolução 49/60, consolida a ênfase das medidas repressivas contra o terrorismo internacional e sua condenação, deixando de afirmar ou mesmo mencionar a questão dos movimentos anticoloniais.

O documento menciona a preocupação com as “ligações perigosas” entre grupos terroristas, traficantes de drogas e grupos paramilitares que podem apresentar riscos para a ordem constitucional dos Estados e incorrer em violações dos Direitos Humanos. O combate ao terrorismo se torna mais abrangente, passando a incluir o tráfico ilegal de drogas, o comércio ilegal de armas, lavagem de dinheiro, contrabando de material nuclear e outros elementos potencialmente letais. Além de reafirmar solenemente a condenação inequívoca do terrorismo, as Nações Unidas acrescentam que atos, métodos e práticas terroristas constituem graves violações a seus princípios. Atos terroristas são novamente classificados como injustificáveis em quaisquer circunstâncias, constituindo uma grave ameaça para a paz e segurança internacionais, liberdades fundamentais e

para as bases da sociedade democrática.

Sinteticamente, a comunidade internacional passou de uma conduta condescendente com práticas terroristas em determinadas situações, particularmente em movimentos de libertação nacional, para uma postura de condenação inequívoca do acontecimento. Passou-se a enfatizar medidas de repressão ao terrorismo e a exigir, com maior vigor, a cooperação dos Estados nesse sentido (CUNHA, 2009: 34). Verifica-se também a cristalização por meio da ONU da aproximação entre terrorismo e produção e comércio de drogas, tendência que era sinalizada nos discursos governamentais estadunidenses e de países andinos desde meados da década de 1980. Na esteira do enfraquecimento da URSS e da desintegração do bloco soviético, novas questões de segurança que passaram a emergir nas Américas. Os Estados passaram a localizar a constituição das grandes organizações criminosas dedicadas ao tráfico de drogas e de uma imaginada partilha de interesses e áreas de influência entre grupos guerrilheiros e narcotraficantes (RODRIGUES, 2006: 149).

Mudanças na abordagem do câncer

Para situar as mudanças políticas pelas quais passaram os poderes que se exercem sobre os doentes, sobre os criminosos, sobre os loucos, desviantes, crianças e pobres, Foucault (2010c) estabeleceu no curso *Os Anormais* dois modelos: o modelo da lepra e o modelo da peste. Durante toda a Idade Média a exclusão dos leprosos era uma prática social que comportava primeiro uma divisão rigorosa, um distanciamento, uma regra de não-contato entre um indivíduo (ou grupo de indivíduos) e outro. A rejeição desses indivíduos num mundo exterior, fora dos limites da comunidade acabava por constituir duas massas, uma estranha à outra. Essa exclusão implicava uma desqualificação do leproso que não era necessariamente moral, mas antes jurídico-

política, pois era regularmente acompanhada de uma espécie de cerimônia fúnebre, no curso da qual o doente era declarado morto, o que conseqüentemente tornava seus bens transmissíveis.

O modelo da exclusão dos leprosos, do indivíduo expulso para purificar a comunidade, acabou desaparecendo entre o fim do século XVII e o início do século XVIII. Em seu lugar reapareceu outro modelo, tão antigo quanto a exclusão dos leprosos: o problema da peste e do policiamento da cidade empestada. A cidade em estado de peste era dividida em distritos, que por sua vez eram subdivididos em bairros e ruas. Havia em cada rua inspetores, em cada bairro e distrito havia responsáveis por eles e na cidade um governador nomeado para tal propósito. Neste modelo havia a análise do território em seus detalhes mais pormenorizados. Era um poder que se exercia por meio de uma pirâmide hierárquica e sem interrupções. Tudo o que era observado era registrado de forma permanente.

Não se tratava mais de exclusão, mas de quarentena. Ao invés de expulsar, estabelecer, fixar, atribuir lugar, definir e controlar presenças. No lugar da rejeição, inclusão. No lugar de purificar a comunidade por meio de uma marcação definitiva, como acontecia com o modelo da lepra, produzir uma população sadia, por meio do exame perpétuo de um campo de regularidades, dentro do qual se vai avaliar sem cessar cada indivíduo para saber se este está de acordo com a regra, com a norma de saúde pré-definida. O momento da peste é o momento em que o poder político se exerce plenamente; “é o momento do policiamento exaustivo de uma população por um poder político cujas ramificações capilares atingem sem cessar o próprio grão dos indivíduos, seu tempo, seu habitat, sua localização, seu corpo” (IDEM, 40-41).

A substituição do modelo da lepra pelo modelo da peste corresponde ao processo histórico de invenção de tecnologias positivas de poder, de multiplicação dos efeitos de

poder a partir do acúmulo de informações: um poder que fabrica, observa, sabe e se multiplica a partir de seus próprios efeitos. Ocorre o que o autor chama de processo geral de normalização. A norma não tem como função excluir ou rejeitar. Ao contrário, está sempre ligada a um processo de intervenção ou transformação, a uma espécie de poder normativo.

A partir desses dois modelos relativos aos desviantes e perigosos, dentro os quais se encontram os doentes, constata-se, por meio da análise das transformações nos saberes relativos ao câncer, que há também dois modelos de produção de saberes (que chamarei de modelo da eliminação dos tumores e modelo das células cancerígenas) que produzem também dois grandes modelos políticos de combate à doença, que chamarei de modelo da filantropia e modelo da publicidade. Desde que se constituiu como um objeto de saber para a medicina ocidental, a partir de meados do século XVII, o câncer passou por duas fases principais: uma dedicada à cura da doença a partir da erradicação de seu principal sintoma (o tumor) e outra fase, que reaparece nas primeiras décadas do século XX: a procura das causas como forma de combate à doença.

O consórcio Estado-filantropia no controle do câncer foi uma regra na maioria dos países europeus, nos Estados Unidos e, em alguma medida, no Brasil, onde as ligas de caridades e outras organizações ajudaram a implantar e manter serviços voltados para o tratamento e a pesquisa. Por muito tempo a ação da filantropia no Brasil esteve voltada prioritariamente ao campo hospitalar, tendo como principais instituições as Santas Casas de Misericórdias e outras irmandades e ordens terceiras ligadas à Igreja católica. A partir do final do século XIX, essa atuação se modificaria, deixando de se circunscrever à prática religiosa e de assistência aos necessitados. O desenvolvimento da pesquisa médica experimental e seus promissores resultados no controle de diversas doenças atraíram o interesse da elite econômica que se voltava para a filantropia.

A criação de um conjunto de instituições filantrópicas no campo da pesquisa e do tratamento se relacionou ao fato de esse modelo já ser a base do combate à doença em diversos países da Europa. Na França, por exemplo, a transformação do Instituto de Radium (criado pelo Instituto Pasteur, que se tornou a Fundação Marie Curie, em 1920), se deveu à doação de uma grande soma pela família Rothschild, que possibilitou o desenvolvimento da vertente terapêutica da instituição que se juntou à pesquisa científica no campo da radioterapia. Com o final da Primeira Grande Guerra, a Liga Francesa Contra o Câncer patrocinaria a criação de centros e dispensários de combate à doença naquele país (TEIXEIRA & FONSECA, 2007: 38).

De modo semelhante à exclusão dos leprosos, que tinha como função assegurar a purificação da comunidade, o modelo da filantropia operava buscando livrar o corpo da doença, por meio da eliminação física dos tumores. Este objetivo era buscado pelo desenvolvimento de cirurgia para extirpação de tumores, que mais tarde ganhou o reforço da radioterapia, tratamento que poderia ser uma alternativa às extirpações ou ainda ser empregado em consórcio com a abordagem cirúrgica.

No passado Hipócrates e Galeno haviam atribuído as causas de todas as doenças ao desequilíbrio dos humores, sendo a bile negra em excesso responsável pela formação dos cancros. As primeiras décadas do século XX viram reaparecer a produção de saberes relativos às causas da doença e o câncer passou de um olhar macro, concentrado na eliminação das neoplasias já formadas, para um olhar microscópico, que se concentrava no processo de formação e fatores causais da doença. Em primeiro lugar os estudos de Virchow, em 1840, sobre a teoria celular da biologia humana permitiu estabelecer que o câncer era uma hiperplasia patológica decorrente de um crescimento desordenado das células. Algumas décadas mais tarde, a partir do final do século XIX, outros estudos apontaram que o câncer, apesar de ter em comum o processo de

reprodução celular descontrolado, pode ser desencadeado por diversos fatores, como influência hereditária, vírus e mutações a partir da exposição a certos agentes químicos ou aos raios-X.

A partir da busca pela compreensão do câncer em sua microfísica tornou possível o desenvolvimento da quimioterapia, abordagem que buscava remissão parcial ou total da doença com base na eliminação seletiva de células. Tal como ocorre no modelo da quarentena descrito por Foucault, trata-se não mais de expulsar/extirpar, mas, ao contrário, de reunir o máximo de informações sobre a doença. Trata-se de produzir um padrão de desenvolvimento celular sadio e de observar como se comportam os processos celulares desviantes. É um momento de policiamento exaustivo dos corpos individuais nos detalhes de seu funcionamento, que ocorrem devido às mudanças nas condições ambientais e hereditárias. Passagem, portanto, de um modelo que combate à doença que se parte de fora para dentro para um modelo que vai se concentrar nos processos biológicos do câncer.

No período que se estende entre as duas guerras mundiais, a preocupação com o problema do câncer pareceu se ampliar ainda mais. Os inquéritos epidemiológicos eram realizados nos diversos países e mostravam que a extensão da doença era ainda maior do que se imaginava, tendendo a se elevar à medida que melhores condições de vida possibilitassem aumento da longevidade. Embora o desenvolvimento da cirurgia aumentasse a taxa de sucesso nas retiradas de tumores malignos em diversos órgãos internos e a radioterapia fosse utilizada com sucesso nos cânceres cervicais, mamários, uterinos e cutâneos, as probabilidades de cura em diversos tipos de câncer ainda era bastante baixa.

O modelo de desenvolvimento da medicina oncológica ligado à filantropia começaria mudar nos anos 1940, influenciado por dois fatores importantes: a adoção de

estratégias da publicidade para dar enfoque político à enfermidade (fortemente influenciada pelo combate à pólio na década de 1930) e a criação da Organização Mundial de Saúde, que influenciaria as políticas nacionais de combate ao câncer, considerando-o um problema de população.

Até meados da década de 1930 o único tratamento para a poliomielite era o uso de um respirador artificial conhecido como “pulmão de ferro”, tubos cilíndricos inventados em 1928, onde a criança era mantida deitada permanentemente apenas com a cabeça de fora. Em seu interior, a ação de uma bomba de vácuo diminuía e aumentava a pressão para o ar ser inalado e expulso dos pulmões incapacitados de respirar, por conta da flacidez da musculatura encarregada de fazê-lo⁷⁸. Pouco se sabia do vírus ou da biologia da infecção, e as campanhas para controlar a difusão da doença eram mal divulgadas e em geral ignoradas pelo público.

Este quadro começou a mudar com Franklin Delano Roosevelt. Paralisado da cintura para baixo em decorrência da doença, Roosevelt fundou, em 1927 um hospital e centro de pesquisa, a fundação Warm Springs, na Georgia. Após sua reeleição, em 1936, Roosevelt criou a Fundação Nacional de Paralisia Infantil, grupo lobista destinado a levar adiante a pesquisa sobre a polio e dar publicidade à causa. A entidade criou uma campanha nacional para levantar fundos e divulgar os conhecimentos sobre a doença, a Marcha dos Centavos. Atores de Hollywood, Broadway e personalidades do rádio aderiram à causa. Em 1953 a descoberta da vacina foi anunciada. Os estudos de Jonas Salk, Sabin e Enders foram em parte financiados pelos recursos angariados nessas campanhas (MUKHERJEE, 2001: 122).

Este foi o modelo seguido por Sidney Farber para o financiamento de suas pesquisas sobre a leucemia. Em 1947 Farber recebeu em seu laboratório, na Filadélfia,

⁷⁸ “Erradicação da poliomielite”, site Drauzio Varella, acesso em 14/06/2014.

alguns representantes do Variety Club, da Nova Inglaterra, associação dedicada à filantropia fundada em 1927 por um grupo de produtores, diretores, comediantes e proprietários de cinema. No começo de 1948 o cientista e o clube fundaram uma organização chamada Fundo de Pesquisa do Câncer Infantil, posteriormente rebatizado de Fundo Jimmy – uma referência ao menino de 10 anos que se tornou o “garoto-propaganda” da campanha. A estratégia de captação de recursos utilizou ferramentas da publicidade, semelhante a uma campanha política. O Fundo Jimmy tornou-se uma causa conhecida e foi adotado como caridade oficial do time de beisebol Red Sox. O dinheiro arrecadado foi usado construção de um hospital dedicado ao câncer infantil em Boston, o Children’s Hospital.

Mukherjee (2011:127) sublinha que para uma doença ganhar destaque político, é preciso que seja comercializada, da mesma maneira que uma campanha política. “A doença precisa ser transformada politicamente antes de ser transformada cientificamente”. Nesse sentido, a experiência do Fundo Jimmy foi o primeiro passo para o lançamento de uma campanha nacional contra o câncer, cujo alvo era o Congresso dos Estados Unidos, realizada em parceria com a filantropa Mary Woodward Lasker. A partir da década de 1950 os dois se empenharam na elaboração de campanhas que visavam atrair a atenção do poder público por meio de campanhas para construção de hospitais e financiamento de pesquisas contra o câncer, apresentando a doença como um problema de saúde pública.

Um dos acontecimentos marcantes da passagem desse modelo baseado na filantropia foi a publicação de um anúncio de página inteira nos jornais *Washington Post* e *New York Times* endereçado ao então presidente Richard Nixon. O anúncio intitulado “Mr. Nixon, you can cure cancer” (Sr. Nixon, você pode curar o câncer), publicado em 9 de dezembro de 1969, afirma que no ano anterior 318 mil cidadãos

estadunidenses haviam morrido em decorrência da doença e que, naquele momento, o orçamento para o setor militar era 21 vezes superior ao gasto com pesquisas sobre o câncer. O texto tratava a cura da enfermidade como um sonho a prestes a ser realizado, tal como havia acontecido com a conquista da lua.

Quatro entre cerca de 200 tipos de câncer já podem ser curados com drogas e outras 37 drogas podem causar remissão temporária em 17 tipos de câncer. Dr. Sidney Farber, ex-presidente da Sociedade Americana do Câncer, acredita: “Estamos perto de uma cura para o câncer. Nos falta apenas o intento, o tipo de financiamento e planejamento que puseram o homem na lua⁷⁹”.

O anúncio dizia que caso o presidente falhasse, o percentual de estadunidenses vítimas da doença continuaria crescendo. Era necessário, portanto, travar uma guerra contra a doença, que no anúncio era comparada à guerra do Vietnã, que transcorria naquele momento.

Nosso país dispõe da verba em uma mão e das habilidades na outra. Nós podemos, sob a sua liderança, unir as duas mãos e alcançar este objetivo. Certamente a guerra contra o câncer tem o apoio de 100% da população. É uma guerra na qual perdemos 21 vezes mais vidas que perdemos no Vietnã no ano passado. Uma guerra que podemos vencer e colocar a toda raça humana em dívida conosco⁸⁰.

Assinado pelo Citizens Committee for the Conquest of Cancer (Comitê de Cidadãos para a Conquista do Câncer), o anúncio termina com um pedido para que o

⁷⁹ “Quatro entre cerca de 200 tipos de câncer já podem ser curados com drogas e outras 37 drogas podem causar remissão temporária em 17 tipos de câncer. Dr. Sidney Farber, ex-presidente da Sociedade Americana do Câncer, acredita: “Estamos perto de uma cura para o câncer. Nos falta apenas o intento, o tipo de financiamento e planejamento que puseram o homem na lua”. O referido anúncio pode ser visualizado no site The Mary Lasker Papers, US National Library of Medicine.

⁸⁰ No original: “Our nation has the money on one hand and the skills on the other. We must, under your leadership put out hands together and get this thing done. Surely, the war against cancer has the support of 100% of the people. It is a war in which we lost 21 times more lives than we lost in Vietnam last year. A war we can win and put the entire human race in our debt”.

público escrevesse ao presidente demandando maiores investimentos na pesquisa da doença. Para Mukherjee (2011: 220) o anúncio marcou uma interseção seminal na história do câncer. A enfermidade saía dos sombrios interiores da medicina para os refletores a atenção pública, metamorfoseado em problema de destaque nacional e internacional. Ao dirigir sua carta ao presidente em nome dos cidadãos daquele país Farber e os laskeritas – grupo de filantropia de Mary Lasker que costumava se definir como “um exército em marcha” – operou uma virada estratégica. Se antes a captação de recursos pedia a políticos e empresários dinheiro para o câncer, agora se tratava de um combate em favor do país.

Em dezembro daquele ano Nixon assinou a National Cancer Act (Lei Nacional do Câncer), meses depois de haver anunciado uma verba extra de US\$ 100 bilhões para pesquisa e tratamentos da doença. Com a lei esperava-se que a cura fosse descoberta em poucos anos. Após uma década de prejuízos causados pela Guerra do Vietnã, o governo dos Estados Unidos precisava de outro adversário a ser combatido. Na década de 1950 a angústia da Guerra Fria se manifestava no medo do aniquilamento vindo de fora, na forma de bombas e ogivas nucleares, reservatórios contaminados, exércitos comunistas e invasores. No começo dos anos 70 essa angústia havia se deslocado de fora para dentro: o medo havia sido transportado para dentro do corpo da sociedade e para dentro de cada corpo. O câncer era a emergência definitiva do inimigo interno.

Os médicos que tinham se oposto à Guerra do Vietnã eram redirecionados para servir em outro front, o Instituto Nacional do Câncer. O influxo de dinheiro da Lei Nacional do Câncer estimulou o programa de descoberta de novas drogas no instituto. Os cientistas testavam milhares de substâncias químicas em busca de novas drogas citotóxicas.

No final da década a cisplatina foi anunciada como uma nova droga quimioterápica revolucionária, eficiente na eliminação de tumores sólidos. A substância atacava quimicamente o DNA realizando uma operação cruzada, danificando as células de modo irreparável, suspendendo a sua divisão. A droga tinha efeitos colaterais devastadores comparado a outros tratamentos farmacológicos: os pacientes tinham náuseas terríveis e chegavam a vomitar até doze vezes por dia; baixa resistência fazia com que ficassem mais sujeitos a infecções oportunistas, em alguns casos necessitando de transfusões de sangue para suportar o tratamento.

Alardeada no fim dos anos 1970 como um “produto quimioterápico épico”, os efeitos da cisplatina eram tidos como um pequeno preço a pagar por uma droga miraculosa, reforçando a crença entre os médicos de que a cura do câncer exigia que os pacientes fossem levados à beira da morte (IDEM, 247). Essa ideia foi reforçada pelo uso de transplantes de medula do próprio paciente para que este pudesse suportar doses cada vez maiores de drogas citotóxicas, procedimento conhecido como transplante autólogo de medula óssea.

A partir dos anos 1960, quando os regimes de múltiplas drogas tiveram êxito na cura de leucemias agudas e linfomas de Hodgkin, havia uma tendência a crer que a razão dos tumores sólidos como de mama ou pulmão continuarem resistindo à destruição quimioterápica era porque as drogas não eram suficientemente fortes. O limite de dosagem da droga é estabelecido por sua toxicidade para as células normais. Na maioria das drogas quimioterápicas esse limite se baseia num órgão, a medula óssea. A descoberta de que a medula poderia ser colhida em um doador compatível e transportada para o paciente, técnica chamada de transplante alogênico. A medula do paciente de leucemia era destruída utilizando a terapia de alta dose e substituí-la pela medula sadia de um doador. No transplante autólogo não havia necessidade de doador.

A medula do próprio paciente, contendo essas células formadoras do sangue, era colhida, congelada e transplantada de volta para o paciente depois que drogas em níveis muito mais altos haviam sido administradas para combater o câncer. O objetivo dessa abordagem era maximizar a dosagem quimioterápica.

Apesar do entusiasmo dos pesquisadores, o investimento em drogas cada vez mais agressivas multiplicou a toxicidade no tratamento sem que isso se revertesse em efeitos terapêuticos adicionais. Os efeitos da quimioterapia em tumores sólidos permaneciam limitados e a abordagem se mostrou pouco eficiente no tratamento de tumores metastáticos. Nenhuma estratégia de cura ou prevenção havia sido um grande sucesso. A missão de combater o câncer voltou-se novamente para sua biologia e para os mecanismos fundamentais da doença.

Tumores benignos e malignidades intoleráveis

Há poucas diferenças entre tumores malignos e benignos. Constituídos de células semelhantes ao do tecido normal, estes não possuem a capacidade de gerar metástases. Embora possam causar danos ao organismo, essas massas na maioria dos casos podem ser totalmente removidas e o paciente curado. Em alguns casos a remoção não é nem mesmo necessária. Nos tumores benignos, as células se multiplicam vagarosamente e é raro que essas formações configurem risco de morte. Os tumores malignos são descritos na literatura médica como “agressivos”. Eles possuem a capacidade de se infiltrar em outros órgãos, de invadir estruturas próximas, se atravessar o corpo em seus fluxos e se instalar em outras regiões. A diferença entre um e outro é a possibilidade de convivência, a capacidade de absorção e de reorganização do corpo e da vida depois de ser acometido por eles. O tumor maligno é o câncer. O câncer precisa ser eliminado.

O terrorismo palestino, resquício de uma política colonialista europeia que age como fator carcinogênico, é o tumor maligno: uma proliferação desordenada, células que se deslocam para longe de seus sítios primários, cuja cura é improvável e o poder de destruição, certo. A resistência palestina é anterior à fundação de Israel e se manifesta de várias formas, por meio de greves, boicotes e também com demonstrações de força. Nessa tensão, outros tumores se manifestam. O terrorismo sionista, destinado a fixar a posse daquela terra por meio das demonstrações de força, é direcionado tanto contra a população árabe quanto à administração britânica, quando esta pareceu reticente quanto ao compromisso de criar na Palestina histórica um Estado para o povo judeu. Vencida a guerra que culmina na fundação de Israel, esses terrorismos desaparecem ou se tornam terror de Estado. Tal como os tumores benignos, não configuram risco para o corpo-Estado recém formado.

A resistência palestina se expande para além de suas demarcações históricas dando origem a tumores metastáticos: a luta armada que se organiza e atua fora do sítio primário: ela vai se instalar e atuar primeiro na Jordânia, depois no Líbano e seus efeitos proliferativos tornam-se cada vez mais visíveis: sequestros de aeronaves, execuções de chefes de Estado e atletas. As tentativas locais de combater a estas metástases se tornam cada vez mais agressivas, elevando os níveis de toxicidade, sem que necessariamente o combate a esses terrorismos seja capaz de conter a sua proliferação. Paulatinamente desaparece dos tratados internacionais a referência à legitimidade das lutas anti-coloniais, que abriam margem para a interpretação da ação política que faz uso de uma violência cujo monopólio pertence ao Estado ser aceitável em alguns casos.

O ocaso da bipolaridade encerra o debate entre a posição do bloco soviético - de separar as lutas populares legítimas de um terrorismo que seria meramente criminoso - e do bloco ocidental, que advogava pela condenação inequívoca de todos os atos

terroristas. As lutas anticoloniais poderiam ser aceitas desde que ocorressem dentro da legalidade democrática. Com o fim da Guerra Fria o terrorismo aos poucos ocupa o lugar de maior perigo para a ordem internacional e segurança dos Estados anteriormente plasmados pela ameaça comunista, tal como o câncer vai se tornando o inimigo número um do corpo, uma vez que doenças mais ameaçadoras como a tuberculose e a varíola foram sendo erradicadas.

Se o combate ao câncer a partir da década de 1950 vai se concentrar na busca de drogas mais poderosas capazes de destruir as células malignas - uma estratégia sistêmica que substitui os combates locais da quimio e da radio - o combate ao terrorismo, também passa a buscar uma estratégia global. No lugar dos combates locais, as convenções internacionais sobre o assunto insistem na cooperação internacional para o combate de uma forma de política que apresenta de forma cancerígena. É preciso que todos se comprometam a não deixar que essas células malignas proliferem. É preciso combatê-las, evitar que consigam obter financiamento e armas. É preciso se comprometer a tratar o assunto criminalmente, adaptar a legislação interna de acordo com as disposições internacionais sobre o tema.

O combate do câncer no século XX passa por dois modelos fundamentais, um baseado na filantropia - que tratava a doença como um problema de saúde individual - e outro baseado na publicidade, que tira a doença das sombras e a coloca sob os holofotes da mídia, metamorfoseado em problema político, em assunto de Estado, em uma guerra. Há um paralelo importante relativo ao combate do terrorismo, que ao se tornar um problema para a ordem internacional passa de um modelo em que existia alguma possibilidade de reconhecimento das lutas e dos grupos que o praticam para outro em que marcado pela dupla repressão-prevenção. Por um breve momento paira a impressão

de que este problema estaria sob controle, pois parte do movimento nacionalista palestino sinaliza simpatias pela solução diplomática e pela institucionalização.

A submissão aos protocolos internacionais do nacionalismo palestino é apenas aparente, porque não é universal. Sob o ataque dos mais fortes e variados venenos as metástases continuam a se manifestar sob formas ainda mais letais. Se é possível afirmar que o câncer é o corpo que se volta contra si mesmo, esta afirmação é levada ao limite quando as discordâncias internas do nacionalismo palestino fazem com que as diferentes facções entrem em guerra umas contra as outras e que novos grupos que têm a luta armada como meio de atuação façam de seus próprios corpos armas letais.

Cuidados paliativos

*Ele deseja os piores suplícios, os mais penosos sofrimentos,
deseja ardentemente que se prolonguem, que continuem.
O que pode ganhar com isso? Viver um pouco mais?
Mas que tipo de vida é essa morte lenta?*

Sêneca

*Tranquilizar a imaginação do doente,
para que ao menos, como até agora,
ele não sofra mais com seus pensamentos acerca da doença
do que com a própria doença - creio que isto é algo!
Não é pouco! Compreendem agora a nossa tarefa?*

Nietzsche

Entre as décadas de 1960 e 1990 os combates ao câncer e ao terrorismo passaram por redirecionamentos importantes. Ao apoiar as lutas anticoloniais que se desenrolavam na África e na Ásia, as Nações Unidas reconheceram a legitimidade de movimentos de independência que faziam uso da luta armada. Contudo, a tolerância da ONU nos seus primórdios paulatinamente foi substituída pela preocupação com o crescimento do terrorismo internacional e pela condenação inequívoca de atos terroristas. As resoluções sobre o tema publicadas desde a década de 1990 concentraram-se na pressão para que os Estados ajustassem suas legislações internas, no sentido de punir e evitar atividades terroristas, e na ampliação da criminalização – incluindo nesta documentação outros ilegalismos suspeitos de estarem relacionados a tais atividades. Nos Estados Unidos este período coincide com a chamada guerra contra o câncer. O aumento nas verbas para a pesquisa do câncer resultou na melhor

compreensão sobre a doença e no aperfeiçoamento dos métodos de combate já existentes. Porém a cura do câncer, objetivo final desta guerra, ainda não foi alcançada. Talvez seja inatingível, mas traça um trajeto coerente como que se percorre com o terrorismo, ou seja, câncer e terrorismo constituem-se em saberes com similitudes no que concerne ao governo das populações.

Câncer e terrorismo permanecem sem cura, mas os combates não cessaram, apesar de cada vez mais tentarem ser contidos por medidas preventivas e de precaução. Tampouco tornaram-se menos invasivos ou violentos. Este capítulo discorre sobre as novas configurações desses dois campos de batalha, que, diante da impossibilidade de cura, voltaram-se para controle de danos, prevenção e precaução. Essas mudanças são pensadas a partir do surgimento do que Deleuze chamou de sociedade de controle, modelo societário que não fez desaparecer as práticas da sociedade disciplinar, mas que se acopla e se sobrepõe às técnicas disciplinares exigindo saúde e participação de todos em nome da segurança.

Fragmentos distorcidos de nós mesmos

No começo dos anos 1860 o monge austríaco Gregor Mendel tinha como passatempo o cultivo de ervilhas. Um dia, ao notar que as características de suas plantas “puras” eram herdadas pela geração seguinte, Mendel imaginou que os traços hereditários eram transmitidos por pacotes pequenos e indivisíveis. Décadas mais tarde estas unidades receberam o nome de genes. Devido às limitações técnicas da época, não foi possível que Mendel observasse claramente o interior das células para compreender os mecanismos da hereditariedade. Porém, seus estudos deixaram uma pergunta pairando sobre a Biologia por meio século: de que forma os genes eram transportados

para dentro das células?

Essa pergunta seria respondida aos poucos, por meio de descobertas esparsas e que juntas se tornariam fundamentais para a compreensão da genética do câncer. Duas contribuições relevantes ocorreram com um intervalo de 15 anos de diferença. Em 1910 o embriologista Thomas Hunt Morgan observou que os genes eram transportados por cromossomos. Depois, em 1925, o bacteriologista Oswald Avery descobriu que certas espécies de bactérias poderiam ser transmitidas entre dois organismos, o que pressupunha a existência de uma substância química com a função de transmitir os genes. Essa substância era o ácido desoxirribonucléico (DNA), transmissor central das informações genéticas entre as células. “Do ponto de vista físico, os genes são carregados para dentro da célula em forma de cromossomo. Do ponto de vista químico são compostos de DNA” (MUKHERJEE, 2011: 404).

Até a década de 1970 os pesquisadores sabiam a que a exposição a raios X, fumaça de cigarro e a certos tipos de vírus representavam fatores de risco para os cânceres mais comuns em seres humanos e que algumas formas da doença tendiam a se apresentar com frequência entre membros de uma família. Fatores exógenos e hereditariedade estavam relacionados ao câncer, mas esses conhecimentos não ofereciam nenhuma explicação adicional sobre a mecânica do câncer. A chave para a compreensão da doença estava no interior das células, nos chamados *oncogenes*, para os quais os estudos da doença se voltariam a partir da década seguinte.

Em uma linguagem bastante simplificada pode-se comparar a célula cancerosa a um veículo, cujo bom funcionamento depende da performance de aceleradores e freios. Os *oncogenes*, responsáveis pelo desenvolvimento da doença funcionariam como aceleradores e seriam contidos por *genes supressores de tumor*, que desempenhariam a função de freios. Para que o câncer ocorra são necessários pelos menos dois eventos, um

que ative os proto-oncogenes presentes no interior das células (algo que pressione o acelerador) e outro que desative os genes cuja função é impedir o desenvolvimento da doença (o equivalente a um travamento dos freios). A confluência destes “defeitos” leva ao surgimento do câncer. Nem todas as pessoas desenvolvem a doença porque é preciso que ocorram mutações que ativem os proto-oncogenes e ao mesmo tempo outro acontecimento que desative os genes supressores de tumor.

A ativação ou desativação de um gene provoca apenas os primeiros passos do processo de carcinogênese, que pode levar décadas para se desenvolver. Hoje se sabe que câncer é genético em sua totalidade. Genes anormais definem todos os aspectos de seu comportamento. Genes mutantes espalham-se dentro da célula cancerosa, estimulando a sobrevivência, acelerando o crescimento, possibilitando a mobilidade, recrutando vasos sanguíneos e fornecendo oxigênio. A vida do câncer é um resumo da vida do corpo, sua existência é um espelho patológico da nossa. “As células mesmo em seu núcleo molecular inato, as células são cópias de nós mesmos – dotadas de capacidade de sobrevivência, hiperativas, fragmentárias, fecundas e inventivas” (MUKHERJEE, 2001: 454).

Passados mais de 40 anos da guerra contra o câncer de Nixon, o conhecimento sobre a doença e seus mecanismos internos se ampliou, assim como os modos de combatê-la. Ao longo das décadas de 1980 e 1990 os geneticistas do câncer descobriram que havia cerca de cem proto-oncogenes e anti-oncogenes no genoma humano. Os tratamentos tradicionalmente devastadores se tornaram mais precisos: a cirurgia radical aos poucos foi sendo substituída por intervenções locais menos desfiguradoras, os equipamentos para aplicação da radioterapia foram adaptados para agirem com maior precisão e atingir apenas as áreas afetadas - como mísseis que possuem a capacidade de se infiltrar em rochas e destruir alvos subterrâneos - e a quimioterapia passou a contar

com novas drogas e a adotar a combinação de substâncias citotóxicas que aumentaram a eficácia de alguns tratamentos.

Além disso, foram desenvolvidos medicamentos para conter os efeitos colaterais dos tratamentos e aparelhos que permitem vasculhar o corpo e detectar a presença de células cancerosas antes da formação do tumor. Os avanços do campo da genética permitem mapear o corpo de modo a encontrar os genes ativadores da doença e quantificar as possibilidades de cada paciente vir a desenvolvê-la. Isso abriu caminho para a prática de cirurgias *preventivas* onde partes saudáveis do corpo são extraídas antes do aparecimento das primeiras células cancerosas. Para as pacientes com alta probabilidade de desenvolver um câncer de mama (líder da mortalidade da doença em mulheres) é recomendada a mastectomia radical e extração dos ovários, como há algumas décadas se prescrevia a retirada das amígdalas (tonsilas) para evitar inflamações na garganta.

Apesar dos evidentes avanços no diagnóstico e tratamento do câncer, assim como na compreensão de sua genética não foi descoberta uma solução universal para a enfermidade e os cânceres metastáticos ainda são difíceis de serem curados. Além disso, o número anual de diagnósticos continua crescendo. Em 2012, 14 milhões de casos de câncer foram registrados. Segundo a Organização Mundial de Saúde⁸¹ este número passará para 22 milhões nas próximas duas décadas, por conta do crescimento populacional e o aumento da expectativa de vida no mundo. O câncer não só faz parte da vida, mas tende a crescer conforme a vida se prolonga e se prolifera.

Segundo o Relatório Mundial do Câncer 2014, o número de mortes relacionadas ao câncer está crescendo em um ritmo mais rápido nos países em desenvolvimento, onde grande parte da população tem câncer devido a infecções, como o papiloma vírus

⁸¹ World Cancer Report 2014, publicado pela International Agency for Research of Cancer (World Health Organization/United Nations). Acesso em 24/11/2014.

humano (HPV). Nos países de renda mais baixa, o problema está na possível sobrecarga dos sistemas de saúde, que impede o diagnóstico precoce, fundamental para aumentar as chances de cura. O câncer de pulmão é o campeão no número de casos, com 1,8 milhão de registros (13% do total), seguido pelo câncer de mama, com 1,7 milhão de casos (11,9%). O câncer de pulmão é também o responsável pelo maior número de mortes (1,6 milhão de pacientes ao ano). A OMS afirma que a incidência de câncer no mundo deve continuar a crescer, a menos que o enfrentamento da doença se torne uma prioridade na agenda política. Uma das principais recomendações para reduzir o número de casos é o combate ao tabagismo, principal causa do câncer de pulmão e fator associado a outros tipos de tumores.

Controle e prevenção

No início da década de 1990, a OMS definiu o conceito de cuidado paliativo, dedicado aos pacientes de câncer em fase terminal. Consiste na assistência promovida por uma equipe multidisciplinar, objetivando a melhoria da qualidade de vida do paciente e seus familiares, “diante de uma doença que ameace a vida, por meio da prevenção e alívio do sofrimento, da identificação precoce, avaliação impecável e tratamento de dor e demais sintomas físicos, sociais, psicológicos e espirituais”⁸². Em seus estágios iniciais, quando há possibilidade de cura ou remissão, o tratamento do câncer costuma ser agressivo. Na fase terminal, os cuidados paliativos devem garantir ao paciente maior qualidade de vida.

Os cuidados paliativos não excluem o tratamento ativo, pois sua adoção é recomendada para auxiliar o paciente a tolerar o tratamento oncológico⁸³, antes que a

⁸² Portal do Instituto Nacional do Câncer, acessado em 27/04/2014.

⁸³ “Cuidados Paliativos”, página do Hospital do Câncer de Barretos, acessado em 27/04/2014.

doença chegue ao estágio terminal. O trabalho contempla orientações técnicas para confecção de curativos, cuidados com a pele, higiene bucal, orientações nutricionais, psicológicas, controle de sintomas como dor, náuseas e vômitos, mal-estar, emagrecimento, dificuldade de movimentação e deglutição⁸⁴.

A morte ocupa lugar de destaque nessa abordagem. No tratamento do câncer, carregado de uma retórica militar que se nega a negociar com inimigo tão insidioso e mortífero, a passagem para os cuidados paliativos é como um acordo de rendição. Abandona-se a retórica da guerra para afirmar vida e morte como processos naturais. Não se trata mais de adiar o óbito e prolongar a vida por meio da mutilação e da exposição aos sofrimentos da rádio e da quimioterapia, mas preparar o paciente e àqueles que os cercam para o fim.

A transformação dos mecanismos de poder indicada por Foucault (1988) a partir da época clássica deu origem a um poder destinado a produzir forças, ordená-las e fazê-las crescer. O direito de morte que caracterizava o poder soberano se deslocou para um poder que gere e ordena a vida. O velho poder de causar a morte ou deixar viver foi substituído pelo poder de causar a vida ou devolver à morte. Isso implicou numa desqualificação da morte marcada pelo desaparecimento dos rituais que a acompanhavam.

Com a passagem de um mundo para o outro, a morte era a substituição da soberania terrestre por outra muito mais poderosa. Era uma espécie de cerimonial político. A morte é o limite, é o momento em que se escapa ao poder político dedicado a gerir a vida. Em consequência a morte desaparece do espaço público e vai se tornando cada vez mais privada (IDEM, 151-2).

⁸⁴ “Cuidados Paliativos”, página do Hospital AC Camargo, acessada em 27/04/2014.

O desenvolvimento das técnicas agrícolas, dos conhecimentos a respeito dos processos da vida em geral, a vida - outrora em constante ameaça pela fome ou pela peste - começou a se afastar da iminência da morte e as pessoas nas sociedades ocidentais aprenderam pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo. O fato de viver caiu no campo de saber e intervenção política, porém a vida, por mais que esteja integrada a técnicas que a gerenciem e dominem, é algo que constantemente escapa às malhas do poder.

Desde que a atribuição do câncer ao desequilíbrio dos humores foi refutada, a medicina ocidental se dedicou a encontrar formas de destruir o câncer, um inimigo que carrega em si um paradoxo: ao mesmo tempo em que sua morte é a condição indispensável para a manutenção da vida, o próprio câncer é a vida que prolifera desordenada, excessiva, se infiltra, muda de rumos, se espalha, se metamorfoseia. A medicina não cessou ao longo dos últimos séculos de mapear o corpo humano, de estabelecer padrões de normalidade que garantissem o seu melhor funcionamento. Entretanto, as células cancerosas, esses fragmentos distorcidos de nós mesmos, nunca cessaram de escapar.

No momento em que se conhece suficientemente o câncer e seu funcionamento biológico a medicina restabelece a função de deixar morrer. Um poder que se exercia fundamentalmente sobre a vida, passou a administrar também a morte do paciente. Quando os médicos dizem não haver mais possibilidade de cura, o paciente não está livre das intervenções. O saber médico passa a se ocupar dos sintomas e efeitos colaterais, mas também da condução da morte e a aceitação do óbito por parte dos familiares de forma que a rotina de todos seja afetada minimamente, de modo que todos se mantenham ativos e produtivos. A política do combate ao câncer sai da guerra para uma política de administração de danos.

Conforme observa Passetti (2003), a prevenção geral, moral de conservação da vida fundada na defesa da sociedade, cuja referência é o direito penal e as ciências associadas a ele, procurou, desde o século XIX deixar claro quem são e onde estão os corpos saudáveis da sociedade. O poder positivo e produtivo da sociedade disciplinar é superado, sem ser suprimido, pelo poder relativista da sociedade de controle, de comunicação contínua, de avaliação constante. “É preciso zelar, amparar, cuidar, prescrever e instruir contra os perigosos e as novas gravidades fomentando cuidados cada vez mais especializados” (PASSETTI, 2004:118). O investimento não é mais sobre o corpo propriamente dito. Interessa agora extrair o máximo de energias inteligentes, fazer participar.

Convocado a participar, cada cidadão é chamado a denunciar, vigiar, monitorar e defender bens e valores. Uma moral de civilidade cosmopolita se forma e se fortalece, exigindo ética de responsabilidades acrescidas de cuidados com os outros e zelo pela conservação de seus bens e saúde. Os corpos não precisam mais da força e da perfeita compleição físicas: a produtividade exige os comandos do cérebro e seus resultados devem mostrar a saúde e a jovialidade da pessoa. Contudo, não cessam os perigos e os perigosos. “Há dúvidas sobre a cura. Somente existe certeza na metamorfose (IDEM, 38)”.

Os cuidados paliativos são adotados para conter os efeitos do tratamento e quando não há mais possibilidade de cura numa doença na qual apenas as metamorfoses são certas. A convocação à participação de todos na sociedade de controle tem como efeito, no combate ao câncer, um investimento cada vez maior em prevenção e precaução, e na vigilância e monitoramento de cada um sobre cada um a respeito de seus hábitos e condutas. Se não há certezas sobre a cura do câncer, é preciso evitar que ele surja. Para isso os Estados são convocados via OMS a realizar campanhas para que

suas populações se apresentem periodicamente para serem examinadas. A população, por sua vez, é incentivada a adotar “hábitos saudáveis” como uso de preservativo, adoção de uma dieta na qual se evite o consumo de alimentos que podem elevar o risco de doenças, estipulação de horários seguros para a exposição da pele à luz do sol combinada com o uso de loções com proteção contra os raios solares...

O hábito de fumar torna-se alvo não apenas de campanhas que alertam sobre os efeitos colaterais do tabagismo, mas da produção de leis que o proíbem em locais públicos em nome da ameaça à saúde que a fumaça pode causar aos chamados fumantes passivos. A sociedade de controle precisa limpar-se dos detritos da sociedade disciplinar, ultrapassar a degeneração do indivíduo metamorfoseada em degradação, e esta análoga ao que se passou com a chamada natureza do planeta. Se o planeta está poluído, mulheres e homens viciados em tabaco, álcool, anfetaminas recomendadas por receitas médicas e drogas ilegais, ainda que produtivos, precisam ser limpos. A sociedade de controle é adepta da limpeza, do corpo livre de doenças, manchas nos pulmões, tumores, distúrbios psicológicos e doenças mentais, livre de criminosos e prisioneiros, que passam a ser administrados. É preciso seguros e seguranças (IDEM, 2003: 52).

Por fim, na sociedade de controle, onde os asilos, prisões, hospitais, as escolas, o sexo, as crianças são atravessados por direitos ocorre também a transformação dos cancerosos em uma categoria portadora de direitos. No Brasil os pacientes com câncer possuem uma série de direitos sociais que lhes garante prioridade na esfera da Justiça (Lei Federal 10.173, de 9/1/2001; Lei Federal 10.741, de 01/10/2003) aposentadoria por invalidez (Constituição Federal Artigo 201, Lei Federal 8.213, de 24/7/1991), saque de antecipado do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (Lei Federal 8.922, 25/7/1994 – FGTS, artigo 1º, Lei Federal 8.036, de 11/5/1990 – FGTS, artigo 20, XIII e XIV,

Medida Provisória 2.164 de 24/8/2001, artigo 9º), entre outros.

A maior obra de arte de todos os tempos⁸⁵

Na manhã de 11 de Setembro de 2001 integrantes da rede Al-Qaeda sequestraram quatro aviões comerciais com o objetivo de atingir diferentes alvos dentro dos Estados Unidos. Duas aeronaves foram lançadas contra as torres do World Trade Center, em Nova York e uma contra o Pentágono, sede do Departamento de Defesa do país, nos arredores de Washington. O quarto avião *caiu*⁸⁶ sobre um campo na Pensilvânia antes de atingir seu destino final. Estima-se que o voo 93 da United Airlines tivesse como alvo o Capitólio, sede do Congresso estadunidense ou a Casa Branca, residência oficial de presidentes daquele país, ambos localizados em Washington. Os prédios atingidos em horário comercial, sob medida para a cobertura dos meios de comunicação, logo tiveram suas imagens transmitidas mundialmente. O choque do segundo avião contra o WTC foi transmitido ao vivo pelas câmeras de televisão, assim como o desabamento das torres, que viria a ocorrer algumas horas depois.

Internamente os atentados produziram um espírito de coesão nacional e de apoio ao presidente George W. Bush (sobre quem até então pesava o estigma de uma eleição questionável), o que facilitou a adoção de medidas de combate ao terrorismo no plano doméstico e no plano externo, com a chamada *guerra ao terror*. Os atentados imediatamente atraíram a solidariedade internacional para com os Estados Unidos e

⁸⁵ O compositor alemão Carlheinz Stockhausen, logo após os atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova York, teria afirmado que esses ataques terroristas constituíram a maior obra de arte de todos os tempos. Stockhausen estaria, assim, lembrando o papel da destruição do mundo da arte.

⁸⁶ Especula-se que o quarto avião, único a não atingir seu alvo, tenha sido abatido pelo governo estadunidense. Contudo, governo e a imprensa dos EUA divulgaram que, informados por seus celulares sobre a notícia dos outros três aviões sequestrados, os passageiros invadiram a cabine do piloto e provocaram a queda do avião. O governo saudou os “heróis do voo 93” e tem repetidas vezes proposto essa versão. A mesma coisa foi feita pelos grandes jornais e emissoras de TV nacionais.

mobilizaram amplo apoio para derrubar o regime Talibã e destruir a Al-Qaeda, no Afeganistão. Foram celebradas alianças regionais e internacionais para dar apoio à campanha. Os Estados Unidos organizaram uma coalizão internacional para legitimar a guerra ao terrorismo e oferecer-lhe assistência operacional. Serviços de inteligência e forças policiais de países da Europa e da Ásia foram mobilizados para prender suspeitos de pertencerem à Al-Qaeda e interromper a obtenção de recursos financeiros. Centenas de suspeitos foram detidos como “combatentes ilegais” na prisão de Guantánamo, instalação criada especificamente para esse fim (HERZ & AMARAL, 2010: 9- 10).

A declaração formal do conjunto de princípios que passariam a reger a política de combate ao terrorismo internacional está expressa na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, publicada um ano após os atentados. O documento defendia que houvesse uma resposta às ameaças antes que elas estivessem completamente formadas. A estratégia de autodefesa antecipada requeria atuação militar global e apelava à diplomacia para “alterar as condições e ideologias” que permitiam que o terrorismo florescesse. Os denominados *rogue states* (Estados-pária) – Irã, Iraque e Coreia do Norte – foram considerados nações inimigas que oprimiam seus cidadãos, ameaçavam países vizinhos e estavam em processo de obter armas de destruição em massa (ADMs).

Ao utilizar a metáfora da guerra, as lideranças políticas norte-americanas (*sic*) definiram a questão como uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, prescreveram uma solução militar para o problema e acenaram com uma vitória sobre o adversário no futuro, embora as autoridades tenham alertado o público de que a *guerra* seria longa. Nesse contexto, a única alternativa à estratégia ofensiva era a derrota, o que seria inaceitável. A metáfora da guerra também se mostra compatível com a cultura e o discurso político norte-americano (*sic*), que já haviam endossado a guerra às drogas, à pobreza, ao crime e a outros problemas sociais (CRENSHAW, 2010: 69).

Em março de 2006, o governo estadunidense sancionou uma nova Estratégia de Segurança Nacional, na qual reafirmava os princípios presentes na declaração anterior, acrescentando a importância para a promoção da democracia no mundo no combate ao terrorismo. Estabelecer regimes democráticos pelo mundo seria a solução de longo prazo para o problema do terrorismo. Para este fim ser alcançado a curto prazo seria necessária a utilização da força militar (IDEM, 73).

Em suma, apesar de inicialmente ter sido integrada aos grupos islâmicos, a guerra contra o terror convocada por George W. Bush após os atentados não teve apenas um alvo. Ao contrário, o que se observou foi a ampliação da já vasta categoria de ações que podem ser consideradas terroristas e que, portanto, devem ser combatidas pelos Estados.

A guerra ao terror, lançada supostamente como reação à emergência do terrorismo internacional difundiu e dispersou a ameaça terrorista a outros espaços de resistência. Junto ao perigo representado pelo terrorismo religioso, foram destacadas múltiplas resistências ao Estado, que passam desde a associação ao narcotráfico ou grupos paramilitares com o terrorismo, até ligação dos movimentos antiglobalização com a prática do terror. A luta contra o terror torna-se simultaneamente local e mundial e mobiliza práticas de controle e vigilância sob o pretexto da garantia de segurança. A associação do terrorismo às resistências amplia os dispositivos de exceção e exige a adesão de todos ao controle da segurança. As resistências ativas e reativas são deslocadas para o campo do terrorismo. Diante da ameaça terrorista permanente afirma-se a guerra em nome da paz. Impõe-se a guerra preventiva diante da ameaça potencial (DEGENSZAJN, 2009: 171).

Na sociedade de controle o dispositivo de segurança da sociedade disciplinar, combinando biopolítica das populações com equilíbrio diplomático-militar entre os Estados, passa por transformações que anunciam a emergência de um novo dispositivo de segurança ainda em conformação. Emerge uma ecopolítica de controle do meio ambiente, com sustentabilidade, combinada com a biopolítica da sociedade disciplinar

(PASSETTI, 2003: 216).

O fim da Guerra Fria teria possibilitado um desbloqueio da conexão exclusiva entre segurança do Estado/segurança internacional e os aspectos geopolítico-militares abrindo espaço para o aparecimento de novos problemas de segurança, (segurança alimentar, segurança ambiental/climática e segurança energética). Uma ampla gama de problemas para o governo das pessoas, fluxos e do planeta começou a ser securitizada, ou seja, incorporada pelos discursos diplomático-militares dos Estados e nos discursos da ONU como ameaças à segurança dos Estados e à estabilidade internacional. A segurança do Estado não teria sido superada, mas recondicionada à segurança humana, o que articularia de modo inédito uma dimensão universal – os direitos humanos – a um elemento particularista, a segurança de cada Estado (RODRIGUES, 2013b: 143).

Emerge uma ecopolítica de controle do meio ambiental na qual os Estados organizam a centralidade do poder de modo federativo, diluindo nacionalidades e relacionando-se com organizações não-governamentais, segundo o processo de privatização de negócios e serviços. Não haveria, porém, uma desconexão entre essas “novas ameaças” e as tradicionais (militares), mas uma recomposição de definições de segurança (RODRIGUES, 2012: 23).

Na governamentalidade planetária atual há uma produção de condutas, tanto no âmbito doméstico quanto transterritorial, agindo e sendo acionadas por indivíduos, ONGs, coalizões de Estados, organizações regionais e internacionais (RODRIGUES, 2013b: 150). A polícia da conduta de cada um acopla-se à polícia da conduta dos Estados, que podem sofrer intervenções e, mais do que isso, serem destinatários de missões de estabilização e adaptação aos fluxos produtivos contemporâneos, capacitando (indivíduos, governos, ONGs, empresas) para a democracia e para o capitalismo transterritorial, reduzindo resistências e contestações.

A ecopolítica tem como alvo o planeta e os vivos dentro dele: os produtivos e os que o legitimam politicamente. Também são necessárias profilaxias nas zonas planetária citadinas, santuários ecológicos, áreas de recuperação ambiental, ares, mares, rios, reservas e seus respectivos habitantes étnicos. É um investimento político-econômico em federar o planeta implicando compaixão pelos mais pobres, certa retórica relativista a respeito das etnias e culturas, conexão planetária da economia, comunicação e regimes de direito e governo, no qual, em especial, figura a democracia midiática.

O regime de cuidados com o planeta abriga patentes genéticas, ameaça de uso de vírus e bactérias conhecidos e inéditos. Para tanto, as diplomacias praticadas pelos Estados, mas também por empresas, ONGs, partidos, igrejas, organizações ilegais, são fundamentais para estabelecer protocolos, regras, previsibilidades, pacificações de conflitos e acomodações de demandas. A polícia das condutas para a segurança planetária não poderia prescindir dos múltiplos níveis de diplomacia, que se disseminam como prática e como recomendação de conduta para uma vida produtiva, moderada e segura (RODRIGUES, 2013b: 153). É dentro desta nova configuração de forças que se pode pensar o combate ao terrorismo se desenvolvendo de modo análogo ao combate do câncer: é preciso antecipá-lo antes que ele possa existir e controlar seus efeitos, que agora não são mais uma ameaça ao corpo dos Estados individuais, mas ao planeta.

Para Degenszajn (2006: 163), uma nova forma de terror emergiu com os atentados de 11 de Setembro, constituindo um importante redimensionamento no terrorismo, que passava a assumir contornos marcadamente internacionais. De modo distinto do conceito de transnacional e de rede, que tomam ainda o Estado ou outras centralidades como unidades de referência, esse terrorismo *transterritorial* - noção apresentada por Edson Passetti (2007) para analisar uma forma de terrorismo associada ao fundamentalismo islâmico que emerge nos anos 1990 – realizasse-se atravessando

fronteiras nacionais, visando alvos em todo o globo.

O combate a esse terrorismo transterritorial é fluido e se dá nos fluxos da sociedade de controle, atravessando os mesmos fluxos computo-informacionais nos quais se movimentam empresas, governos, ONGs, difundindo-se pelo planeta e lançando mão de tecnologias de rastreamento sideral e eletrônico, prisões discricionárias, torturas e assassinatos, monitoramento de condutas, invasões e ocupações militares articuladas por coalizões de democracias liberais. “A guerra ao terror e a *jihad* formam um duplo complementar que realiza planeta uma guerra sem espacialidade, combatentes, jurisdição e temporalidade definidos” (RODRIGUES, 2013: 215).

Outras guerras

A noção de que os atentados de 11 de Setembro marcaram o surgimento de novas forças de oposição ao Ocidente é um equívoco, considerando que essas forças já estavam presentes muito tempo antes dos acontecimentos (DEGENSZAJN, 2006). A Al-Qaeda, grupo político que assumiu a autoria dos atentados, se formou no final da década de 1980 e sua origem remonta à disputa entre Estados Unidos e União Soviética no contexto da Guerra Fria. Entretanto, foi a partir dos atentados contra os Estados Unidos, seguidos dos ataques à bomba em estações e trens do metrô em Madri, em março de 2004, e de Londres, em julho de 2005, que a Al-Qaeda passou a representar de fato a materialização de uma nova prática de conflito, uma “guerra não convencional” em escala mundial (DUARTE, 2011: 95). Nesse sentido os atentados estabeleceram a consolidação de uma tendência na chamada política de segurança internacional, estabelecendo um conflito global entre forças soberanas estatais e uma rede terrorista transterritorial.

A emergência do terrorismo internacional do século XXI está relacionada ao contexto da Guerra Fria e à instrumentalização dos conflitos regionais na disputa travada entre as duas superpotências. Conforme se aproximava o fim da bipolaridade, o terrorismo começou a aparecer no discurso político estadunidense como uma ameaça ao interessa nacional e à paz mundial. Esse processo teve duas frentes importantes: de um lado, pelo movimento de aproximação do terrorismo a outras atividades ilícitas, como o tráfico de entorpecentes (tanto nas resoluções da ONU como na política externa estadunidense), de outro, a produção intelectual dos neoconservadores (que anos antes dos atentados da Al-Qaeda apontavam o terrorismo como a próxima ameaça à paz universal).

Em 17 de junho de 1971, Nixon anunciou em mensagem ao Congresso “um ataque em todos os níveis ao problema do abuso de drogas nos Estados Unidos”, que identificava como o “inimigo público número um do país”. Mais ou menos na mesma época, o discurso governamental estadunidense passou a associar as atividades de grupos guerrilheiros de esquerda nos países andinos (Bolívia, Peru e Colômbia) aos narcotraficantes da região, o que configuraria a ascensão de um novo perigo para a ordem política na América do Sul: o narcoterror, uma modalidade de terrorismo que buscava nos rendimentos de psicoativos ilegais uma fonte de recursos para suas atividades. Tanto no caso das guerrilhas de esquerda dos Andes, quanto no caso dos grupos fundamentalistas do Paquistão, a produção e comercialização de substâncias psicoativas foram tratadas pelo discurso da segurança internacional como atividades criminosas de financiamento do terrorismo.

A proibição da produção e comercialização e venda de substâncias entorpecentes teve origem na passagem entre os séculos XIX e XX, quando crescia o debate sobre a situação legal das drogas psicoativas na sociedade estadunidense. Naquele momento

substâncias como morfina e cocaína não eram encapadas pela legislação daquele país. A conferência de Xangai, China, em 1909, reuniu Inglaterra, França, Alemanha, Portugal, Holanda, Estados Unidos. O encontro inaugurou a prática de encontros diplomáticos para o controle de drogas psicoativas. Em 1912, em Haia, na Holanda, que resultou num documento em que se exigia a limitação da produção e venda de opiáceos e da cocaína.

Em 1914, os Estados Unidos aprovaram a Harrison Narcotic Act, lei que proibiu o uso de psicoativos sem finalidades médicas. O texto criava a figura do traficante (que deveria ser perseguido e encarcerado) e do viciado (o doente que deveria ser tratado, mesmo compulsoriamente). Começava a se estabelecer a economia do narcotráfico. Segundo Rodrigues (2003), a proibição das drogas psicoativas colocava sob suspeita uma faixa da população que costumava ser vigiada e controlada por aparatos repressivos do Estado - negros, hispânico, chineses e irlandeses. A associação dessas comunidades com o uso e comércio das substâncias ilícitas criou possibilidades para que elas passassem a ser assediadas pelas forças policiais sob a justificativa de combate ao tráfico. Essas comunidades eram tidas pelos estadunidenses brancos, protestante, de origem anglo-saxônica como entidades perigosas por seus hábitos e pobreza.

Na década de 1920, os Estados Unidos começaram a se preparar para que o modelo terapêutico-repressor conduzido no plano interno fosse internacionalizado. A conferência para o tráfico ilícito, encerrada em 1936 em Genebra, na Suíça, trazia uma cláusula que obrigava a todos os signatários a criar departamentos próprios de repressão ao tráfico de psicoativos, nos moldes daqueles instalados nos Estados Unidos na década anterior. Além disso, o governo dos Estados Unidos manteve a postura de influenciar o endurecimento das leis em outros Estados por meio da assinatura de acordos internacionais (IDEM, 2004).

Contudo, a postura proibicionista inaugurada no início do século XX não

impediu que o governo estadunidense fosse complacente com a produção e o tráfico de substâncias psicoativas quando os Estados envolvidos com esses ilegalismos eram aliados políticos e de empreender ações militares contra eles uma vez terminadas as alianças.

O combate ao narcotráfico foi a justificativa usada pelas forças estadunidenses para a operação Justa Causa, em 1989, no Panamá, para capturar o então presidente do país, Manuel Noriega, sob a acusação de favorecer o tráfico de cocaína. Poucos anos antes, Noriega havia sido fundamental para a política estadunidense de apoio aos guerrilheiros de direita, conhecidos como Contras, que lutavam para retomar o Estado na Nicarágua sandinista. O esquema de financiamento dos Contras, descoberto em 1987, incluía a permissão para que aviões com cocaína colombiana cruzassem o Panamá com destino aos Estados Unidos, em troca de “pedágio”, que era destinado ao treinamento e compra de equipamentos para os Contras.

A operação Justa Causa foi a primeira intervenção internacional do governo de George H. W. Bush (1989-1993). O exército estadunidense enviava seus soldados para combaterem em território estrangeiro sem que houvesse uma declaração formal de guerra, tal como fizera durante a Guerra Fria. Porém o inimigo a ser combatido não era mais o comunismo, e sim o tráfico de drogas associado ao terrorismo.

No Afeganistão, o cultivo da papoula e a produção do ópio desde o período da Guerra Fria eram de conhecimento dos governos estadunidenses e foram tolerados pelo governo Reagan como fonte de renda para financiar a resistência dos *mujahedin* durante a invasão do país pela União Soviética. Décadas mais tarde, essas mesmas atividades passaram a ser vistas como base para o autofinanciamento de células terroristas que operariam a partir do Afeganistão. Assim, a explosão de um carro-bomba no subsolo do World Trade Center, em 1993, os atentados às embaixadas estadunidenses no Quênia e

na Tanzânia, em 1998 e o ataque ao navio de guerra USS Cole, no Iêmen, em 2000, foram tratados pelo discurso governamental estadunidense como inter-relacionados, apontando para a existência de uma rede internacional de terroristas, a Al-Qaeda, chefiada pelo saudita Osama bin Laden (RODRIGUES, 2006: 155).

O neoconservadorismo é uma escola de pensamento surgida na década de 1970 e que tem como características principais a crença no valor universal do modelo democrático estadunidense, a defesa do intervencionismo dos Estados Unidos em outros países, unilateralismo, valorização do uso do poder militar, crítica ao relativismo moral e a defesa dos “valores tradicionais” (WASP) dos Estados Unidos.

O surgimento do neoconservadorismo tem como pano de fundo o desencantamento de militantes do Partido Democrata com as mudanças culturais das décadas de 1960 e 1970 (vistas como prejudiciais para a sociedade estadunidense) e a preocupação com o combate ao comunismo durante a Guerra Fria (que na avaliação desses dissidentes não estava recebendo atenção suficiente do Partido Democrata) (SOUTO, 2009). A ruptura ocorreu quando essa corrente democrata decidiu aderir à candidatura de Nixon, em 1972, insatisfeita com a postura isolacionista que predominava no partido. O termo neoconservador surgiu, então, para designar esses militantes democratas que haviam mudado de lado. Com o passar dos anos, os neoconservadores ganharam espaço dentro do Partido Republicano tendo como ponto alto de sua influência o governo de Ronald Reagan na década de 1980 (TEIXEIRA, 2007a).

Após o fim da Guerra Fria essa doutrina perdeu seu principal foco de atuação, até então concentrado no combate ao comunismo. Durante alguns anos o discurso neoconservador passou por uma reorientação: a preocupação passou a ser o papel que os

Estados Unidos desempenhariam no mundo após o epílogo da tensão Leste-Oeste. Termos como unipolaridade, império e hegemonia se tornaram constantes no discurso neocon. Até que com os atentados de 11 de Setembro a necessidade de ter um inimigo a ser combatido foi suprida e o terrorismo internacional foi incorporado no discurso neoconservador como a principal ameaça para os interesses dos Estados Unidos (TEIXEIRA, 2007b).

Cinco anos antes dos atentados de 2001, dois expoentes do pensamento conservador, William Kristol e John Kagan publicaram um artigo intitulado “Toward a neo-reaganite foreign policy”⁸⁷, no qual criticavam o governo Clinton de enfraquecer a defesa do país reduzindo seu orçamento, apesar da falta de um perigo imediato e significativo para os Estados Unidos. Segundo eles, o país deveria mandar uma mensagem clara aos possíveis atacantes: nem pense nisso (TEIXEIRA, 2007a: 180). Com os atentados de 11 de Setembro de 2001, os neoconservadores, que haviam sido bastante influentes na administração de George H.W. Bush (1989-1993) tiveram a oportunidade de novamente influenciar a política externa daquele país⁸⁸.

Até o 11 de Setembro de 2001 era difícil para os formuladores de políticas governamentais promoverem um senso de urgência com relação ao terrorismo a menos que um Estado fosse considerado patrocinador dessas atividades. Quando o terrorismo tornava-se o centro das atenções isso ocorria por duas razões. A primeira partia da premissa de que o terrorismo era um substituto da guerra e, portanto, estaria relacionado

⁸⁷ Artigo publicado na revista *Foreign Affairs* na edição de julho/agosto de 1996 disponível em <http://www.foreignaffairs.com/articles/52239/william-kristol-and-robert-kagan/toward-a-neo-reaganite-foreign-policy>. Acessado em 15/08/2011.

⁸⁸ Um ano antes dos atentados o *think tank* neoconservador Project For a New American Century (PNAC) publicou um texto chamado “Rebuilding America’s Defenses”, que serviu de base para a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, que sintetizava os princípios da guerra ao terrorismo. Paul Wolfowitz, que durante o governo de George W. Bush ocupou o cargo de presidente do Banco Mundial na ocasião era um dos participantes do projeto.

aos conflitos entre Estados; a segunda estava relacionada ao uso de armas de destruição em massa (ADMs). Na ausência dessas duas características o terrorismo era considerado um complicador relacionado a outros problemas, principalmente no conflito árabe-israelense. Apesar disso, bem antes dos atentados de 2001 essa questão começou a ganhar importância das gestões de outros presidentes estadunidenses.

Reagan via o terrorismo como uma ameaça à credibilidade do país e seu vice-presidente George H. W. Bush desde 1981 pedia a criação de um órgão central capaz de coordenar a geração e troca de informações de inteligência dentro do governo. A Casa Branca sob a liderança de Clinton desejava inicialmente distinguir-se de seus antecessores tratando o terrorismo como apenas uma dentre as várias ameaças externas ou transnacionais letais e não como um instrumento de agressão de um Estado. Apesar disso este governo já manifestava preocupações com a possibilidade da Al-Qaeda realizar um atentado em território estadunidense (CRENSHAW, 2010: 61-62).

O governo Clinton tomou posse adotando a noção de que o terrorismo se encaixava melhor na categoria de problemas “modernos”, tais como o crime organizado global, epidemias e desastres ambientais. Os perigos não eram representados como ameaças direcionadas especificamente aos interesses norte-americanos (sic), mas como perigos comuns enfrentados por todos os Estados. (...) A política norte-americana de relacionamento com o terrorismo baseava-se em quatro princípios: nenhuma concessão ou atendimento às demandas dos terroristas, sanções contra os Estados que protegiam os terroristas, cooperação internacional e implementação do Estado de direito (IDEM, 64).

A relativa cautela com que o governo Clinton tratou o tema no início de seu mandato passou por uma reorientação à medida que alguns acontecimentos - como o primeiro atentado ao WTC, em 1993 ou os ataques da seita Aum Shinrikyo com gás sarin ao metrô de Tóquio – produziram um “senso de urgência” acerca da possibilidade do uso terrorista de ADMs, principalmente armas químicas e biológicas. A defesa do

território nacional contra possíveis ataques terroristas se tornou uma preocupação dos formuladores de políticas governamentais.

Entre 1996 até 2001 houve uma ampliação das operações secretas da CIA com o intuito de desbaratar as atividades de Bin Laden. Clinton respondeu aos atentados a bomba na África Oriental com ataques de mísseis a uma indústria farmacêutica no Sudão suspeita de manter ligações com a Al-Qaeda e a campos de treinamento no Afeganistão. O governo, porém, acreditava que a população não apoiaria uma escalada de esforços militares contraterroristas, principalmente se a operação envolvesse o uso de tropas terrestres (IDEM, 65-66). Nesse sentido, o 11 de Setembro de 2001 tirou o terrorismo da obscuridade, conferindo-lhe papel central nos debates sobre segurança.

Após os atentados o governo Bush imediatamente declarou guerra ao terrorismo, que passou a ser tratado como uma ameaça à segurança nacional exigindo uma solução militar para o problema. A metáfora da guerra, compatível com a cultura e com o discurso político daquele país – que já havia declarado guerra ao câncer, às drogas, ao crime e a outras questões sociais – acenava com a possibilidade de vitória no futuro. A partir daí o Estado estava disposto a utilizar meios que antes pareciam politicamente inaceitáveis, como a intervenção com tropas terrestres em território estrangeiro com vistas a derrubar regimes que apoiavam organizações terroristas e destruir suas bases operacionais. A campanha militar batizada de Operação Liberdade Duradoura inicialmente recebeu o nome de Operação Justiça Infinita. Enquanto o nome original pressupõe um embate eterno, o segundo, mais suave, sinaliza para um longo horizonte da luta antiterror. Não se tratava mais de fazer justiça, mas de assegurar a liberdade capitalista e democrática para o mundo.

A declaração formal de um novo conjunto de princípios veio um ano após os atentados, com a publicação da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos

da América⁸⁹. Embora muitos elementos desse plano antecedessem os atentados e a gestão de George W. Bush, o documento marca um redirecionamento no papel que o país atribuía para si na política internacional. A partir daquele momento, opor-se ao terrorismo e impedir que os Estados adquirissem ADMs era prioritário para o interesse nacional. Reconhecia-se que atores não-estatais eram inimigos importantes e que Estados fracos eram perigosos. As ameaças deveriam ser interceptadas antes que estivessem completamente formadas. A estratégia requeria presença militar global. Ao mesmo tempo, enfatizava a diplomacia e a guerra de ideias para deslegitimar o terrorismo e “alterar condições e ideologias que permitiam que este florescesse” (IDEM, 44).

Em fevereiro de 2003 o governo dos Estados Unidos divulgou um documento complementar, a Estratégia Nacional Para o Combate ao Terrorismo, no qual anunciava seu intuito de eliminar o terrorismo, entendido como uma ameaça ao modo de vida estadunidense. A estratégia serviu de base para a intervenção militar para derrubar o Saddam Hussein do governo. O governo Bush acusou o Iraque de estar vinculado à Al-Qaeda e de possuir ADMs. A intervenção no país era justificada pelo governo do país como parte da guerra global contra o terrorismo, uma guerra preventiva com o intuito de impedir a concretização de novos atentados terroristas nos Estados Unidos.

Após a vitória militar dos Estados Unidos no Iraque, em 2006, foi sancionada uma nova Estratégia de Segurança Nacional que reafirmava os princípios presentes no texto anterior e anunciava que a política interna dos países era tão importante quanto a distribuição de poder no sistema internacional. Assim, o objetivo da política externa daquele país deveria ser a promoção da democracia pelo mundo. A longo prazo a

⁸⁹ The National Security Strategy of the United States of America (Setembro de 2002) disponível no site do Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos. Acesso em 15/09/2012.

solução para o problema do terrorismo seria estabelecer regimes democráticos, embora a curto prazo a utilização da força militar com este propósito fosse necessária (IDEM, 73).

A guerra contra o terrorismo ultrapassa o choque armado no Iraque e no Afeganistão e inclui esforços nos campos político-diplomático, econômico, militar e de inteligência⁹⁰. A criação de dispositivos jurídicos como o *USA Patriot Act* e reformas na legislação para tipificar o crime de terrorismo ou definir padrões excepcionais para a investigação de suspeitos foi acompanhada da criação de áreas de indeterminação jurídica como Guantánamo⁹¹ e outras prisões secretas mantidas pela CIA (*black sites*) fora dos Estados Unidos⁹².

Aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 26 de outubro de 2001, a lei batizada como USA Patriot Act (Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act, algo como Ato de Unir e Fortalecer a América Providenciando Ferramentas Apropriadas Necessárias para Interceptar e Obstruir o Terrorismo) concede poderes excepcionais à polícia e ao serviço secreto, como a possibilidade de fazer escutas telefônicas, violar a correspondência e as comunicações pela Internet, invadir domicílios, deter cidadãos e promover interrogatórios sem a necessidade de autorização judicial prévia, mas por meio de “mandados em regime especial”. A lei também autoriza a detenção, deportação e prisão incommunicable de cidadãos considerados suspeitos de terrorismo, o que é pior no caso de estrangeiros, que podem vir a ser presos por tempo indeterminado sem uma acusação formal.

⁹⁰ The National Security Strategy of the United States of America (Setembro de 2002) disponível no site do Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos. Acesso em 15/09/2012.

⁹¹ “The Guantanamo Files”. The Guardian, acesso em 15/09/2012.

⁹² “CIA Black Sites” (Huffington Post); “The hidden history of the CIA’s prison in Poland” (The Washington Post); “The black sites” (The New Yorker). Acesso em 27/05/2014.

Embora tenha sido aprovada sob o forte impacto dos atentados ao World Trade Center e Pentágono, dez anos depois a lei continua em vigor. Em 25 de maio de 2011 o presidente Barack Obama sancionou a extensão da lei por mais quatro anos, alegando que ela constitui uma importante ferramenta para o enfrentamento da ameaça terrorista. A expiração da lei não interromperia as investigações em curso, mas impediria o início de novas investigações dentro dos parâmetros da Lei Patriótica.

O Campo de Detenção da Baía de Guantánamo foi mantido pelo governo estadunidense desde janeiro de 2002 para encarcerar suspeitos de atividades terroristas. Os presos são chamados de “combatentes inimigos ilegais”, que lhes impede o acesso a qualquer tribunal, assim como a proteção da Convenção de Genebra, que rege o tratamento aos prisioneiros de guerra. A entrada de advogados na prisão só foi permitida em 2004, quando a Suprema Corte dos Estados Unidos estabeleceu que os presos poderiam pedir *habeas corpus*. A situação dos prisioneiros se agravou com a Lei de Comissões Militares, sancionada por Bush em 17 de outubro de 2006, autorizando o uso de técnicas “coercitivas” em interrogatório (a técnica do “afogamento simulado”, empregada para obter as informações que teriam levado à operação que matou Osama Bin Laden não é considerada tortura) e a instalação de tribunais militares para julgar suspeitos de terrorismo.

Outra ferramenta utilizada pelos Estados Unidos fora de seu território é o programa de rendição extraordinária (*extraordinary renditions program*), introduzido pela Agência de Inteligência Americana (CIA) durante o governo Bush (TOSI, 2011). As rendições consistem na atuação de forças-tarefas da CIA em território estrangeiro, com ou sem o auxílio de agentes do serviço secreto nacional para prender suspeitos de terrorismo. Esses presos são levados para prisões cuja localização é mantida em segredo. Em setembro de 2006, cinco anos após os atentados ao WTC, o governo

estadunidense admitiu, pela primeira vez, que a CIA mantinha prisões secretas fora daquele país, conhecidas como *black sites*⁹³. Localizados fora da jurisdição territorial americana, em países como Síria, Egito, Marrocos, Jordânia, Iêmen, Líbano e Afeganistão as prisões secretas são destinados aos suspeitos de terrorismo.

De acordo com o relatório do Conselho da Europa⁹⁴, que supervisiona a política de direitos humanos no continente, pelo menos 14 países europeus colaboraram com os voos secretos da CIA para essas instalações. Espanha, Turquia, Alemanha e Chipre foram postos de passagem para as operações de rendição e Grã-Bretanha, Portugal, Irlanda e Grécia foram pontos de escala. Itália, Suécia, Macedônia e Bósnia permitiram a prisão de residentes em seu território e Polônia e Romênia mantiveram prisões secretas em seus territórios.

O funcionamento dessas ferramentas empregadas na guerra ao terror - USA Patriot Act, a prisão de Guantánamo e os *black sites* - remetem à reflexão de Walter Benjamin sobre o Estado de Exceção nos anos 1940, retomada por Giorgio Agamben (2003) nos últimos anos. Benjamin afirmava que naquele contexto histórico em que se presenciava a ascensão dos regimes nazifascistas na Europa, o “estado de exceção”, regime jurídico caracterizado pela suspensão do próprio direito. Se as formulações de Benjamin vieram à luz no contexto de um regime totalitário, hoje a suspensão do Direito se dá em pleno Estado democrático, mantendo dispositivos que permitem anular todo o estatuto jurídico do indivíduo, produzindo-se um ser “juridicamente inominável e inclassificável”. Para Agamben o estado de exceção é agora exercido em escala global e próprio do funcionamento das democracias contemporâneas.

A abordagem das Nações Unidas após os atentados de 11 de Setembro de 2001

⁹³ “Bush admits to CIA secret prisons”. BBC News. Acesso em 26/05/2014.

⁹⁴ “Conselho da Europa: voos europeus não garantem direitos humanos”. UOL Notícias. “Entenda as alegações de voos da CIA na Europa”. BBC Brasil. Acesso em 26/05/2014.

em relação ao terrorismo, assim como a abordagem paliativa, tem sido multidisciplinar. Em 28 de setembro daquele ano o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1373, para impedir o financiamento do terrorismo, criminalizar a coleta de fundos para este fim e congelar imediatamente os bens financeiros de indivíduos e organizações considerados terroristas. Em 2002 a Assembleia Geral adotou a Resolução 57/83, primeiro texto contendo medidas para impedir a aquisição de armas de destruição em massa e o acesso a armas químicas e biológicas. Em 2004, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1540, obrigando os Estados a interromperem qualquer apoio a agentes não-estatais para o desenvolvimento, aquisição, produção, posse, transporte, transferência ou uso de armas nucleares, biológicas e químicas e seus meios de entrega. Posteriormente, a Assembleia adotou a Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, aberta para assinatura em 2005⁹⁵.

Atualmente o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), localizado em Viena (Áustria), conduz o esforço internacional para combater o tráfico de drogas, o crime organizado e o terrorismo internacional. Além de analisar novas tendências da criminalidade e da justiça, o escritório divulga pesquisas globais, reúne e divulga informações, faz avaliações sobre as necessidades específicas de cada país e medidas de alerta sobre, por exemplo, o aumento do terrorismo.

As medidas adotadas pelo governo estadunidense e Nações Unidas após o 11 de setembro não foram capazes de impedir atos de terroristas, assim como a guerra contra o câncer declarada por Nixon não foi capaz de encontrar uma cura para a doença. Porém hoje, junto à multiplicidade de tratamentos e à pesquisa a respeito dos fatores carcinogênicos, crescem as formas de detecção da doença, exames que, se não são capazes de impedir a manifestação do câncer no organismo, conseguem detectar a

⁹⁵ “A ONU e o Terrorismo”, site das Nações Unidas no Brasil. Acesso em 27/05/2014.

presença de células cancerígenas antes da formação do tumor. Atualmente as políticas públicas recomendadas pela OMS estão voltadas para a realização de exames para detecção precoce dos cânceres mais comuns e de “medidas eficazes de prevenção para conter a doença”.

No que tange ao terrorismo, as atividades das Nações Unidas vão na mesma direção das medidas adotadas para o combate ao câncer, investindo em securitizações e monitoramentos para limitar a expansão do terrorismo. Estes vão dos monitoramentos eletrônicos (compostos por programas de computador espões e de segurança e as chamadas câmeras de circuito interno espalhadas pelas ruas a céu aberto) aos monitoramentos realizados por cidadãos comuns (AUGUSTO, 2013: 283).

Reaviva-se no pós 11 de Setembro o perigo do monstro político: todos são potencialmente terroristas. Desde modo proliferam instrumentos legislativos para contenção da ameaça terrorista. Em 2002, o UNODC lançou seu Projeto Global contra o Terrorismo ⁹⁶ com a provisão de assistência técnica e jurídica para fortalecer o regime legal contra o terrorismo, prestando assistência técnica e jurídica para os países membros da ONU implementarem instrumentos universais antiterrorismo .

A punição para o crime de terrorismo no Brasil está previsto na Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e estabelece seu processo e julgamento. Esta lei prevê os crimes contra a integridade territorial e a soberania nacional, o regime representativo e democrático, a federação e o estado de direito e a pessoa dos chefes dos poderes da União. O texto menciona a palavra terrorismo apenas uma vez, no Art. 20. “Devastar, saquear, extorquir, roubar, seqüestrar, manter em cárcere privado, incendiar, depredar, provocar explosão, praticar atentado pessoal ou atos de terrorismo, por inconformismo político ou

⁹⁶ “United Nations Office on Drugs and Crime” (www.unodc.org) acesso em 13/01/2013.

para obtenção de fundos destinados à manutenção de organizações políticas clandestinas ou subversivas. Pena: reclusão, de 3 a 10 anos”.

A Constituição Federal de 1988 faz menção à palavra terrorismo duas vezes. No Art. 4º, o repúdio ao terrorismo e ao racismo aparece como um dos princípios fundamentais, da República Federativa do Brasil constituída como Estado democrático de direito. O mesmo artigo cita como princípios fundamentais a prevalência dos direitos humanos, a concessão de asilo político e a solução pacífica dos conflitos. No Capítulo I, Art.5º, referente a direitos individuais e coletivos, a lei considera crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, definidos como crimes hediondos e, portanto, inafiançáveis. Também constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. Este mesmo artigo afirma que: ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante; é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; a inviolabilidade da intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas; que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; é plena a liberdade de associação para fins lícitos.

Recentemente atos de terrorismo voltaram a ser mencionados na legislação brasileira, na lei 12.850, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal. Sancionada em 12 de agosto de 2013, a lei considera organização criminosa a associação de quatro ou mais pessoas “estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais

cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional”.

A lei também se aplica “às organizações terroristas internacionais, reconhecidas segundo as normas de direito internacional, por foro do qual o Brasil faça parte, cujos atos de suporte ao terrorismo, bem como os atos preparatórios ou de execução de atos terroristas, ocorram ou possam ocorrer em território nacional”. A pena por constituir, financiar ou integrar organização criminosa varia de 3 a 8 anos de reclusão mais multa. Em qualquer fase da persecução penal serão permitidos como meios de obtenção da prova o acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais; interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica; afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal; atuação de policiais infiltrados.

Ainda não existe no Brasil uma lei específica para a penalização do terrorismo. Entretanto, a tipificação do crime de terrorismo consta em dois projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, a reforma do Código Penal Brasileiro (PLS 236/2012), de 09 de julho de 2012 e o Projeto de Lei Antiterrorismo (PLS 499/2013). Esta prevê penas de 8 a 20 anos para quem promover o “terror” em estações de trem, instituições de ensino e prédios do Poder Executivo; 3 a 8 anos para quem “incitar o terrorismo” e 15 a 30 anos para quem provocar ou difundir o terrorismo de alguma forma. Em caso de morte, a pena aumenta de 24 a 30 anos.

Enquanto os projetos de lei aguardam votação, anarquistas e militantes de esquerda voltam a ser tratados como sujeitos perigosos e sob constante suspeita, presos e processados por atentados que nunca aconteceram, assim como partes do corpo que

são extirpadas preventivamente para evitar o câncer⁹⁷.

Cuidados paliativos

Passetti (2006: 95) afirma que no final do século XX deixava uma impressão de que os terrorismos haviam sido banidos do rol das práticas de contestação. A desativação das Brigadas Vermelhas e da RAF, somadas à emergência da União Europeia e seu efeito apaziguador sobre movimentos separatistas como ETA e IRA, supunha-se que bastava aos grandes Estados e suas agências internacionais administrarem a desativação de organizações residuais para que a globalização consagrasse a universalização da democracia.

A promessa de um mundo sem guerras, baseado na crença de que as democracias não se atacam mutuamente, se chocava com o fim do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), prática norteadora dos Estados ocidentais no pós Segunda Guerra. Em um mundo em que o perigo da guerra total estava descartado e que os conflitos locais seriam geriam gerenciados pelas grandes potências e pelas Nações Unidas na forma de intervenções humanitárias, o Estado que não se dispunha mais a prover serviços sociais a seus cidadãos se deparou com uma crise de legitimidade e com isso precisava buscar (ou retomar) uma forma de justificar sua existência. “Retirada a roupagem de provedor de bem-estar, o Estado reassumiria assim, sua face primeira e

⁹⁷ Desde as Jornadas de Junho, momento em que protestos de rua tomaram conta das ruas de praticamente todas as capitais brasileiras, que se observa nos meios de comunicação e nas declarações de autoridades tentativas de aproximar as depredações promovidas por manifestantes adeptos da tática *black block* ao anarquismo e ao terrorismo. Em outubro de 2013 o pintor Humberto Caporalli e a estudante Luana Lopes foram presos com base na Lei de Segurança Nacional (que pune crimes de terrorismo) sob a acusação de portar explosivos e bombas de gás lacrimogêneo. Em fevereiro de 2014 o então vice-presidente da República, Michel Temer, na ocasião da morte do cinegrafista Santiago Andrade (morto pela explosão de um rojão quando cobria uma manifestação contra a Copa do Mundo) afirmou haver um certo tipo de terrorismo nas manifestações. Os protestos contra a realização da Copa foram marcadas pela extrema violência por parte das forças repressivas do Estado e por uma série de prisões ilegais, nas quais os manifestantes tinham pedidos de habeas corpus recusados por pertencerem à “esquerda caviar”, como aconteceu com Fábio Hideki e Marcelo Lusvarghi, presos sob acusação de liderar os Black blocks. Neste processo de criminalização indiscriminada o morador de rua Rafael Vieira foi condenado a cinco anos de prisão por portar frascos de detergente e água sanitária. O Ministério Público o acusou de portar aparato incendiário ou explosivo.

mais fundamental: prover segurança em termos hobbesianos. O *welfare state* deixa emergir um *warfare state*, mais uma vez explicita a afirmação de Foucault da política como guerra constante” (RODRIGUES, 2006: 159).

A manutenção da ordem global na sociedade de controle impulsiona a passagem de um sistema baseado no equilíbrio de poder entre Estados e nos arranjos diplomáticos precários para novas e ágeis modalidades de governo e regulamentação das relações planetárias. Está em jogo ordenar fluxos globais e governar o planeta, numa época em que os terrorismos se proliferam e se infiltram feito células cancerosas. Nesse contexto, os atentados de 2001 imprimiram uma nova diretriz geral à segurança nacional estadunidense e a de seus aliados — a *guerra ao terror* —, influenciando a definição do terrorismo fundamentalista como o principal inimigo à ordem internacional no início do século XXI.

Contudo, as medidas adotadas pelas Nações Unidas após o 11 de setembro não foram capazes de impedir atos de terroristas. Outros grandes atentados voltaram a ocorrer mesmo após o aumento das medidas de prevenção e repressão do terrorismo: os ataques à sede da ONU em Bagdá (agosto de 2003), a explosão de bombas nos trens em Madrid (março de 2004), no metrô de Londres (julho de 2005) e no metrô de Moscou (março de 2010).

No dia 7 de janeiro de 2015 dois homens armados invadiram a sede do jornal satírico francês Charlie Hebdo matando doze pessoas e deixando outras onze feridas. Em novembro de 2011 o jornal havia sido atacado após ter publicado charges do profeta Maomé. “Jornais como o New York Daily News, o The Independent, a rede CNN e a Associated Press noticiaram o atentado, mas borraram as imagens iconoclastas do semanário francês com medo de represálias. Comentaristas se pronunciaram contra os excessos de Charlie Hebdo, reforçando que o livre pensar democrático supõe

moderações que se ajustam aos preceitos da tolerância, mas cujo reverso é também o medo, e como tal entrega vitórias aos inimigos” (PASSETTI, 2015).

Uma semana depois do ataque ao semanário francês um vídeo divulgado por uma célula da Al-Qaeda do Iêmen reivindicou a autoria dos atentados realizados pelos irmãos Cherif e Said Kouachi, que teriam viajado ao país em 2011, onde teriam obtido treinamento e as armas para a ação⁹⁸. Os dois atiradores foram mortos dois dias depois em uma mega operação das forças de segurança francesas que mobilizou um contingente de 88 mil homens⁹⁹.

Poucos dias após os atentados quase quatro milhões de pessoas ocuparam as ruas de Paris para protestar contra o terrorismo *jihadista*. Muitos seguravam cartazes em solidariedade aos cartunistas mortos que diziam “Je Suis Charlie” (Eu sou Charlie)¹⁰⁰. A manifestação reuniu 50 chefes de Estado, que caminharam de braços dados, separados da multidão um cordão de guarda-costas. Entre eles estavam presidente da França, François Hollande, o premiê britânico, David Cameron, a chanceler alemã, Angela Merkel, o premiê italiano, Matteo Renzi, o premiê espanhol, Mariano Rajoy, o chefe de governo israelense Benjamin Netanyahu e o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP) Mahmoud Abbas. Após duas semanas o governo francês anunciou medidas para combater o terrorismo no país. Em até três anos, 2,7 mil pessoas serão contratadas para os serviços secretos de segurança e de justiça. O primeiro-ministro, Manuel Valls, anunciou que 3 mil pessoas que vivem na França deverão ser vigiadas

⁹⁸ “Al-Qaeda do Iêmen reivindica atentado contra o Charlie Hebdo”, portal G1/Mundo. Acesso em 14/1/2015.

⁹⁹ “França reforça segurança com 88 mil em todo país e caçada continua”, O Globo (online), acesso 08/1/2015.

¹⁰⁰ “Paris, a capital mundial contra o terror”. El País/Brasil (site). Acesso em 11/01/2015.

suspeitas de ligações com redes terroristas¹⁰¹.

O ataque ao Charlie Hebdo deixou claro que as lutas de direita e esquerda em torno da questão islâmica se tornam cada vez mais intensas e difíceis. De um lado, a reação xenófoba, de outro lado, os atos de terror organizado islâmico. De um lado, a democracia a ser preservada e, de outro lado, a democracia que mais uma vez alimenta as forças reativas fascistas em nome da defesa da identidade nacional e/ou europeia. “Mais uma vez, democracia e teocracia se batem, desde os anos 1990, alastrando os chamados estados de violência cada vez mais comuns. Cresce a olhos vistos o medo do islamismo como difusor de uma guerra santa, o que fortalece a direita. A esquerda, por sua vez, recorre aos preceitos legais e de direitos, mas se torna inofensiva diante do islamismo político e violento refratário à democracia (...) Mas a Europa, hoje unificada, pensa a si mesma a partir de si própria. E teme o islamismo”. (PASSETTI, 2015).

Os combates empreendidos pelos Estados não têm sido suficientes para derrotar terroristas que transitam nos mesmos fluxos da economia legal e que também tem acesso a modernas armas e recursos tecnológicos. Em nome do combate a esses grupos fluídos e móveis, foi declarada uma guerra que é cotidiana e capilar, ampliando controles sobre portos, aeroportos, correspondências, e-mails, chamadas telefônicas. Assim, a guerra entre Estados e grupos não-estatais — terroristas, guerrilheiros e mercenários — se perpetua e generaliza (RODRIGUES, 2009: 3-4). Nesses estados de violência não está mais em jogo a eliminação das ameaças, mas de mantê-las sob controle por meio de abordagens múltiplas, tal como um paciente terminal é encaminhado para os cuidados paliativos.

O objetivo da medicina com relação ao câncer continua sendo primeiramente

¹⁰¹ “Governo da França anuncia medidas de combate ao terrorismo no país”. Acesso 21 de janeiro de 2015.

eliminar os tumores. Ao longo dos últimos séculos se produziram técnicas variadas para este fim. Técnicas que podem ser usadas isoladamente ou combinadas, mas que possuem em comum o fato de se remeterem a um saber médico institucionalizado que tem o Estado como regulador e promotor. De modo análogo, o Estado continua dedicado a eliminar os indivíduos perigosos que, se não forem extirpados como o câncer, podem vir a constituir uma ameaça à sua existência. Quando a doença é descoberta em estágio avançado ou quando o saber médico não consegue êxito, então a missão da medicina passa a ser controlar seus sintomas. Porém, o terrorismo como câncer não perde a vitalidade, no sentido que resiste, se espalha, se modifica, apesar de todas as terapias de choque a que é submetido.

O fim da guerra

Em 19 de agosto de 2003 o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, 55 anos, enviado especial da missão da ONU ao Iraque, foi morto em um atentado contra a sede das Nações Unidas em Bagdá. A explosão do caminhão-bomba matou outras 21 pessoas. Na ocasião nenhum grupo havia assumido a autoria do atentado, mas as suspeitas recaíram sobre o grupo Ansar al-Islam, organização ligada à rede Al-Qaeda. O episódio foi condenado pela comunidade internacional e pelo governo brasileiro, que decretou luto oficial no país.

Em 22 de junho de 2005 o eletricista brasileiro Jean Charles de Menezes, 27 anos, foi morto a tiros pela polícia britânica em uma estação de trem em Londres. A polícia alegou ter confundido Jean Charles com um suspeito de participação nos atentados às estações de trem da capital do Reino Unido duas semanas antes. Nenhum

policial foi punido. Em janeiro de 2010 um memorial a Jean Charles foi inaugurado na estação do metrô de Stockwell, onde o brasileiro foi morto. A família de Jean Charles fez um acordo com a Scotland Yard para o pagamento de uma indenização, cujo valor não foi divulgado.

As mortes desses dois personagens brasileiros, separadas por um espaço temporal de quase dois anos demonstram, ao mesmo tempo, demonstram o fracasso e a brutalidade da guerra ao terror. De um lado os esforços de Estados e organizações internacionais para manter a paz nos “estados pária”, tendo a ocupação do Iraque como peça fundamental, demonstraram ser ineficazes para antecipar a ameaça terrorista antes que esta tivesse chance de se concretizar. Nem a sede das Nações Unidas, nem um de seus homens fortes estavam a salvo de um inimigo que propunham exterminar. De outro lado, a execução de um jovem imigrante no metrô de uma capital europeia, em plena luz do dia expõe que independente de se estar sociedades democráticas, ninguém está livre da morte violenta pela mão do Estado caso lhe pareça suspeito. O terrorismo, como o câncer é uma possibilidade enquanto existe vida, não pode ser contido enquanto houver Estado. Porém, se não há certeza sobre a ocorrência do terrorismo nem do câncer, os combates violentos a ambos são certos.

Esses dois casos ilustram outra mudança importante: o fim da guerra. A guerra ao terror, antes de anunciar uma nova forma de guerra - marcada pela desproporção de forças na qual drones e mísseis se contrapõem a pessoas que adversários que possuem como armas pedras, explosivos de fabricação caseira e no limite, corpos transformados em bombas – anuncia que a guerra tradicional, o conflito entre Estados regulado por códigos, com espaço e temporalidade definidos, já não existe mais.

A guerra mudou a tal ponto de aspecto que é preciso admitir que o que foi pensado sob seu nome durante séculos praticamente desapareceu. Nesse

sentido, a guerra não existe mais. (...) Contudo, eu jamais quis dizer, ao escrever “a guerra não existe mais”, que a humanidade entrou na idade da paz perpetua. (...) Foi outra coisa que se produziu: o fim da guerra e a emergência dos estados de violência. O fim da guerra, não significa, com efeito, o fim as violências, mas sua redistribuição em configurações inéditas (GROS, 2009: 5).

Até o século XX três dimensões especificavam a violência armada como guerra: ética, política e jurídica. A guerra era a troca de morte que dá consistência a uma unidade política e é sustentada por uma reivindicação de direito. Essa organização, finalização, concentração das violências armadas determinou o que foi chamado, reconhecido e constituído como guerra no Ocidente até o século XX. Esse conjunto, contudo, desfaz-se sob nossos olhos hoje, quando emergem os “estados de violência” contemporâneos. Na trama visível das grandes violências contemporâneas não se veem mais colunas de soldados chegando ao futuro campo de batalha, dispendo-se em ordem para a batalha decisiva. Não se espera mais, com um entusiasmo ansioso a sanção das armas: duração da batalha, data da vitória e da derrota.

O personagem da guerra era o soldado fardado, apto e autorizado a portar e utilizar armas, pertencente a um regimento. Os estados de violência fazem aparecer uma multiplicidade de figuras novas: o terrorista, o chefe de facções, o mercenário, o soldado profissional, o engenheiro de informática, o responsável da segurança. “Não exército disciplinado, mas redes dispersas, concorrentes, profissionais da violência” (IDEM, 228). A guerra em sua forma clássica opunha soldados armados matando-se mutuamente segundo códigos. Hoje são civis essencialmente que morrem, vítimas dos atos terroristas, dos mísseis teleguiados, das tropas sulcando regiões devastadas.

A guerra era pública e centralizada, organizada segundo estruturas de comando hierarquizadas e piramidais. A temporalidade da guerra também era fortemente esquematizada, envolvendo declaração de guerra, a mobilização dos exércitos, seu

avanço progressivo, o dia da grande batalha. Ela era feita para obter uma decisão que pudesse reconduzir a paz. Os períodos de paz alternavam com períodos de guerra, de maneira relativamente exclusiva. Os estados de violência são marcados pela desregulamentação. Ao mesmo tempo, os imperativos da vida e do sagrado quebram todo o enquadramento jurídico das guerras invocação de absolutos. Nesse contexto, os terroristas parecem “da noite sem idade das violências bárbaras” em contraposição à política ocidental que se vangloria de seus conflitos limpos, civilizados, educados, como se reivindicasse para si alguma nobreza decorrente do exercício de sua brutalidade.

Hoje, não há mais guerra nem paz. Depois da “queda do muro”, uma nova redistribuição de violências aconteceu. Esta se configurou segundo dois termos: intervenção e segurança. Intervir no Iraque ou em outros países não é fazer-lhes a guerra, mas antes descobrir de seu mal funcionamento dentro do cenário pós Guerra Fria. A intervenção, tal como os cuidados paliativos não objetivam necessariamente a cura, consiste em encontrar soluções, consertar, repor o bom funcionamento. Tal como os cuidados paliativos, a intervenção não conhece nem vitória, nem derrota, mas apenas graus de eficácia e de sucesso. “O interventor se põe a serviço dessa ordem para neutralizar os perturbadores. Ele é o agente da ordem mundial. Não há mais inimigos individuais se enfrentando, mas agentes do universal contra fatores localizados de perturbação. A intervenção supõe a ficção de uma comunidade de valores e de uma ordem boa para todos” (IDEM, 244). A guerra ao terror, como a guerra ao câncer não termina diante da impossibilidade da vitória. Ela apenas se metamorfoseia em termos de gerenciamento dos conflitos e da vida.

Saúde

*Muitos morrem tarde demais, e alguns demasiado cedo.
A doutrina que diz: 'Morre a tempo!' ainda parece singular.
Morrer a tempo: eis o que ensina Zarathustra.*

Nietzsche

A noção de *parresía* como modalidade de dizer a verdade foi apresentada por Michel Foucault em seu último curso pronunciado no Collège de France, em 1984, quando sua saúde corporal já se encontrava muito debilitada. Conforme afirmou Frédéric Gros (2011a), sua morte, poucos meses após o fim do curso lança sobre ele uma luz particular e a evidente tentação de ler nele algo como um testamento filosófico. A *parresía* tratava de uma condição não formal da democracia ateniense: a coragem de dizer a verdade que se exerce a partir de uma disposição pública, algo que tornaria efetivo e autêntico o jogo democrático.

Para que haja *parresía*, o sujeito ao dizer essa verdade tem de assumir certo risco que diz respeito à relação que ele tem com a pessoa a quem se dirige. É preciso que se abra, instaure ou se enfrente o risco de ferir o outro, de deixá-lo com raiva e de suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência. É portanto, a verdade no risco da violência. “A *parresía* põe em risco não apenas a relação estabelecida entre quem fala e aquele a quem é dirigida a verdade, mas, no limite, põe em risco a própria existência daquele que fala, se em todo o caso seu interlocutor tem um poder sobre aquele que fala e não pode suportar a verdade que este lhe diz” (FOUCAULT, 2011a: 12). O *parresiasta* por definição fala em seu próprio nome.

Insuportável interpelador, não deixa nada para interpretar, ao contrário, as coisas de modo mais claro, mais direto possível e sem nenhum disfarce. Sua tarefa, sua obrigação é falar e ele não tem direito de se furtar a ela.

O parresiasta, indivíduo que se constitui e é constituído pelos outros como um sujeito que pronuncia um discurso de verdade é também a exceção, na medida em que ao dizer a verdade se expõe ao risco da hostilidade, da guerra, do ódio e da morte (FOUCAULT, 2011a: 24). Esta atitude está presente nas declarações dos anarcoterroristas diante dos tribunais e ressoa nos atentados praticados contra o domínio territorial na Irlanda, no País Basco e na Palestina, nas ações das guerrilhas urbanas contra ditaduras militares da América do Sul, nos grupos de extrema-esquerda que buscam atingir pessoas e símbolos do Estado e do capitalismo, instituições que se apresentam como verdades universais.

Os terrorismos anunciam verdades insuportáveis: expõe a impossibilidade do Estado garantir às pessoas que nada lhes acontecerá, que o sacrifício da liberdade não as livra da morte violenta. O combate aos terrorismos expõe que os Estados modernos, apesar de se apresentarem como instâncias que fazem parar a guerra não abrem mão da política como guerra permanente. Principalmente, os terrorismos expõem a vulnerabilidade dos Estados, que, na impossibilidade de contê-los por meio do dispositivo diplomático-policial tentam antecipar as ameaças e mantê-las sob controle.

A sociedade de controle, era da diplomacia, é também a de uma nova tirania. As suspeitas se difundem: Estado, exércitos, polícias secretas, civis e militares, empresas de vigilância particular, alarmes, identificação biométrica, localização via satélite são garantias de segurança. Nesse contexto, a conservação da vida não é mais uma estratégia de Estado nacional, como na biopolítica. “O soberano se internacionaliza, as

uniões de Estados se expandem, os arranjos de governamentalização, combinando atuações estatais e de organizações não-governamentais fortalecem a democracia” (IDEM, 269). Os governos eleitos livremente têm autoridade para lidar com a multidão nas ruas e legitimidade para contê-la, empregando dispositivos de repressão quando os protocolos forem rompidos pela outra parte.

Até o século XVIII não se deixava de marcar, cortar, esquartejar e matar o corpo que ameaçasse a existência do rei. No século XIX, a sociedade da disciplina governamentaliza a vida: a política, internada em partidos, parlamentos e governo, cuidava da saúde dos corpos com reformas urbanas de saneamento, programas de saúde, vacinações. No século XX, a saúde dos Estados esteve calcada nas guerras. Guerras mundiais, locais, civis, religiosas atravessadas por tratados, fascismos, tensões entre capitalismo e socialismo, *welfare*, liberalismo como realização globalizante no fim do século e, por fim, democracia e direitos como magistras panaceias. Em meio a tudo isso o corpo permaneceu útil e dócil (PASSETTI, 2003: 248). Hoje, pessoas e Estados precisam ter saúde. A política saudável é aquela fundada no diálogo, na atenção aos necessitados, na inclusão e na tolerância.

Vivos na sociedade de controle são todos os que participam: produtivos, voluntários, filantropos, formadores de opinião, assujeitados (IDEM, 257). O corpo como potencial de vida pode ter sua saúde prolongada, exige uma medicina abreviadora da morte. O corpo mapeado pelo genoma humano também se apresenta oposto à ideia de vida, uma vez que se baliza na crença da prevenção geral. Na sociedade de controle não há mais terrorismo anarquista contra reis e seus Estados. Contudo, em nome da ordem, do Estado, do melhor regime político, da propriedade, do povo, da verdade, o poder de dizimar permanece no centro da política.

Longe de buscar o corpo são e produtivo, que era produzido na época em que viveu, Nietzsche identifica a saúde presente na doença. O corpo doente empurra o espírito para o sol, o sossego, a brandura, a paciência, remédio e bálsamo de qualquer sentido. Os filósofos se sujeitam às doenças do corpo e da alma por algum tempo, de modo que, ao despertarem, são surpreendidos por algo que lhes salta e surpreende. Nos espíritos, resistem a grandes pressões, paciente, severa e friamente sem se sujeitar e que, de repente, são acometidos pela esperança da saúde e pela embriaguez da convalescença (NIETZSCHE, 2001: 9-11).

Para Nietzsche, não existe saúde em si, e todas as tentativas de definir tal coisa fracassaram miseravelmente, pois dependem do horizonte, objetivo, forças, impulsos e, sobretudo, dos ideais e fantasias de cada um o que significa saúde para o seu corpo. Ele questiona se não haveria nessa vontade de saúde um certo barbarismo, covardia ou retrocesso deixando aberta a questão se a humanidade seria capaz de prescindir da doença, pois para ele, o desenvolvimento das virtudes, a avidez por conhecimento e autoconhecimento necessitam tanto da alma doente quanto sadia (IDEM, 144).

A partir das observações sobre corpo e saúde Nietzsche pergunta se a filosofia, de modo geral, não teria sido apenas uma interpretação do corpo e uma má compreensão do corpo. “Por trás dos supremos juízos de valor que até hoje guiaram a história do pensamento se escondem más-compreensões da constituição física, seja de indivíduos, seja de classes ou raças inteiras” (IDEM, 11-12). Na busca incessante pelo corpo são na sociedade disciplinar, refletir sobre a fisiologia do criminoso e concluir que não existiam diferenças fundamentais entre criminosos e doentes mentais significa, de certo modo, dizer que todo doente é um culpado. Não só se aproxima o crime da doença, mas também a doença do crime. Quando se considera que as perdas sofridas

pela sociedade com os criminosos, são do mesmo gênero daquelas que sofrem com os doentes é fazer com que o enfermo seja tratado realmente como criminoso, como perigo para a comunidade e hospedeiro de um ser demoníaco (NIETZSCHE, 2004: 146).

A busca por uma saúde que parte um saber médico institucionalizado e que se exerce de cima para baixo não teria produzido saúde, mas doenças, pois, a história do combate às doenças a longo prazo teriam produzido, segundo o autor, algo pior do que aquilo que deveriam eliminar. “Por desconhecimento, os recursos momentaneamente eficazes, anestésicos e inebriantes, chamados de “consolações”, foram tidos como verdadeiros remédios, e nem mesmo se notou que o preço pago por esses alívios imediatos era frequentemente uma piora geral e profunda do mal-estar” (IDEM, 45). Neste caso, a tarefa da filosofia estaria não na cura, mas em “tranquilizar a imaginação do doente para que, ao menos, como até agora, ele não sofra mais com seus pensamentos acerca da doença do que com a própria doença” (IDEM, 46).

Diante da governamentalização da vida que marca as sociedades ocidentais desde a emergência das disciplinas e os equívocos apontados por Nietzsche em relação à oposição doença-saúde, a vida, precioso e único acontecimento de cada um, experiência inalienável só se esgota na morte não cessa de escapar. Ocorre, conforme aponta Passetti, um inevitável embate entre a ideia de Vida e a vida como experiência. “A vida é vivida como coexistência, diferença, incômodo, descontinuidade, acontecimentos que afirmam diversas experiências na fronteira, liberações. A vida está na saúde e na doença da saúde, são indissociáveis” (PASSETTI, 2003: 237). Diante desta vida que abarca as existências que experimentam acontecer no limite, no risco do inusitado, contrapõe-se a série Vida, formada por instituições, delimitações, seguranças, contratos e confortos.

Passetti (2003) afirma que todo corpo vivo tem sua força e a aplica sobre outro corpo inanimado ou não. Esse corpo pode ser o da criança, de seus pais, o corpo do policial, dos animais, do planeta. Ele age diretamente ou por instrumentos. No mundo moderno, quanto mais mediada for essa relação, mais ela será limpa e legítima e, ao mesmo tempo, criminosa ou violenta. A prevenção geral, moral de conservação da vida fundada na defesa da sociedade procurou, desde o século XIX deixar claro quem são e onde estão os corpos saudáveis da sociedade, o que definiu quais eram os corpos perigosos à economia, à moral, à política e ao sexo. Esses criminosos, contaminadores e imorais potenciais eram relacionados e classificados preferencialmente às camadas mais pobres da sociedade.

No final do século XIX, o anarquista foi constituído, na antropologia criminal de Cesare Lombroso, como o perigoso do qual a sociedade precisava se defender. Seu estudo parte dos terroristas anarquistas para buscar a natureza social, biológica e psicológica do crime. Ao identificar que nem todos os anarquistas eram pobres, Lombroso concluiu que nos anarquistas convergem os traços psicológicos da loucura e biológicos da natureza criminosa (AUGUSTO, 2006: 140). Sua conclusão é que os anarquistas são perigosos. Combinando crime e loucura, buscam sentido político para seus atos criminosos.

Os anarquismos são as doenças mortais do Estado, pois consideram que a saúde da vida está na abolição do Estado. Trata-se de uma atitude que traz, ao mesmo tempo, saúde e doença. Os anarquistas escolhem o risco. Eles não querem conservar nada. Doenças e sujeitos perigosos se diversificam e geram uma dinâmica que abala a conservação, ainda que seus defensores queiram fazer crer que graças à ciência, a vida permanece inabalável (PASSETTI, 2003:118). Porém, do mesmo modo que não há

certeza na cura, nem cura do corpo sem ferimento visível. Não cessam os perigos, nem os perigosos.

Os anarquistas não deixam de escapar e em meio à Vida governamentalizada e constroem relações livres no interior de uma sociedade desigual, criando costumes anti-hierárquicos fundados na abolição do castigo e do medo. Os anarquistas, públicos e dessacralizadores, estão sempre prontos a abalar saúde, doença e cura, para se expor ao risco. É na exposição ao risco inerente às invenções libertárias da vida que os anarquistas anunciam a verdade insuportável diante de um Estado que tenta extirpá-los como câncer e ameaça permanente.

Bibliografia

AUGUSTO, Acácio. *Política e antipolítica: anarquia contemporânea, revolta e cultura libertária*. Tese de Doutorado. PUC/SP, 2013a.

_____. *Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013b.

_____. “Terrorismo anarquista e a luta contra as prisões” in Passetti, E. e Oliveira S. *Terrorismos*. pp.139-148. São Paulo: Educ, 2006,

ALBORNOZ, Martín. “Uma aproximação ao problema do anarquismo e a prática do atentado na Argentina” in *Verve*, v. 24, pp.110-139. Tradução de Thiago Rodrigues. São Paulo: Nu-Sol, 2013.

AZCONA, José Manuel & RE, Matteo. “Elementos identitarios de La violencia política internacional: análisis comparado de los Tupamaros y de las Brigadas Rojas (1963-1980)” in *Estudios Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 39, n. 1, pp. 157-175, jan./jun. 2013.

BATISTA, Nilo. “Reflexões sobre terrorismos” in Passetti, E. e Oliveira S. *Terrorismos*, pp.13-36. São Paulo: Educ, 2006.

BAKUNIN, Mikhail. “O princípio do Estado” in *Verve* v. 11, pp.50-77. Tradução de Natalia Montebello. São Paulo: Nu-Sol, 2007.

BRENER, Jaime & CAMARGO, Cláudio. *Guerra e paz no Oriente Médio*. São Paulo: Contexto, 1995.

BONUGLI, Marcus Vinícius de Souza. *The green book: o conteúdo nacionalista nos manuais de conduta do IRA*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

BURGOS, Katherine et al. “Segundos canceres primarios” in *Cuad Cir* (Universidad Austral de Chile), v. 23, pp. 24-27, 2009.

BUZETTO, Marcelo. “Os marxistas e a Questão Palestina: os desafios da esquerda” in *Lutas Sociais*, São Paulo, n.28, pp.130-146, 1o sem. 2012.

CASTRO, Edgar. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CASTRO, Jéssica Fraga de. *A intertextualidade e a dramatização da história em Ulrike Maria Stuart*, de Elfried Jelinek. Trabalho de Conclusão de Curso em Letras. Porto Alegre (UFRGS), 2011.

CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. Tradução de Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 2011.

CAMPEDELLI, André Collins. *Terrorismo, libertação nacional e proibição de ataques contra civis: cláusulas de exclusão de aplicação da convenção ampla sobre terrorismo das Nações Unidas*. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito. Brasília: UnB, 2011.

CANEPA, Beatriz & OLIC, Nelson Bacic. *Oriente Médio e a Questão Palestina*. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

CHAVES, Maria Inês. *Em nome do pai: a criação artística como parte do discurso histórico da Irlanda*. Mestrado em Teoria Literária. Curitiba (UNIANDRADE), 2011.

CRENSHAW, Martha. “O terrorismo visto como um problema de segurança nacional” in HERZ, Mônica e AMARAL, Arthur Bernardes do (orgs). *Terrorismo e Relações Internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI*, pp.25-48. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.

_____. “A estratégia contraterrorista dos Estados Unidos” in HERZ, Mônica e AMARAL, Arthur Bernardes do (orgs). *Terrorismo e Relações Internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI*, p:49-78 Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.

CUNHA, Ciro Leal M. da. *Terrorismo internacional e a política externa brasileira após o 11 de setembro*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

DEANE, Phyllis. *A Revolução Industrial*. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DEGENSZAJN, André Raichelis. *Terrorismos e terroristas*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. São Paulo: PUC/SP, 2006a.

_____. “Terrorismos e invulnerabilidades” in Passetti, E. e Oliveira S. *Terrorismos*, pp.163-176. São Paulo: Educ, 2006b.

DUARTE, Joao Paulo. *Terrorismo e sociedade de controle*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC/SP, 2011.

DUARTE, Manuel Sanchez. *La construccion mediatica de las victimas del terrorismo*. Tese de doutorado. São Paulo, PUC/SP, 2008.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de B. A. Schurman. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FELDBERG, Samuel. “Acordo Sykes-Picot (1916)” in MAGNOLI, Demétrio (org). *História da Paz*, pp.183-210. São Paulo: Contexto, 2012.

FERRER, Christian. “O coração empurpurado, epistolário e história” in *Verve* v. 20, p: 173-200. São Paulo: Nu-Sol, 2011.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

_____. “O nascimento da medicina social” in *Microfísica do Poder* pp.79-98 Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *História da sexualidade Vol.1 – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramalhete. Editora Petrópolis RJ: Vozes, 2008a.

_____. *Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

_____. “Crise da medicina ou crise da antimedicina” in *Verve*, v. 18, p:167-194. São Paulo: Nu-Sol, 2010a.

_____. “Michel Foucault: a Segurança e o Estado” in *Repensar a Política (Ditos e Escritos VI)* Tradução Ana Lúcia Paranhos Pessoa - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

_____. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010c.

_____. *A coragem da verdade: curso no Collège de France (1983-1984)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *Estratégia Saber-Poder (Ditos & Escritos IV)* – Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. *Segurança, Penalidade e Prisão (Ditos & Escritos VIII)*. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GARCIA, Raphael Tsavkko. “Euskadi Ta Askatasuna: a Percepção do Terrorismo, Legitimidade e Libertação Nacional” in *Revista Intellector*. Ano VIII, Número 16. Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais: Rio de Janeiro, 2012.

GARBAY, Aurélie. “The Fight Against Violent Extremism and Radicalisation Leading to Terrorism: Tackling 'The Roots of the Roots of Insecurity’”, comunicação apresentada no European Consortium for Political Research, Glasgow, 2014.

GENSCHEL, Corinna & STOLLE, Perter. “A criminalização dos movimentos sociais na Alemanha – um resumo” in BUHL, Kathrin & KOROL, Claudia. *Criminalização dos protestos e dos movimentos sociais* pp.198-230 São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2008.

GINZBURG, Carlo. *Medo, violência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. Tradução de Federico Carotti, Joana Angélica D'Ávila Melo, Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GROS, Frédéric. *Estados de Violência: ensaios sobre o fim da guerra*. Tradução de José Augusto da Silva. Editora Ideias e Letras: Aparecida-SP, 2009.

HALL, Eric J. e GIACCIA, Amato. “Cancer biology” in *Radiobiology for radiologist*. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2012.

KENNEDY, David. “A guerra moderna e o Direito moderno: uma parceria inquietante” in HERZ, Mônica e AMARAL, Arthur Bernardes do (orgs). *Terrorismo e Relações Internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI*, pp. 213-246. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.

HOBBS, Thomas. *O Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução Joao Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Edição eletrônica http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf

HROUB, Khaled. *Hamas: um guia para iniciantes*. Tradução de Lílían Palhares. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

LESSA, Mônica Leite & Hugo R. SUPPO. “O nacionalismo basco e o ETA” in *Cena Internacional – Revista de Análise em Política Internacional*. Ano 5, Número 1, p:113-143. Universidade de Brasília (UnB), junho de 2003.

LLERA, Francisco J. “ETA: Ejercito Secreto y Movimiento Social” in *Revista de Estudios Políticos*. nº 78, pp.161-190, Outubro-Dezembro de 1992.

LOPES, Fernanda Ravazzano Azevedo. “O regime de terror no estado democrático de direito no Brasil e na Itália: a busca pelo direito processual penal constitucional em oposição ao processo penal de emergência” in *Unifacs* (Revista Jurídica). Agosto de 2008.

MAESTRI, Mário. “Alemanha, 1968: dos sonhos e pesadelos de uma geração derrotada” in *Espaço Acadêmico*, nº82, março de 2008.

MAITRON, Jean. “Émile Henry, o benjamim da anarquia” in *Verve*, v. 7. Tradução de de Eduardo Maia. Lisboa: Antígona, 1981, pp. 63-96. Adaptado por Acácio Augusto e Edson Passetti. São Paulo: Nu-Sol, 2005.

MARCET, J.M., VIZUETE, J.I.A. & MURILLO, F.M. “El asesinato de Miguel Ángel Blanco como ejemplo de key event en el tratamiento mediático de los atentados mortales de ETA” in *adComunica* -. Revista de Estrategias, Tendencias e Innovación en Comunicación, nº6, pp.139-160. Unirioja (Espanha), 2013.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Antonio Caruccio Caporale. Porto Alegre, L&PM: 1999.

MENDES, Ricardo A. S. “40 anos do 11 de Setembro: o golpe militar no Chile”. *Revista Estudos Políticos* (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 7, pp. 172 – 190, dezembro 2013.

MESSARI, Nizar. “Terrorismo nas Relações Internacionais: lições do passado, ações do presente” in HERZ, Mônica e AMARAL, Arthur Bernardes do (orgs). *Terrorismo e Relações Internacionais: perspectivas e desafios para o século XXI*, p:107-117. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola, 2010.

MONTEIRO, Fabrício Pinto. “O anarquista terrorista na imprensa escrita no século XIX” in *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós - graduação em História da UFMG*, vol. 1, n.º 2, p:202-222 ago./dez. 2009.

MUKHERJEE, Sidhartha. *O Imperador de Todos os Males – Uma biografia do câncer*. Tradução de Berilo Vargas. Companhia das Letras, 2011.

NICOLETTI, André Ulysses. *Produção Jornalística sobre o Terrorismo: Construção e Uso de um Conceito*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC/SP, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Aurora: reflexões sobre os preceitos morais*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

O'NEILL, Eoin. “Guerra, formação do estado e identidade nacional nas franjas do mundo Atlântico” in *Dados*, v. 51, n. 1, pp. 239-260. Rio de Janeiro, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PALESTINA : história de uma terra (Palestine, Histoire d'une terre). Documentário. Direção: Simone Bitton. França, 1992.

PASSETTI, Edson. *Éticas dos amigos: invenções libertárias da vida*. São Paulo: Imaginário, 2003.

_____. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. “Pensamento libertário, terrorismos e tolerância” in *SOCIUS Working Papers*, nº2. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – Universidade Técnica de Lisboa, 2007.

_____. “Terrorismos” In: *Anarquismo urgente*. Rio de Janeiro/São Paulo: Achiamé/Centro de Cultura Social, 2007.

_____. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. *Revista Ecopolítica* n. 5, pp.2-37, São Paulo, 2013B.

_____. “O governo das condutas e das contracondutas do terror” in CASTELO BRANCO, Guilherme (Org). *Terrorismos de Estado*, pp.35-65. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013A.

_____. “Limites da tolerância” in *Zero Hora*. Porto Alegre, 10/1/2015.

PEREIRA, Wesley Robert. “Brigada dos Mártires de Al-Aqsa (Perfil)” in *Conjuntura Internacional* (PUC-Minas). Belo Horizonte, novembro de 2004.

PINELL, Patrice. *The fight against cancer: France 1890-1940*. Taylor and Francis, 2004.

PLO: History of a Revolution. Documentário. Direção: Omar Al Issawi. Al-Jazeera, 2009. Disponível em <http://www.aljazeera.com/programmes/plohistoryofrevolution>

RAMPINELLI, Waldir. “O Terrorismo de Estado na Argentina” in REBELA (Revista Brasileira de Estudos Latino Americanos), v. 1, n. 3, pp. 356-362. fev. 2012.

REQUIÃO, Ricardo Bezerra. “ETA: realmente o fim?” in *Conjuntura Internacional*. PUC-Minas, Novembro de 2012.

RODRIGUES, Thiago. “Guerra e terror” in CASTELO BRANCO, Guilherme (Org). *Terrorismos de Estado*, p:203-219. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013a.

_____. *Narcotráfico: uma guerra na guerra*. São Paulo: Desatino, 2003.

_____. “Narcoterrorismo e o *warfare state*” in Passetti, E. e Oliveira S. *Terrorismos*, pp.149-162. São Paulo: Educ, 2006.

_____. *Política e droga nas Américas*. São Paulo: EDUC:FAPESP, 2004.

_____. “Ecopolítica e segurança: a emergência do dispositivo diplomático-policial” in *Ecopolítica*, São Paulo, n. 5, pp.115-156 , 2013b.

_____. “Segurança planetária: entre o climático e o humano” in *Ecopolítica*. São Paulo, n.3, pp.5-41,2012.

_____. Guerra, libertarismo e relações internacionais in Verve. São Paulo: Nu-Sol, nº16, pp.167-186, 2009.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SACCO, Joe. *Palestina*. Tradução de Cris Siqueira. São Paulo: Conrad, 2008.

SAID, Edward. *A questão da Palestina*. Tradução de Sônia Midori. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SALEM, Helena. *O que é a Questão Palestina*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora, Aids e suas metáforas*. Tradução Rubens Figueiredo e Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, Fabiano Farias. “Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas” in *AEDOS* (Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS) n.8, vol.3, Porto Alegre, Junho de 2011.

SOUTO, Fhoutine Marie Reis. *Depois da queda das torres: a cobertura do 11 de Setembro nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*. Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC/SP, 2009.

SUTTI, Paulo & RICARDO, Silvia. *As diversas faces do terrorismo*. São Paulo: Harbra, 2003.

TEIXEIRA, Luís Antônio & FONSECA, Cristina M. O. *De doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2007.

TEIXEIRA, Tatiana. *Os Think Tank e sua influência na política externa dos Estados Unidos: a arte de pensar o impensável*. Rio de Janeiro: Revan, 2007a.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. *O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos*. Mestrado em Relações Internacionais. São Paulo: PUC/SP, 2007.

TOSI, Gabriel Sobrinho. “Os métodos ilegais de combate ao terrorismo praticados pela CIA e suas implicações nos direitos humanos” in *Revista Liberdades*, nº 8, pp. 71-91. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, dezembro de 2011.

WOODCOCK, George (org). *Os grandes escritos anarquistas*. Tradução de Júlia Tettamanzy e Betina Becker. Porto Alegre: L&PM Editores, 1981.

_____. *Anarquismo – Uma história das ideias e movimentos libertários*. Tradução de Alice K. Miashiro, Heitor Ferreira da Costa, José Antônio Arantes e Júlia Tettamanzy Vol.2 *O movimento*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

VISACRO, Alessandro. *Guerra Irregular - Terrorismo, Guerrilha e Movimentos de Resistência ao Longo da História*. São Paulo: Contexto, 2009.

ZIZEK, Slavoj. *Bem vindo ao deserto do real: cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas*. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

The Irgun Site <http://www.etzel.org.il/english/index.html>

Biblioteca Virtual Judaica

<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/haganah.html>

Frente Popular Para Libertação da Palestina <http://pfl:ps/english/>

Frente Democrática Para a Libertação da Palestina <http://www.dflp-palestine.net/>

Site Consultor Jurídico <http://www.conjur.com.br/2011-mai-27/obama-prorroga-quatro-anos-polemica-lei-combate-terrorismo>

Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos

<http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>

Consultor Jurídico <http://www.conjur.com.br/2011-mai-27/obama-prorroga-quatro-anos-polemica-lei-combate-terrorismo>

Instituto Nacional do Câncer (INCA) <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/inca/>

Hospital Albert Einstein <http://www.einstein.br/einstein-saude/em-dia-com-a-saude/Paginas/cancer-benigno-e-maligno.aspx>

Ministério da Saúde <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/decas/neoplas.mansia.htm>

Instituto Gustave Roussy (Paris) www.gustaveroussy.fr

Hospital do Câncer de Barretos <http://www.hcancerbarretos.com.br/>

The Mary Lasker Papers <http://profiles.nlm.nih.gov/ps/retrieve/Narrative/TL/p-nid/201>